

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Julia Corrêa Borges Santos

**O USO DAS REDES SOCIAIS PELAS PARLAMENTARES DA 57^a
LEGISLATURA DA CÂMARA FEDERAL**

Bauru

2023

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Av. Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01 - Vargem Limpa. Bauru - SP - Brasil
Fone: 14 3103-6057 - e-mail spg.faac@unesp.br
www.faac.unesp.br

JULIA CORRÊA BORGES SANTOS

O USO DAS REDES SOCIAIS PELAS PARLAMENTARES DA 57ª LEGISLATURA
DA CÂMARA FEDERAL

Dissertação apresentada por Julia Corrêa Borges Santos à Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Bauru, como requisito para obtenção do título de Mestre em Comunicação, sob a orientação da Professora Doutora Maria Teresa Miceli Kerbauy.

Bauru
2023

S237u	Santos, Julia Corrêa Borges O uso das redes sociais pelas parlamentares da 57^a Legislatura da Câmara Federal / Julia Corrêa Borges Santos. -- Bauru, 2023 130 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru Orientadora: Maria Teresa Miceli Kerbauy 1. Comunicação. 2. Deputadas Federais. 3. Instagram. 4. Gênero. 5. Conteúdos. I. Título.
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

IMPACTO ESPERADO

A intersecção das temáticas da representatividade feminina nos espaços públicos de decisão e da comunicação política nas redes sociais digitais faz dessa dissertação um instrumento de auxílio para o desenvolvimento de trabalhos posteriores em ambas as áreas. Além de contribuir para a comunicação digital de candidatas e parlamentares eleitas.

EXPECTED IMPACT

The intersection of the themes of women's representation in public decision-making spaces and political communication on digital social networks makes this research an instrument for the development of further work in both areas. It also contributes to the digital communication of elected female candidates and parliamentarians.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JULIA CORRÊA BORGES SANTOS, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 28 dias do mês de setembro do ano de 2023, às 15:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de JULIA CORRÊA BORGES SANTOS, intitulada **Uso das redes sociais pelas parlamentares da 57ª Legislatura da Câmara Federal**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. MARIA TERESA MICELI KERBAUY (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Sociais / Faculdade de Ciências e Letras - Câmpus de Araraquara, Professor Associado DANILO ROTHBERG (Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação e Design de Bauru, Professor Adjunto GLEIDYLUCY OLIVEIRA DA SILVA (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Sociais / Universidade Federal de São Carlos. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final aprovada. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professora Doutora Maria Teresa Miceli Kerbauy

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

O USO DAS REDES SOCIAIS PELAS PARLAMENTARES DA 57ª LEGISLATURA
DA CÂMARA FEDERAL

Área de concentração: Comunicação midiática
Linha de Pesquisa: Gestão e políticas da informação e da comunicação midiática

Banca Examinadora

Orientadora: Professora Doutora Maria Teresa Miceli Kerbauy
Instituição: FAAC/ Unesp

Titular: Professor Doutor Danilo Rothberg
Instituição: FAAC/ Unesp

Titular: Professora Doutora Gleidylucy Oliveira da Silva
Instituição: DCSO/ UFSCar

Resultado: _____

Bauru, 28 de setembro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, Miriam e José, por todo o suporte até aqui. Por acreditarem em mim e não medirem esforços para que eu atinja meus objetivos. Por serem meu porto seguro, para onde eu sempre posso voltar independente de qualquer coisa. Por me inspirarem a correr atrás do que acredito e contribuir para a construção de um mundo mais justo.

Agradeço ao meu irmão, Lucas, por despertar o meu desejo de estudar na Unesp e acreditar no meu potencial.

Agradeço às minhas amigas da vida, Julia e Leticia, por nunca soltarem a minha mão e por todos os momentos de acolhimento. Passamos juntas por mais uma fase.

Thamires, Taíssa, Daniela, Gabriela e Fernanda, pela parceria e companhia nessa trajetória tão desafiadora para nós. Sem vocês eu não teria conseguido.

Agradeço a todos os professores com quem tive o prazer de aprender durante esses dois anos: Prof^a Raquel Cabral, Prof^a Larissa Pelúcio, Prof^a Roseane Andrelo, Prof^a Caroline Luvizotto, Prof^a Bettina Martino, Prof^o Laan Barros, Prof^o Danilo Rothberg, Prof^o Carlo Napolitano e Prof^o Maximiliano Vicente. Os aprendizados extrapolam conceitos, teorias e técnicas, aprendi, sobretudo, o poder transformador da Comunicação.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Prof^a Maria Teresa Kerbauy, por toda a orientação nesse processo. Pela paciência e por todo o conhecimento transmitido. Por não ter desistido de mim mesmo após momentos de desespero. Muito obrigada, Professora!

Agradeço aos professores Danilo Rothberg e Lucy Oliveira, por contribuírem diretamente para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço aos servidores técnico-administrativos. Em especial ao Silvio, que sempre esteve disposto a ajudar nas questões burocráticas que envolvem a realização do mestrado.

Agradeço à Iris, minha orientadora da graduação que me apresentou o mundo da pesquisa e sempre acreditou no meu potencial.

Agradeço à Samantha e à Cerize, por serem mulheres inspiradoras.

Todos vocês me inspiram. Muito obrigada!

Por fim, mas não menos importante, à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, sem a qual a realização dessa pesquisa não teria sido possível.

SANTOS, Julia Corrêa Borges. **O uso das redes sociais pelas parlamentares da 57ª Legislatura da Câmara Federal**. 2023. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2023.

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi observar, a partir do viés de gênero, com quais finalidades as deputadas federais que compõem a 57ª Legislatura utilizam as redes sociais. Para tanto, analisamos quantitativamente a presença das 90 parlamentares nas redes YouTube; Facebook; Twitter e Instagram e, mais especificamente, os conteúdos publicados nos perfis do Instagram das 5 deputadas federais mais votadas em 2022 - Carla Zambelli (PL/SP); Tabata Amaral (PSB/SP); Gleisi Hoffmann (PT/PR); Alessandra Haber (MDB/PA) e Erika Hilton (PSOL/SP), entre o dia 1º de março e o dia 31 de maio de 2023. Em seguida, categorizamos o total de 2.056 postagens em 4 categorias macro, conforme proposto por Almeida (2020): agenda ordinária; agenda extraordinária; assuntos pessoais e assuntos não políticos strictu sensu. Também categorizamos, de acordo com o proposto por Passos (2023) e Sarmento, Elias e Marques (2023), as publicações referentes a gênero em 16 categorias. Entre os resultados obtidos destacamos que 100% das deputadas federais eleitas em 2022 possuem perfis no Facebook e no Instagram. A prioridade de 3 das 5 deputadas selecionadas foi a agenda extraordinária, ou seja, a divulgação de conteúdos relativos à política porém que não se referem à atividade do mandato propriamente dito; em relação às pautas de gênero, os temas que mais apareceram foram: violência; cuidado; família; paridade de gênero; participação política e direitos LGBTQIA+. Os resultados apontam para a porosidade no que se refere à representatividade feminina na política, visto que o aumento da presença de mulheres nos espaços públicos de decisão não garante o fomento de pautas relativas aos direitos das mulheres. A pesquisa justifica-se por ser um instrumento para a compreensão do uso das redes sociais pelos atores políticos brasileiros a partir do viés de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; deputadas federais; Instagram; gênero; conteúdos.

SANTOS, Julia Corrêa Borges. **The use of social networks by parliamentarians of the 57th Legislature of the Federal Chamber**. 2023. Dissertation (Master's in Communication). Postgraduate Program in Communication, Faculty of Architecture, Arts, Communication and Design, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2023.

ABSTRACT

The aim of this research was to observe the purposes for which the female federal deputies who make up the 57th Legislature use social media. To this end, we quantitatively analyzed the presence of the 90 parliamentarians on YouTube, Facebook, Twitter and Instagram and, more specifically, the content published on the Instagram profiles of the 5 federal deputies most voted for in 2022 - Carla Zambelli (PL/SP); Tabata Amaral (PSB/SP); Gleisi Hoffmann (PT/PR); Alessandra Haber (MDB/PA) and Erika Hilton (PSOL/SP), between March 1st and May 31, 2023. We categorized the total of 2.056 posts into 4 macro categories, as proposed by Almeida (2020): ordinary agenda; extraordinary agenda; personal matters and non-political matters strictu sensu. We also categorized gender-related posts into 16 categories, as proposed by Passos (2023) and Sarmento, Elias and Marques (2023). Among the results obtained, we highlight that 100% of the female federal deputies elected in 2022 have Facebook and Instagram profiles. The priority of 3 of the 5 parliamentarians selected was the extraordinary agenda, in other words, the dissemination of content related to politics but which does not refer to the activity of the mandate itself; in relation to gender agendas, the themes that appeared the most were: violence; care; family; gender parity; political participation and LGBTQIA+ rights. This research is justified as it serves as an instrument for understanding the use of social networks by Brazilian political actors. The study focuses on gender, as we understand that inequality is an important factor to be considered in the representation of women in the public sphere.

KEY-WORDS: communication; federal deputies; Instagram; gender; content.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Quantidade de homens e mulheres eleitos em 2022	33
Gráfico 2	Evolução da bancada feminina na Câmara dos Deputados	34
Gráfico 3	Número de deputadas nas redes sociais - geral	57
Gráfico 4	Número de deputadas nas redes sociais – seguidores	58
Gráfico 5	Número de deputadas nas redes sociais - total	60
Gráfico 6	Porcentagem de votos	71
Gráfico 7	Carla Zambelli: categorias macro	75
Gráfico 8	Carla Zambelli: pautas relativas a gênero	76
Gráfico 9	Tabata Amaral: categorias macro	85
Gráfico 10	Tabata Amaral: pautas relativas a gênero	86
Gráfico 11	Gleisi Hoffmann: categorias macro	94
Gráfico 12	Gleisi Hoffmann: pautas relativas a gênero	96
Gráfico 13	Alessandra Haber: categorias macro	105
Gráfico 14	Alessandra Haber: pautas relativas a gênero	106
Gráfico 15	Erika Hilton: categorias macro	113
Gráfico 16	Erika Hilton: pautas relativas a gênero	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Número de seguidores no Facebook e no Instagram	61
Quadro 2	Temas mais recorrentes nas publicações das deputadas	68
Quadro 3	Categorias macro	69
Quadro 4	Pautas relativas a gênero	69
Quadro 5	As 5 deputadas federais mais votadas em 2022	71
Quadro 6	Quantidade de votos x quantidade de seguidores	72
Quadro 7	Média de postagens	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Novo Homem-Aranha e a pauta de gênero (Carla Zambelli)	77
Figura 2	Dia da Mulher (Carla Zambelli)	77
Figura 3	Fala de Giorgia Meloni (Carla Zambelli)	78
Figura 4	Assédio sofrido pela deputada Julia Zanatta (Carla Zambelli)	79
Figura 5	“Quem lacra não lucra!” (Carla Zambelli)	79
Figura 6	Equiparação salarial (Carla Zambelli)	80
Figura 7	Ocupação de cargos por mulheres (Carla Zambelli)	81
Figura 8	Pobreza menstrual (Carla Zambelli)	81
Figuras 9, 10	Violência política de gênero (Tabata Amaral)	87
Figuras 11, 12	Violência política de gênero e representatividade (Tabata Amaral)	88
Figura 13	<i>Sextortion</i> (Tabata Amaral)	88
Figuras 14, 15	Direitos LGBTQIA+ e política antigênero (Tabata Amaral)	89
Figuras 16, 17	Pobreza menstrual (Tabata Amaral)	90
Figura 18	Novo ministro STF (Tabata Amaral)	91
Figura 19	O PT é responsável pelo governo (Gleisi Hoffmann)	95
Figuras 20, 21	Lula x Bolsonaro (Gleisi Hoffmann)	97
Figuras 22, 23	Medidas de proteção às mulheres (Gleisi Hoffmann)	98
Figuras 24, 25	Violência contra a mulher (Gleisi Hoffmann)	98
Figuras 26, 27	O governo que cuida (Gleisi Hoffmann)	99
Figuras 28, 29	Ministras e participação política (Gleisi Hoffmann)	100
Figura 30	Participação feminina (Gleisi Hoffmann)	101
Figuras 31, 32	Política antigênero e direitos LGBTQIA+ (Gleisi Hoffmann)	102
Figuras 33, 34	Cuidado (Alessandra Haber)	107
Figura 35	Igualdade de gênero (Alessandra Haber)	108
Figuras 36, 37	Empoderamento feminino (Alessandra Haber)	109
Figuras 38, 39	Violência contra a mulher (Alessandra Haber)	109
Figuras 40, 41	Direitos das mulheres (Alessandra Haber)	110
Figuras 42, 43	Saúde da mulher (Alessandra Haber)	111
Figuras 44, 45	Direitos das mulheres (Erika Hilton)	115
Figuras 46, 47	Dia Internacional da Mulher (Erika Hilton)	115
Figuras 48, 49	Direitos LGBTQIA+ (Erika Hilton)	116
Figuras 50, 51	Sessão na Câmara e Visibilidade Trans (Erika Hilton)	117
Figuras 52, 53	Frente Pró-Direitos LGBTQIA+ e RG com nome social (Erika Hilton)	118

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Acre
AL	Alagoas
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
AM	Amazonas
AP	Amapá
BA	Bahia
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BTG Pactual	<i>Banking and Trading Group Pactual</i>
CE	Ceará
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
DAPP/FGV	Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas
DF	Distrito Federal
ES	Espírito Santo
FSB Pesquisa	Francisco Soares Brandão Pesquisa
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOVESP	Índice Bovespa
LAI	Lei Geral de Acesso à Informação
MA	Maranhão
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MT	Mato Grosso
NTICS	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PB	Paraíba
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PE	Pernambuco

PI	Piauí
PL	Partido Liberal
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PODE	Partido Podemos
PP	Partido Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SE	Sergipe
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
TO	Tocantins
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
União Brasil	Partido União Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. MULHERES E PODER	20
1.1. Democracia e representação	20
1.2. Mulheres e poder	24
1.3. Breve histórico da participação feminina na política brasileira	28
1.4. Panorama eleições 2022	
2. COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICA	35
2.1. As mídias digitais a serviço da democracia	39
2.2. Uso das redes sociais por atores políticos	47
3. AS PARLAMENTARES DA 57ª LEGISLATURA E AS REDES SOCIAIS	56
3.1. Procedimentos metodológicos	60
3.2. As 5 deputadas federais mais votadas	70
3.3. Resultados e discussão	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	122
ANEXOS	126

A representação do mundo, como o próprio mundo, é operação dos homens; eles o descrevem do ponto de vista que lhes é peculiar e confundem com verdade absoluta.

Simone de Beauvoir

INTRODUÇÃO

A população brasileira é composta por 51,1% de mulheres, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) realizada em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No entanto, essa proporção não é refletida na representação política do país. Nas eleições de 2022, apesar de o Brasil ter registrado o maior número de candidaturas femininas da história esse número está longe de ser satisfatório, foram 9.892 candidaturas - cerca de 34% do total, segundo dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para além do número recorde de candidaturas, o ano de 2022 é significativo para a participação feminina na política brasileira por marcar os 90 anos da conquista do direito ao voto pelas mulheres. Inicialmente esse direito era restrito às mulheres casadas e que tivessem a permissão do marido e também às mulheres solteiras com renda própria (número quase inexpressível). Dois anos depois, em 1934, o direito foi ampliado, mas somente tornou-se universal com a promulgação da Constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”.

O Brasil ocupa o penúltimo lugar entre os países com os piores indicadores da América Latina no que diz respeito aos direitos políticos das mulheres e à paridade política, de acordo com a ONU Mulheres. Os avanços são lentos, nas últimas eleições registrou-se um aumento de 16% nas assembleias legislativas se comparado a 2018, em 2023 as mulheres ocupam 18% do Parlamento.

O número é ainda menor quando se trata das mulheres negras, que representam apenas 7% do total de Deputadas Estaduais eleitas. Apenas uma mulher indígena e duas mulheres transgênero foram eleitas ao cargo nas Assembleias Legislativas. Estes são aspectos importantes a serem considerados, pois é um equívoco considerar a população feminina do país como homogênea, é preciso levar em conta as particularidades e dificuldades que acometem a cada uma delas.

Para Miguel e Biroli (2014) esta baixa representação acontece porque a abolição das barreiras legais não representou o acesso a condições igualitárias de ingresso na arena política. Pinto (2001) afirma que inúmeros trabalhos têm contestado a forma como se constitui a esfera pública nas democracias liberais, que, por sua natureza, parte do reconhecimento de uma igualdade fundamental entre os cidadãos através do qual se estabelece as regras do regime democrático (Young, 1996; Fraser, 1997; Phillips, 1996; Benhabib, 1999; Mouffe, 2005).

Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs), as relações entre os representantes e os eleitores vêm se alterando. A internet talvez seja a principal responsável por essa mudança nas relações interpessoais. Diferente dos meios considerados tradicionais, como rádio, televisão e jornal, a internet dispensa o uso de intermediários e estabelece uma comunicação direta e multilateral. De acordo com Stromer-Galley (2013), as mídias tradicionais são limitadas por não serem capazes de propiciar espaços de diálogos entre cidadãos e representantes.

A popularização das mídias digitais alterou vários processos de interação social e na comunicação política não foi diferente. Nesse sentido, o campo da comunicação política concentrou seus esforços para compreender a lógica das mídias digitais. Para Norris (2001), a internet tem gerado múltiplas oportunidades de informação política e comunicação.

As eleições presidenciais de 2008 nos Estados Unidos podem ser consideradas um marco, pois se atribui parte da estratégia de campanha de Barack Obama ao uso de seu perfil no Twitter. Já na corrida eleitoral de 2016, o candidato Donald Trump teve seu nome atrelado ao escândalo que revelou o uso indevido de dados de milhões de usuários do Facebook para impulsionar a campanha do republicano. No Brasil, as eleições de 2018 foram marcadas pelo intenso uso do WhatsApp, a vitória de Jair Bolsonaro foi relacionada ao envio em massa de *fakenews*¹.

Esses são exemplos de grande visibilidade, apenas considerando as últimas duas décadas, da forma como as mídias digitais alteraram significativamente o funcionamento da política – desde a campanha até a consolidação dos mandatos.

Segundo os dados da pesquisa *Global Statshot Report*, publicada em julho de 2020, no Brasil, o índice de usuários de redes sociais digitais chega a 66% da população, ou 138,6 milhões de pessoas. No país, o Facebook conta com 130 milhões de usuários; o Instagram alcança 91 milhões de brasileiros, e o Twitter cerca de 15,7 milhões de usuários ativos.

De acordo com Barros; Bernardes e Rodrigues (2015), a questão importante a ser investigada é: por que os atores políticos utilizam as redes sociais? A tendência é que os parlamentares utilizem a internet como forma de suprir lacunas de *accountability* e de, com isso, favorecer maiores vínculos para a conexão eleitoral.

¹ A desinformação é entendida como informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente o público" (Comissão Europeia, 2018, s/p). Neste trabalho não entramos na seara das *fakenews*, porém é inegável a pertinência do debate para a área da comunicação, especialmente quando se fala em redes sociais digitais no contexto atual.

Os autores (2015) ressaltam que a *accountability* é uma das funções estratégicas da comunicação interativa (Karlsson, 2013), ao lado da prospecção das opiniões dos eleitores – *inquiry*, e do contato político com os cidadãos – *connectivity*. Isso significa, para Barros; Bernardes e Rodrigues (2015), que as mídias digitais, incluindo as redes sociais online, podem ser usadas para prover informações políticas; para sondar e auscultar as tendências de opinião do eleitorado; e para manter contato e fortalecer o vínculo eleitoral entre representantes e representados.

Apesar de seu uso ainda ser preferencialmente com fins de visibilidade, a internet, para os mesmos autores (2015), também é uma ferramenta de reconstrução e de manutenção de vínculos políticos, pois permite o desenvolvimento do capital social e das redes de compartilhamento político e cultural nas sociedades contemporâneas.

Por esse motivo, afirma Gomes (2018), a internet coopera para a representação de vozes minoritárias; para o fortalecimento da capacidade concorrencial da cidadania; com o aumento da transparência do Estado e formas de responsabilização de agentes políticos e maior participação e influência civis.

Para Bobbio (2000), uma das regras do “jogo democrático” consiste em todos os cidadãos que alcançaram a maioria, sem distinção de raça, religião, condição econômica e sexo, desfrutarem dos direitos políticos, ou seja, todos têm o direito de expressar sua própria opinião ou de escolher quem a exprima por eles. Nesse sentido, um dos princípios da democracia se refere à participação igualitária de todos os cidadãos – de forma direta ou através de representantes eleitos.

O objetivo dessa pesquisa foi observar, a partir do viés de gênero, com quais finalidades as deputadas federais que compõem a 57ª Legislatura utilizam as redes sociais. Para tanto, analisamos a presença das 90 parlamentares nas redes YouTube; Facebook; Instagram e Twitter e, mais especificamente, os conteúdos publicados nos perfis do Instagram das 5 deputadas federais mais votadas em 2022, entre o dia 1º de março e o dia 31 de maio de 2023, em especial os conteúdos que se relacionam às pautas relativas à gênero.

Consideramos adequada a metodologia de caráter híbrido. Assim, fez-se necessário o estudo exploratório com a proposta de uma metodologia qualitativa com a combinação de revisão bibliográfica de caráter exploratório sobre o uso das redes sociais pelos atores políticos; o papel social da mulher ao longo do tempo e a importância da participação feminina na política brasileira.

A pesquisa foi dividida em 3 etapas para além da construção do referencial teórico. Em um primeiro momento traçamos um panorama geral dos resultados das eleições de 2022, com foco nas candidaturas femininas, a fim de compreender os avanços na participação das mulheres na esfera pública. A partir dos dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, analisamos de forma quantitativa os resultados das 27 unidades federativas nas eleições de 2022.

Em seguida observamos a presença das deputadas federais que compõem a 57ª Legislatura da Câmara Federal nas redes sociais, em especial no YouTube, Facebook, Instagram e Twitter. É importante compreender quais os canais priorizados pelas parlamentares eleitas em 2022. Entre os resultados alcançados constatou-se que 100% das deputadas federais (90 das 90 parlamentares eleitas) possuem perfis no Instagram e Facebook; 97% possui perfil no Twitter (87 das 90 deputadas eleitas); e, por último, aparece o YouTube com 75 deputadas (cerca de 83% do total).

Selecionamos as 5 deputadas federais mais votadas nas eleições de 2022: Carla Zambelli (PL/SP); Tabata Amaral (PSB/SP); Gleisi Hoffmann (PT/PR); Alessandra Haber (MDB/PA) e Erika Hilton (PSOL/SP), com o intuito de observar, a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2016), quais as pautas priorizadas pelas parlamentares.

A ideia inicial era analisar as páginas das parlamentares no Facebook, no entanto, notamos que as postagens realizadas nessa rede são, em sua maioria, também postadas nos perfis do Instagram. Essa prática pode ser atribuída à facilidade de postar simultaneamente em ambas as redes, recurso disponibilizado a partir da integração das duas plataformas em 2021. Além disso, o número de seguidores das parlamentares no Instagram é consideravelmente maior do que no Facebook, com exceção de Gleisi Hoffmann.

A princípio dividimos todas as 2.056 postagens publicadas no Instagram de Carla Zambelli, Tabata Amaral, Gleisi Hoffmann, Alessandra Haber e Erika Hilton, de março a maio de 2023, em 4 categorias macro, conforme proposto por Almeida (2020). A autora divide os conteúdos em: agenda ordinária (conteúdos relativos à atividade parlamentar); agenda extraordinária (conteúdos relevantes na política, porém que não dizem respeito ao exercício do mandato); assuntos pessoais (conteúdos sobre família, lazer e rotina pessoal); e assuntos não políticos strictu sensu (não estão relacionados nem às questões políticas nem a vida pessoal da parlamentar, englobam-se aqui conteúdos de teor religioso e *trends* que viralizaram nas redes, por exemplo).

Essa observação é importante para compreendermos de que forma as parlamentares utilizam seus perfis no Instagram: valorizam mais a agenda ordinária, com foco na rotina parlamentar e suas atribuições diárias, colocando em evidências os feitos de seus mandatos? Ou priorizam os conteúdos relativos à agenda extraordinária, ou seja, que se referem às questões políticas em âmbito geral como, por exemplo, investigações em andamento, ações do governo federal e apoio ou oposição às questões pertencentes à agenda política? As deputadas fazem postagens sobre a vida pessoal com o intuito de se aproximarem da ciber-base, compartilhando a rotina com a família e momentos de lazer? Há conteúdos pertencentes à categoria assuntos não políticos *strictu sensu*?

Após essa divisão inicial classificamos, com base nos trabalhos de Passos (2023) e Sarmiento; Elias e Marques (2023), apenas aqueles referentes às pautas de gênero conforme as 16 categorias listadas: beleza/ aparência; cuidado; direitos LGBTQIA+; direitos sexuais e reprodutivos; empoderamento feminino; empreendedorismo feminino; família; paridade de gênero; participação política; pobreza menstrual; política antigênero; *posts* exclusivamente comemorativos; saúde; trabalho remunerado; violência e temas interseccionais.

O recorte temporal selecionado foi de 1º de março a 31 de maio de 2023. Levamos em consideração o número de pautas relacionadas às mulheres abordadas nesse período, tais como: Março Lilás (mês de conscientização e combate ao câncer de colo de útero); Dia Internacional da Mulher (8 de março); aprovação na Câmara do Projeto de Lei da Igualdade Salarial (04/05); eleição da nova gestão da Secretaria da Mulher (10/05); Dia das Mães (em 2023 comemorado no dia 14 de maio); Dia da Dignidade Menstrual (28/05).

Entre os resultados obtidos destacamos o fato de 3 das 5 deputadas selecionadas priorizarem conteúdos pertencentes à agenda extraordinária e não aqueles relacionados ao próprio exercício do mandato. Além disso, o número de postagens é bastante variado. Erika Hilton faz uma média de um *post* por dia, enquanto Gleisi Hoffmann publica cerca de 9 *posts* diariamente. Apenas Alessandra Haber se abstém de posicionamentos considerados polêmicos, como pautas relativas à comunidade LGBTQIA+.

A parlamentar também é a única que não faz publicações a respeito do governo federal, nem em apoio nem em oposição. Carla Zambelli e Gleisi Hoffmann se assemelham nesse sentido, pois ambas utilizam como uma de suas estratégias comunicacionais a comparação entre o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e o governo do atual presidente

Lula. Tabata Amaral, Alessandra Haber e Erika Hilton também se assemelham no sentido em que são bastante atuantes nas pautas sociais que defendem.

No que se refere às pautas relativas a gênero, os temas mais abordados foram: violência; cuidado; família; paridade de gênero; participação política e direitos LGBTQIA+. Não foi objetivo da pesquisa analisar se os conteúdos são benéficos ou não às mulheres, tampouco definir se as deputadas de fato defendem os direitos das mulheres de maneira substantiva, conforme o proposto por Pitkin (2006). Apresentamos esse conceito com o intuito de estabelecer a diferença. Mas nos restringimos à classificação desses conteúdos, a fim de observar quais as temáticas priorizadas pelas parlamentares em questão.

Os resultados apontam para a porosidade no que se refere à representatividade feminina na política, visto que o aumento da presença de mulheres nos espaços públicos de decisão não garante o fomento de pautas relativas aos direitos das mulheres. A pesquisa justifica-se por ser um instrumento para a compreensão do uso das redes sociais pelos atores políticos brasileiros a partir do viés de gênero.

1. MULHERES E PODER

1.1. Democracia e Representação

Bobbio (2000) explora, entre diversas pautas referentes ao “futuro da democracia”, as distinções entre democracia representativa e democracia direta. De acordo com o autor, a expressão “democracia representativa” significa, genericamente, que as deliberações coletivas são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade.

Bobbio (2000) afirma que a democracia representativa é a forma de governo mais comum nas democracias modernas. Isso se deve, entre outros motivos, à impossibilidade de uma democracia direta nos Estados modernos, dadas as complexidades e extensões que os acometem. Na prática, a democracia direta é frequentemente limitada a referendos e plebiscitos sobre questões específicas.

Que a democracia direta não seja suficiente se torna claro quando se considera que os institutos de democracia direta no sentido próprio da palavra são dois: a assembleia dos cidadãos deliberantes sem intermediários e o *referendum*. Nenhum sistema complexo como é o de um Estado moderno pode funcionar apenas com um ou com outro, e nem mesmo com ambos conjuntamente. (Bobbio, 2000, p.65)

Pitkin (2006, p.35) aponta para a mesma limitação da democracia direta e, em decorrência disso, a preferência por um governo representativo.

Governo representativo como dispositivo adotado no lugar da democracia direta, porque seria impossível reunir um grande número de pessoas em um único lugar. A representação é assim um “substituto para o encontro pessoal dos cidadãos”. Mas eles não a consideram um substituto menor; na verdade, ela promete possibilidades sem precedentes para governo da América.

A autora (2006, p.35) complementa que um governo representativo pode ser considerado ainda mais vantajoso, visto que os representantes eleitos devem “assegurar o bem público sem a distração de vários interesses particulares conflitantes, ou ‘facções’.”.

O Estado representativo, para Bobbio (2000), pode ser definido como um Estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos, pouco importando os órgãos de decisão (Parlamento, chefe do executivo ou outros). O autor (2000, p.57) chama atenção para o seguinte aspecto:

[...] se por democracia entendemos, como devemos, um regime no qual todos os cidadãos adultos têm direitos políticos – onde existe, em poucas palavras, o sufrágio universal -, devemos considerar que historicamente os

parlamentos vieram antes da extensão do sufrágio e que, portanto, por muito tempo existiram Estados parlamentares que eram representativos, mas não democráticos.

O autor afirma que nas democracias representativas que conhecemos são democracias nas quais se entende por representante uma pessoa que tem duas características bem estabelecidas: “a) na medida em que goza da confiança do corpo eleitoral, uma vez eleito não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável”. E “b) não é responsável diretamente perante os seus eleitores exatamente porque convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses particulares desta ou daquela categoria” (Bobbio, 2000, p.59-60).

Para Bobbio (2000, p.73), o defeito da democracia representativa, se comparada à democracia direta, “consiste na tendência à formação destas pequenas oligarquias que são os comitês dirigentes dos partidos; tal defeito apenas pode ser corrigido pela existência de uma pluralidade de oligarquias em concorrência entre si”.

Pitkin, em texto publicado originalmente em 1989, diz:

Enquanto a política é igualada ao governo e o governo é visto como um meio para a realização de fins privados e para a conciliação de reivindicações privadas conflitantes numa forma geral aceitável, as instituições representativas corretamente elaboradas podem servir muito bem a esses propósitos. Mas se sua função real é a de dirigir nossa vida pública compartilhada e se seu valor real reside na oportunidade de dividir poder e responsabilidade sobre aquilo que estamos fazendo conjuntamente como sociedade, então ninguém mais pode fazer minha política “por” mim e a representação pode significar apenas, na maior parte das vezes, a exclusão da maioria das pessoas dos benefícios da política. (Pitkin, 2006, p.42)

Miguel (2014), por sua vez, afirma que a democracia representativa estabelece um governo no qual o povo é evocado como titular nominal da soberania, mas está ausente dos espaços de efetivo exercício do poder. O autor complementa que a representação política formal impôs-se como uma necessidade, tal como apresentado por Bobbio (2000) e Pitkin (2006), uma vez que o tamanho dos territórios e das populações dos Estados nacionais modernos tornava inviável a democracia direta.

Torna-se necessário então, de acordo com Miguel (2014), buscar instrumentos que garantam que a vigência da representação não signifique um completo distanciamento entre o governo e a vontade popular. A autorização expressa dos representados e a presença de mecanismos de *accountability* foram consideradas requisitos necessários para conferir caráter democrático a uma relação de representação.

Phillips (1995) constata que, ainda que os mecanismos formais de autorização e *accountability*, em particular a eleição popular para o preenchimento dos cargos públicos, estejam em pleno funcionamento, é possível identificar falhas de representatividade. Para a autora, governantes autorizados pelo povo e submetidos a processos compulsórios de prestação de contas podem se revelar poucos responsivos aos cidadãos comuns, vinculados a interesses de grupos minoritários ou mesmo corruptos (Miguel, 2014).

Nesse sentido, Miguel (2014) complementa que a “crise da representação política” nos países democráticos intensificada no final do século XX, isto é, a percepção de um sentimento generalizado de não estar representado nas esferas de tomada de decisão, serve de indício de que a autorização e a *accountability* não bastam.

Em relação ao processo de decisão pelos eleitores, Downs (1957), citado por Miguel (2014), busca mostrar que é possível ver o mecanismo eleitoral como um instrumento de efetivação da vontade do povo. Para o autor (1957), o cidadão é capaz de compreender que as decisões do governo têm impacto direto em sua vida, mesmo sem ter um entendimento aprofundado das questões públicas. Dessa forma, os eleitores buscam manter aqueles governos que melhoram suas condições de existência e substituir os que não conseguem fazê-lo.

Do mesmo modo, os políticos lutam para se manter no poder e, para isso, precisam do voto popular. Logo, de acordo com o pensamento de Downs (1957), políticos racionais agirão para atender as necessidades e interesses do povo. A democracia concorrencial, descrita dessa forma, seria superior à própria democracia direta. A vontade popular guiaria as ações do governo, sem que a massa dos cidadãos tivesse que abandonar suas atividades cotidianas, por menor tempo que fosse, para tomar parte no processo decisório (Miguel, 2014).

Pitkin (2006) estabelece uma diferenciação entre a representação substantiva e a representação descritiva, sendo estas consideradas duas dimensões importantes na teoria da representação política. A representação substantiva está relacionada à capacidade do representante de agir em nome dos interesses, opiniões e desejos dos representados. Neste tipo de representação, os eleitores escolhem um representante com base em sua confiança de que ele tomará decisões que estejam alinhadas com os interesses e valores do eleitorado.

A principal característica da representação substantiva está em sua capacidade de tomar decisões políticas que reflitam a vontade e os interesses dos eleitores. Para tal fim, esse tipo de governo implica que o representante tenha um grau significativo de liberdade para

usar seu próprio julgamento e conhecimento para tomar decisões políticas, mesmo que essas decisões não correspondam exatamente às preferências de cada eleitor individual.

Já a representação descritiva, para Pitkin (2006), está relacionada à semelhança ou correspondência entre o representante e os representados em termos de características pessoais (como gênero, raça, religião e classe social). A ênfase está na composição demográfica e na diversidade do corpo de representantes, de modo que a legislatura ou órgão representativo reflita a pluralidade da sociedade. Dessa forma, a representação descritiva busca garantir que grupos historicamente sub-representados tenham voz e presença significativas nas instituições políticas.

Pitkin (2006) ressalta que a representação substantiva e a representação descritiva não são excludentes e podem coexistir em sistemas políticos. Em muitas democracias os eleitores podem considerar tanto as qualidades substantivas de um candidato (suas posições políticas e habilidades), quanto suas características descritivas (identidade de gênero, etnia, etc.) ao fazer escolhas políticas.

Outro aspecto relevante trata-se de que a democracia não se esgota nos procedimentos representativos. Miguel (2017) ressalta que um dos elementos centrais da nossa compreensão de democracia é a ideia de igualdade, que está em tensão permanente com a representação e introduz necessariamente a desigualdade entre representantes e representados. O aperfeiçoamento dos mecanismos de controle dos representados sobre os representantes permanece como passo indispensável para o aperfeiçoamento da democracia (Miguel, 2014).

Nesse sentido, Phillips (2001, p.268) aponta que a crescente preocupação com o tema da exclusão política desafia o entendimento tradicional sobre os mecanismos representativos, em especial “a percepção arraigada de que a chave da boa representação política está no programa e nas ideias compartilhadas entre representantes e representados — sem qualquer referência à identidade dos representantes”.

A autora afirma que, por esse motivo, cada vez mais é afirmada a necessidade de presença física dos grupos excluídos nos locais de decisão, o que se traduz frequentemente na adoção de cotas eleitorais. No entanto, para Phillips (2001, p.268), não se trata de escolher uma ou outra forma de representação e sim de, “compreendendo os limites de cada uma, buscar um sistema mais justo que incorpore tanto ideias quanto presença”.

1.2. Mulheres e Poder

As mulheres foram historicamente excluídas das esferas públicas e confinadas ao espaço privado. Toda vida política e social foi criada por e para uma ideia que contempla o ser humano masculino e branco. Clássicos da literatura feminista ajudam a compreender esse contexto, como “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir (1949), no qual a autora defende que as características/funções/papéis atribuídos às mulheres são consequência de um processo social e histórico que colocou o sexo feminino como o “outro” sexo.

Esse é o mesmo princípio que parte Bourdieu na obra “A Dominação Masculina” (1998), na qual o autor afirma que essa dominação não é biológica, mas uma construção arbitrária do biológico que fundamenta as divisões sexuais aparentemente espontâneas.

O sociólogo afirma que o princípio de perpetuação dessa relação de dominação não reside verdadeiramente dentro da unidade doméstica, mas em instâncias como a escola, o estado e a igreja. São lugares de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem até mesmo, e especialmente, dentro do universo mais privado, “é um imenso campo de ação que se encontra aberto às lutas feministas, chamadas então a assumir um papel original, e bem definido, no mesmo seio das lutas políticas contra todas as formas de dominação” (Bourdieu, 1998, p.16).

O autor (1998) complementa que a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante rigorosa das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos. É a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres.

Na obra “As Mulheres ou o Silêncio da História” Perrot (2005) corrobora com a afirmação de Bourdieu ao realizar uma importante reflexão sobre as fontes primárias de pesquisa histórica e constatar poucos registros femininos nos arquivos públicos, normalmente destinados a atos de administração e poder, quase exclusivamente dos “grandes homens”.

Os arquivos familiares, como correspondências e diários íntimos, por sua vez, costumam ser alvo de destruições das histórias do cotidiano, das memórias e dos sentimentos das mulheres, sendo até recentemente pouco valorizados. Assim, a dificuldade de escrever uma história das mulheres deve-se, inicialmente, ao apagamento de seus traços, tanto públicos quanto privados (Perrot, 2005).

Perrot (2005) também destaca que o silêncio foi reiterado através dos tempos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento: “aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Este mesmo silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escriturária” (Perrot, 2005, p.10). Mais uma vez dialogando com Bourdieu (1998) ao afirmar que a violência simbólica é uma das armas mais eficazes da dominação masculina ao longo do tempo.

Pinto (2001) observa que a causa da tímida presença das mulheres no mundo da política não se resolveu com a entrada da mulher no mundo do trabalho. De acordo com a autora, inúmeros trabalhos têm contestado a forma como se constitui a esfera pública (política) nas democracias liberais, que, por sua natureza, parte do reconhecimento de uma igualdade fundamental entre os cidadãos através do qual se estabelece as regras do regime democrático (Young, 1996; Fraser, 1997; Phillips, 1996; Benhabib, 1999; Mouffe, 2005).

Fraser (1992; 2002) e Young (2006), partindo de premissas feministas, procuram explicar e criticar a forma como as mulheres são marginalizadas da política, a partir, nomeadamente, da própria definição de “política” como uma esfera à parte da vida privada que confundem a forma como as relações de poder se estendem aos dois domínios, atuando assim como uma forma discursiva de poder. Esse poder de excluir o cotidiano da política estreita não só o leque de quem pode aceder ao espaço público, mas também o que está aberto à discussão política e própria forma como pode ser discutido.

A crítica, de acordo com Pinto (2001), dirige-se à construção de esferas públicas onde as desigualdades devem ficar entre parênteses, o que na prática significa ou a exclusão dos grupos mais frágeis, ou a pura dominação no próprio interior da esfera pública: trata-se de capitais diferentes para agir no campo político, que resulta em um campo dominado por homens brancos, com nível educacional e de rendimentos muito acima da média da população.

A questão, portanto, para Pinto (2001), é mais ampla do que a questão da mulher e diz respeito a um pacto que, tomando os desiguais como iguais, exclui os desiguais. Consequência disso é o fato de que grupos excluídos econômica ou culturalmente, quando abrem mão de interesses específicos em nome de interesses gerais, facilmente estão abrindo mão de seus próprios interesses em nome de interesses de outros (do dominante), transformados em interesses gerais por força da posição dos agentes no campo de luta (Pinto, 2001).

Miguel e Biroli (2014) afirmam que na teoria política produzida nas últimas décadas, a contribuição do feminismo se mostrou crucial. O debate sobre a dominação masculina nas sociedades contemporâneas abriu portas para tematizar, questionar e complexificar as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo da política, tais como as noções de indivíduo, de espaço público, de autonomia, de igualdade, de justiça ou de democracia.

Os autores ressaltam que não é mais possível discutir a teoria política ignorando ou relegando às margens a teoria feminista que, nesse sentido, é um pensamento que parte das questões de gênero, mas vai além delas, reorientando todos os nossos valores e critérios de análise.

A denúncia da dominação masculina, ainda de acordo com Miguel e Biroli (2014), atravessou os séculos. Na Idade Média, o pensamento de Cristina de Pizán (1364 – 1430) já indicava que as mulheres sabem menos “sem dúvida porque não têm, como os homens, a experiência de tantas coisas distintas, mas se limitam aos cuidados do lar, ficam em casa, ao passo que não há nada tão instrutivo para um ser dotado de razão como exercitar-se e experimentar coisas variadas” (Pizán, 1405).

Dessa forma, Miguel e Biroli (2014, p.19) apontam que “o feminismo se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão da esfera pública”. Assim, o feminismo como movimento político e intelectual surge na virada do século XVIII para o século XIX e pode ser considerado um “filho indesejado da Revolução Francesa”. (Miguel; Biroli, 2014, p.20).

Os autores apontam que a maioria dos revolucionários franceses manifestava desinteresse, quando não hostilidade, pelos direitos da mulher. “Seguiam a linha de Rousseau, maior inspiração filosófica para a Revolução, para quem a liberdade dos homens não incluía as mulheres, destinadas “naturalmente” ao enclausuramento na esfera doméstica” (Miguel; Biroli, 2014, p.20).

Miguel e Biroli (2014) afirmam que, às margens do debate na Constituinte, surgiram demandas pelo acesso das mulheres aos direitos políticos. O escrito mais importante desse período é a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, de Olympe de Gouges (1748-1793). O documento consiste na transcrição da “Declaração dos direitos do homem e do cidadão” para o feminino, com acréscimos significativos que reivindicam os direitos das mulheres. Na mesma época, na Inglaterra, Wollstonecraft (1759-1797) publica “Uma vindicação dos direitos da mulher” (1792).

O chamado “feminismo liberal” nasceu no século XVIII e desenvolveu-se ao longo do século XIX. Miguel e Biroli (2014, p.22) apontam que as determinações sobrepostas das desigualdades de gênero, classe e raça não aparecem no feminismo desse período da mesma forma como foram desenvolvidas por feministas posteriores.

O próprio paralelo entre a situação das mulheres e dos escravos revela que *as escravas* não participavam do coletivo em nome do qual as sufragistas falavam. Mas uma feminista de trajetória invulgar como Sojourner Truth (c. 1797-1883), que foi empregada doméstica antes de se tornar oradora política, mostra que, se não era produzida uma reflexão aprofundada, ao menos havia, em parte do movimento de mulheres da época, uma sensibilidade para entender a condição feminina de forma bem mais complexa. (Miguel; Biroli, 2014, p.22-23)

De acordo com os mesmos autores, na passagem do século XIX para o século XX, um corpo plural de pensamento feminista socialista se estabeleceu, incluindo bolcheviques como Clara Zetkin (1857-1933) e Alexandra Kollontai (1872-1952), ou anarquistas como Emma Goldman (1869-1940).

No mundo ocidental, a plataforma feminista inicial foi efetivada ao longo do século XX. Em geral, apontam Miguel e Biroli (2014), o direito ao voto foi conquistado pelas mulheres nas primeiras décadas do século. As barreiras à educação foram levantadas e, lentamente, os códigos civis passaram a afirmar a igualdade de direitos entre os cônjuges. Nesse período, para os autores, o feminismo foi obrigado a focar em mecanismos menos evidentes de reprodução da subordinação das mulheres, e questões vinculadas à sexualidade e aos direitos reprodutivos ganharam projeção.

A publicação de “O Segundo Sexo” (1949) por Beauvoir “representou uma tentativa poderosa de entender a construção social do “feminino” como um conjunto de determinações e expectativas destinado a cercear a capacidade de agência autônoma das mulheres” (Miguel e Biroli, 2014, p.25).

A percepção de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, proposta por Beauvoir, pode ser considerada como fundadora do feminismo contemporâneo. A ideia, de acordo com Miguel e Biroli (2014), abriu caminho para o conceito “o pessoal é político” – marca do movimento feminista a partir dos anos 1960.

Friedan (1921-2006), no clássico “A mística feminina” (1963), analisa a infantilização a que as mulheres são submetidas, a fim de se adequarem aos únicos espaços que a sociedade

está disposta a dar a elas: o de esposas e donas de casa submissas a um marido que as comandam. Friedan ressalta que “para uma garota, não é inteligente ser muito inteligente”.

No entanto, Miguel e Biroli (2014) ressaltam que a obra de Friedan estava um passo atrás em relação a outras feministas da época. A autora apresenta a experiência da classe média branca estadunidense como a “condição universal da mulher”, desconsiderando as questões de classe e raça.

Nesse sentido, destacamos a obra de Davis (1944) “Mulheres, Raça e Classe”, publicada originalmente em 1981. A filósofa chama a atenção para as opressões de raça, gênero e classe vivenciadas simultaneamente pelas mulheres negras, e revela a dificuldade de eleger uma opressão específica como a mais importante. Para a autora, essas opressões são simultâneas, híbridas e, por isso, não podem ser analisadas e/ou combatidas individualmente. Davis realiza uma análise da opressão a partir do modo como os movimentos sociais se organizam e como acolhem (ou não) as diferentes experiências.

Gonzalez (2020) foi uma das pioneiras na abordagem da interseccionalidade no contexto brasileiro. A autora destacava a importância de compreender as experiências das mulheres negras de forma integral, reconhecendo que elas enfrentam formas específicas de opressão que não podem ser totalmente compreendidas apenas considerando-se a perspectiva de gênero ou raça separadamente. Ela criticava as abordagens simplistas que não levavam em conta a multiplicidade de identidades e contextos sociais.

1.3. Histórico da participação feminina na política brasileira

O movimento sufragista no Brasil ganhou força no cenário político na segunda metade do século XIX. Para Melo e Thomé (2018), a difusão da educação foi um elemento fundamental para compreender esse cenário. Nísia Floresta (1809 – 1885) marcou a história do movimento com a publicação do livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” (1835), no qual defendia o direito das mulheres à educação, denunciava a ignorância em que eram mantidas as meninas e protestava contra a condição de dependência a qual eram relegadas as mulheres em relação aos homens.

Leonilda Daltro (1859 – 1935) criou a primeira organização sufragista brasileira e em 1910 fundou o Partido Republicano Feminino. As estratégias do movimento sufragista incluíam passeatas e manifestações por meio da imprensa, como a presença em jornais e

revistas e, mais tarde, publicações próprias. Melo e Thomé (2018) destacam a importância da imprensa feminista na conquista dos direitos civis das mulheres.

Em 1831 foi lançado em Pernambuco o jornal “Espelho das Brasileiras” e, no Rio Grande do Sul, “Belona” circulou entre 1833 e 1834. Entretanto, foi a partir da década de 1850 que a imprensa feminista se multiplicou em diversos estados brasileiros. Publicações como “O Jornal das Senhoras”, “O Bello Sexo”, “A Violeta Fluminense”, “O Sexo Feminino”, “Eco das Damas”, “A Família”, “A Mensageira” e “O Feminista” foram alguns dos periódicos de grande relevância na difusão dos direitos das mulheres. As sufragistas escreviam a fim de denunciar o desprezo pela educação feminina e defendiam o direito a votar e ser votada (Melo; Thomé, 2018).

Bertha Lutz (1894 – 1976) foi outra figura relevante para o movimento. A educadora participou da fundação da Federação Brasileira de Progresso Feminino e da organização do primeiro Congresso Internacional Feminista no Brasil, em 1922. Alzira Soriano (1897-1963) foi a primeira mulher eleita no Brasil. Em 1928 ela assumiu a prefeitura de Lajes, pequeno município do Rio Grande do Norte, quando as mulheres ainda não tinham direito ao voto no país. (Melo; Thomé, 2018)

Chaia (2010) destaca que a proclamação da República, em 1889, alterou o direito político dos cidadãos, porém não ocorreu um aumento da participação política. No período da República Velha, entre 1889 e 1930, algumas alterações foram executadas: aboliu-se a restrição da renda; o analfabeto perdeu o direito do voto. A Constituição de 1891 definiu que os eleitores deveriam ser maiores de 21 anos. O argumento utilizado para a exclusão de analfabetos e mulheres do processo eleitoral justificava-se pela ideia de que seriam mais influenciáveis, fosse pelos patrões, fosse pelos maridos e pais (Chaia, 2010).

Com a Revolução de 1930, de acordo com a mesma autora, as condições para a realização das eleições e o exercício do voto mudaram. A elaboração do Código eleitoral de 1932 e a Constituição de 1934 possibilitaram o voto às mulheres, mas somente àquelas que trabalhassem fora. A idade foi reduzida para maiores de 18 anos e o alistamento se tornou obrigatório. Ainda estavam excluídos os analfabetos, as donas de casa, os mendigos e os privados de direitos políticos.

Para Chaia (2010), o período de 1945 a 1964 foi marcado pela crescente participação e mobilização em todas as esferas da sociedade brasileira. Esse período e a experiência

participativa foram abortados pelo golpe de 1964, que provocou o limite e a exclusão da participação política.

Já o período denominado Nova República foi marcado por uma série de avanços na legislação eleitoral: eleições diretas para prefeitos em 1985 (durante a ditadura as eleições para prefeito continuaram existindo, exceto para as capitais e municípios considerados área de segurança nacional); inclusão dos analfabetos e conquista do direito de votar; reforma partidária com a legalização de siglas partidárias de esquerda; voto facultativo para jovens maiores de 16 anos; estabelecimento de eleições diretas para a Presidência da República em 1989, após 29 anos (Chaia, 2010).

A Constituição de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, foi um avanço importante não só para os direitos das mulheres como para grande parte dos setores antes marginalizados e excluídos da esfera social.

Até a criação da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, as mulheres não participavam da elaboração da Constituição brasileira. A única exceção foi em 1934, quando a deputada Carlota Pereira teve envolvimento nesse processo. Entretanto, em 1986, 26 mulheres de 16 estados do Brasil foram eleitas para a Câmara dos Deputados, embora este número fosse relativamente baixo em comparação com o total de candidatas, que foi de 166.

Quando essas deputadas chegaram a Brasília, elas não tinham uma estratégia de atuação conjunta, apesar de já existir um movimento ativo que buscava mais direitos para as mulheres.

As constituintes eram diversas em termos de filiação partidária, representando um amplo espectro político, da “direita à esquerda”. Elas tinham diversas ocupações, sendo principalmente jornalistas, advogadas e professoras, mas também incluíam profissionais de saúde, pesquisadoras, assistentes sociais, empresárias e até uma atriz.

A atuação dessas deputadas correspondeu às expectativas do movimento de mulheres que participaram da campanha "Mulher e Constituinte", criada dois anos antes pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). A campanha tinha o objetivo de estimular a participação das mulheres no processo constituinte e eleger um maior número de parlamentares do sexo feminino.

Em março de 1987, as mulheres entregaram a "Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes" ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Esse documento foi resultado de uma campanha que envolveu ativistas,

movimentos feministas e associações de todo o país. A principal mensagem da campanha era que uma Constituição verdadeira deveria incluir os direitos das mulheres.

A partir desse ponto, deputadas e senadoras formaram uma aliança suprapartidária que serviu como ligação entre os constituintes e os movimentos de mulheres, aliança que passou a ser conhecida como "Lobby do Batom". De acordo com dados do próprio conselho, cerca de 80% das reivindicações apresentadas foram aprovadas durante o processo constituinte.

Entre as conquistas femininas incorporadas na nova Constituição estão: explicitar no texto constitucional a igualdade entre homens e mulheres perante a lei; garantia de mecanismos que coíbam a violência doméstica e a discriminação étnica/racial; licença maternidade de 120 dias; licença paternidade de 8 dias; direito à posse da terra ao homem e a mulher, independente do estado civil; igualdade de direitos e de salários entre homem e mulher; garantia de direitos e benefícios às trabalhadoras rurais, creches no local de trabalho e moradia, de 0 a 06 anos; igualdade na sociedade conjugal; ampliação do conceito de família; reconhecimento da união estável como entidade familiar; direitos trabalhistas e previdenciários às trabalhadoras domésticas; saúde integral como um direito de todos e dever do Estado.

Após 91 anos da conquista do direito ao voto feminino e 35 anos após a promulgação da Constituição de 1988, os avanços na representação das mulheres na política são lentos.

Segundo levantamento da ONU divulgado em setembro de 2021 as mulheres representam menos de 10% dos parlamentares em 27 países, incluindo quatro que não possuem sequer uma representante feminina (Iêmen, Vanuatu, Papua-Nova Guiné e Micronésia). Em média, a participação das mulheres nos parlamentos é de 25%. Em 1995, a representação tinha média de 11%. O Brasil está abaixo da média atual, com apenas 14,8% de representantes mulheres.

Nesse ritmo, ainda segundo a ONU, a paridade de gênero nos órgãos legislativos nacionais não será alcançada antes de 2063. O estudo mostra ainda que existem apenas 26 mulheres atuando como chefes de Estado ou de governo em 24 dos 193 países analisados. A igualdade de gênero nas posições mais altas do poder não será alcançada nos próximos 130 anos. A ONU Mulheres implementou no Brasil o Plano 50/50, que objetiva, até 2030, fazer com que as mulheres ocupem pelo menos metade dos cargos políticos.

Algumas medidas têm sido adotadas para promover a diminuição da disparidade entre homens e mulheres que ocupam postos na política brasileira. A Lei 12.034 de 2009 assegura o

percentual mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Além disso, a Emenda Constitucional 117 de abril de 2022 obrigou os partidos a destinarem pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, bem como do tempo de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.

A emenda constitucional ainda destina 5% do Fundo Partidário para criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já havia decidido desde 2018 que a distribuição do financiamento de campanhas eleitorais deveria ser proporcional aos candidatos de acordo com o gênero, respeitando o limite mínimo de 30% para mulheres. No entanto, a emenda constitucional anistia os partidos que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições ocorridas antes da promulgação. Com isso, não foram aplicadas sanções como devolução de valores, multa ou suspensão do Fundo Partidário.

A mudança ocorreu com a alteração da Lei das Eleições (Lei 9.504, de 1997). Desde então, apesar do aumento do número de candidaturas femininas, houve pouca mudança na proporção de mulheres eleitas. Outra medida importante foi a determinação de considerar fraude eleitoral compor a chapa somente com mulheres que emprestam seus nomes, mas não são candidatas efetivas, as chamadas candidaturas laranja.

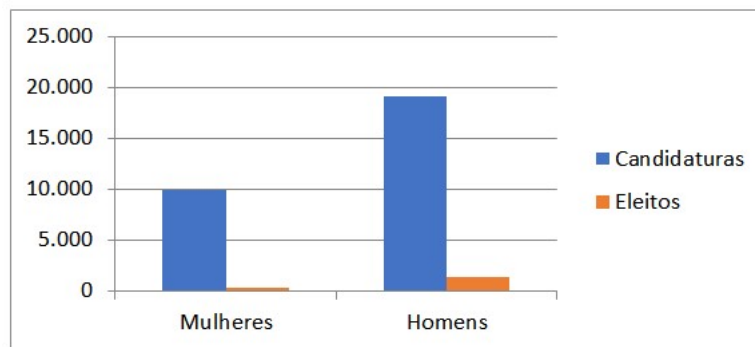
Hoje, as mulheres representam 52,65% do eleitorado e 46% das pessoas filiadas a partidos políticos. Dos 32 partidos políticos brasileiros, apenas seis são presididos por mulheres: PT, com a deputada federal Gleisi Hoffmann (PR); PCdoB, com Luciana Santos (vice-governadora de Pernambuco); PRTB, com Aldinea Fidelix (SP); Podemos, com a deputada federal Renata Abreu (SP); PMB, com Suêd Haidar (RJ); e Rede Sustentabilidade, com a ex-senadora Heloísa Helena (RJ).

1.4. Panorama das Eleições de 2022

De acordo com dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas últimas eleições, realizadas em outubro de 2022, cerca de 9.892 mulheres se candidataram para os cargos disponíveis no Legislativo e no Executivo (34% das candidaturas), e apenas 302 foram eleitas (cerca de 3,1%). Esses números correspondem à quase metade dos

resultados masculinos, onde 19.072 homens se candidataram (66% das candidaturas), e 1.346 foram eleitos (pouco mais de 7%).

Gráfico 1 – Quantidade de homens e mulheres eleitos em 2022



Fonte: dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2022

Nas assembleias legislativas registrou-se um aumento de 16% de mulheres se comparado a 2018. Em 2023 as mulheres ocupam 18% do Parlamento. 91 mulheres foram eleitas a deputadas federais, na legislatura anterior eram 77 (aumento de 18,2%). Esse número representa 17,7% do total de 513 parlamentares. Nessa eleição, foram eleitas 302 mulheres, contra 1.394 homens para a Câmara dos Deputados, Senado, Assembleias Legislativas e governos estaduais. O levantamento do TSE também mostra que, ao todo, foram eleitas 39 mulheres pretas, cinco indígenas, 71 pardas e 184 brancas, de acordo com a autodeclaração de cada uma.

Já no Senado, houve queda de 11 para dez senadoras eleitas. Dos 27 senadores eleitos em 2022 (1/3 do Senado) apenas 4 são mulheres: Damares (Republicanos/DF); Tereza Cristina (PP/MS); Professora Dorinha (União/TO) e Teresa Leitão (PT/PE). Em 2022 o Senado contava com 14 senadoras em exercício, no entanto 4 encerraram o mandato no final do ano: Mailza Gomes (PP/AC); Maria do Carmo Alves (PP/SE); Nilda Gondim (MDB/PB); Simone Tebet (MDB/MS).

Outras 4 são suplentes do mandato que vai até 2027 e podem sair do cargo para a volta do titular: Eliane Nogueira (PP/PI) suplente de Ciro Nogueira. Margareth Buzetti (PP/MT) suplente de Carlos Fávaro. Maria das Vitórias (PSD/AC) suplente de Sérgio Petecão. Ivete da Silveira (MDB/SC) suplente de Jorginho Mello que se elegeu governador de Santa Catarina. Portanto, a partir de 2023, 11 senadoras estarão em exercício (13,5% da composição do Senado).

Nas eleições de 2022, 4 estados não elegeram nenhuma deputada federal: Alagoas, Amazonas, Paraíba e Tocantins. Os estados que mais elegeram foram: São Paulo (14); Minas Gerais (9) e Rio de Janeiro (9). Minas Gerais teve a maior alta da participação feminina: passou de 3 para 9 deputadas federais. O Distrito Federal teve a maior queda: passou de 5 deputadas federais para 2 eleitas.

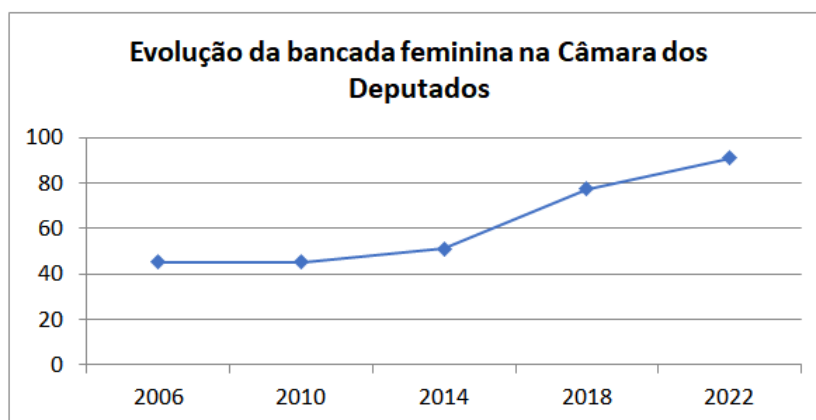
A Federação PT-PCdoB-PV terá o maior número de mulheres contando com 21 eleitas, seguido pelo PL com 17, e o MDB e União com 9 mulheres cada. A Federação PSOL-REDE fez 8 vagas e a Federação PSDB-Cidadania fez apenas 3 cadeiras. Pela primeira vez na história, a Câmara Federal contará com duas deputadas transgênero: Érika Hilton (PSOL/SP) e Duda Salabert (PDT/MG).

A Câmara dos Deputados também contará pela primeira vez com 4 mulheres indígenas: Célia Xakriabá (PSOL/MG); Juliana Cardoso (PT/SP); Sônia Guajajara (PSOL/SP) e Silvia Waiãpi (PL/AP). O número de mulheres negras também aumentou proporcionalmente: 15 se declararam pardas e 13 pretas, ao todo 28, somando 30,7% das mulheres eleitas na Câmara dos Deputados.

De acordo com o relatório Representativa (2022), a taxa de crescimento de registro de candidaturas femininas para o Legislativo e Executivo está desacelerando no país. Enquanto o aumento foi: de 60,6% de 2010 a 2014 e de 13,3% de 2014 a 2018, de 2018 a 2022 foi de apenas 2,2%. Isso acontece apesar dos incentivos dados pela legislação eleitoral.

De acordo com o mesmo relatório, a evolução da bancada de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados nas últimas 5 eleições é: 45 (2006); 45 (2010); 77 (2018) e 91 (2022).

Gráfico 2 – Evolução da bancada feminina na Câmara dos Deputados



Fonte: Relatório Representativa (2022)

2. COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICA

Toffler (1980) mostra a evolução da sociedade a partir do que chama de “ondas”. A Primeira Onda se refere à transição da Sociedade Primitiva, baseada em grupos nômades de caçadores-coletores, para a Sociedade Agrícola. Com o cultivo de plantas e a domesticação dos animais, as comunidades começaram a se estabelecer em locais fixos, levando à criação de aldeias e, posteriormente, de cidades. Isso levou a uma intensificação da divisão do trabalho (antes dividida apenas em: homens caçavam enquanto as mulheres cuidavam da coleta e do lar), com pessoas especializadas em diferentes atividades, como agricultura, artesanato e comércio. A comunicação se dava apenas pelas vias orais, e o público era o interlocutor imediato.

A Segunda Onda representa a transição para a Sociedade Industrial, ocorrida com a Revolução Industrial, quando houve mudanças significativas na produção a partir da introdução de máquinas nas fábricas. As cidades cresceram e a produção em massa tornou-se o padrão; a hierarquia e a burocracia organizacional se desenvolveram, e as capacidades intelectuais dos homens foram ampliadas.

A comunicação à distância passou a ser necessária e houve, então, o desenvolvimento dos correios, telégrafo e do telefone. Além disso, já havia o rádio, jornais impressos, revistas e cinema, o que permitia a transmissão de mensagens de forma massiva. De acordo com Toffler (1980, p.11), nessa época o público já se tornara “uma massa muito mais difícil de ser atingida por falta de segmentação, como ocorre hoje”.

A Terceira Onda caracteriza a Sociedade da Informação, marcada pela Revolução Técnico-Científica. Nesse estágio, o conhecimento, a tecnologia e a informação tornaram-se os recursos mais importantes. A tecnologia da informação e a comunicação desempenharam papéis cruciais, levando a uma economia baseada no conhecimento. No que se refere à comunicação, ela passa a individualizar seus produtos, enviando imagens, ideias e símbolos diferentes para diferentes segmentos da população.

A Quarta Onda se refere à Sociedade Pós-Industrial ou Sociedade do Conhecimento. Toffler propôs a “quarta onda” como uma extensão de sua teoria original das três ondas, onde esta representa uma sociedade pós-industrial ou uma sociedade do conhecimento ainda mais avançada. Nesta fase, a tecnologia continua a se desenvolver rapidamente e a ênfase está na inovação, na criatividade e na economia baseada no conhecimento. As fronteiras entre o físico

e o virtual podem se tornar menos definidas, e a sociedade pode se tornar ainda mais globalizada e interconectada.

Lojkin (2002) afirma que mais do que a revolução tecnológica, a revolução informacional representa o surgimento de uma civilização não mais dividida entre aqueles que produzem e os que comandam, mas entre aqueles que detêm o conhecimento e os que são excluídos desse exercício.

Na obra “A Era da Informação”, Castells (1999) defende que devemos pensar a tecnologia enquanto um instrumento da sociedade. Assim, a tecnologia é a sociedade e a sociedade não pode ser entendida e representada sem suas ferramentas tecnológicas. O autor (p.31) aponta que a revolução tecnológica “originou-se e difundiu-se, não por acaso, em um período histórico de reestruturação global do capitalismo, para o qual foi uma ferramenta básica”.

Dessa forma, o que mudou, de acordo com Castells (1999, p.110) “não foi o tipo de atividade em que a humanidade está envolvida, mas sua capacidade tecnológica de utilizar, como força produtiva, direta, aquilo que caracteriza nossa espécie como uma singularidade biológica: nossa capacidade de processar símbolos”. O autor (p.51) afirma que a Era da Informação não se dá pela centralidade de conhecimentos e informação, mas pela “aplicação desses conhecimentos, dessa informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/ comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a informação e seu uso”.

Thompson (1995) afirma que a visibilidade é da natureza da política e, por este motivo, o campo político sempre apresentou interfaces com o campo midiático. Gomes (2004; 2018) parte do mesmo pressuposto e afirma que a política tende, historicamente, a se adaptar ao ambiente e aos recursos predominantes da comunicação. A condição para isso, segundo o mesmo autor, dá-se quando a forma de comunicação se torna o principal meio a que as pessoas recorrem para satisfazerem as suas necessidades de orientação cognitiva (informação), interação e integração social.

Gomes (2018) afirma que, assim como a educação e o comércio, a política é uma das atividades humanas mais dependentes da comunicação. A expressão das divergências; a construção de um terreno comum; a competição e a cooperação; a manifestação do que difere e a afirmação do que une; a moderação do atrito das vontades como atrito de pensamento; tudo isso, para o autor, supõe comunicação.

Gomes (2004) recorda que a própria definição de humanidade, segundo Aristóteles na antiguidade, pressupõe animais políticos, animais que expressam seus pensamentos para viver em sociedade. Aterton (1987, p.15) afirma que

A política é uma forma de comunicação. Os que procuram poder político fazem-no organizando o comportamento político de outros; organização implica comunicação. Líderes políticos tentam transmitir aos cidadãos suas políticas e suas visões; membros ativos do público buscam formas de exprimir o seu apoio e expressar as suas necessidades para as autoridades políticas. Muitas das tarefas normalmente realizadas pelas instituições políticas demandam comunicação entre indivíduos e entre grupos: demanda de apoio, negociações sobre objetivos em competição, articulação de políticas alternativas, levantamento de fundos, construção de coalizões, registros de demandas e necessidades e, até mesmo, a formulação de ameaças. Assim, as competências para se comunicar estão embutidas nos processos políticos. (grifo nosso)

Nessa perspectiva, Gomes (2004) afirma que a política sempre foi dependente dos meios e modos que formaram o ambiente predominante da comunicação em cada momento histórico. Isso posto, complementa o autor (2018), é razoável admitir que a estrutura de comunicação existente em uma dada sociedade venha a influenciar de forma decisiva suas instituições políticas.

Foi assim com a linguagem oral, com a escrita, o posterior desenvolvimento da imprensa e, conseqüentemente, da era da reprodutibilidade técnica. Mais recentemente os meios de comunicação de massa de largo alcance tiveram que lidar com uma população crescentemente escolarizada e já massificada. Gomes (2004) aponta que o advento da radiodifusão e da comunicação de largo espectro foram marcos importantes e significativos para os rumos que nos trouxeram até a atualidade.

Por fim, chegamos à era das comunicações digitais, baseadas na digitalização e datificação da vida (Gomes, 2018). E, novamente, a política se adaptou à forma de comunicação dominante e alterou seus processos para otimizar os resultados às demandas atuais.

Stromer-Galley (2013) aponta que, diante desse cenário, a internet passou a ser vista como uma ferramenta em potencial para o aprimoramento da democracia. A autora atribui essa mudança ao fato de as mídias digitais apresentarem características que diferem dos tradicionais meios de comunicação. As mídias tradicionais, portanto, são limitadas por não serem capazes de propiciar espaços de diálogos entre cidadãos e representantes.

A comunicação de massa tradicional restringe ou, ao menos, cria poucas oportunidades para que a comunicação ocorra facilmente entre cidadãos e destes com líderes políticos. Se os meios de comunicação tradicionais não tornam possível a participação ativa dos cidadãos nos processos de decisão política, então qual meio pode assumir essa função? Cada vez mais, o elixir mágico parece ser a internet. (Stromer-Galley, 2013, p.24)

A internet, por sua vez, se caracteriza pela transmissão direta de informações, dispensando o uso de intermediários. Nesse sentido, Stromer-Galley (2013) aponta que o meio digital é capaz de propagar a informação de modo a incentivar os cidadãos comuns a participarem do processo político, assumindo-o como parte de sua responsabilidade.

A crítica de Habermas (1989) sobre a destruição da esfera pública no mundo contemporâneo devido à emergência da comunicação de massa e o surgimento da sociedade do consumo soa verdadeira se lançarmos nossos olhares apenas sobre aquilo que concebemos como comunicação de massa: jornais impressos, televisão e rádio. No entanto, *eu vejo a possibilidade de os cidadãos debaterem questões entre si e com os atores políticos de nossas instituições públicas* através de fóruns on-line, quadros eletrônicos (bulletin-boards), listas de discussão por e-mail e salas de bate-papo. *A interação humana, mediada por redes digitais, existe de um modo que os outros tipos de comunicação mediada não são capazes de oferecer.* (Stromer-Galley, 2013, p.28 – grifo nosso)

Assim, a internet tem gerado “múltiplas oportunidades de informação política e comunicação” (Norris, 2011, p. 109). A internet oferece aos representantes a oportunidade de demonstrar que estão comprometidos com os interesses da sociedade. Por sua vez, esses representantes devem utilizar meios digitais para consultar os eleitores e também prestar contas das ações realizadas durante o exercício de seus mandatos, promovendo assim a boa governança e a transparência (Almeida, 2017).

Barros, Bernardes e Rodrigues (2015) afirmam que o uso da internet entre os atores políticos é uma realidade em ascensão na maioria dos países, especialmente entre as instituições legislativas e entre os próprios representantes políticos.

Compreender as tecnologias como parte fundante da sociedade e seu momento histórico, e não como meros aparatos, nos ajuda a entender as lógicas comunicacionais. Castells (1999) ampara a ideia de que sociedade não pode ser entendida e representada sem suas ferramentas tecnológicas. Gomes (2004; 2018) ressalta que a política tende a se adaptar ao ambiente e aos recursos predominantes da comunicação. Neste sentido, a comunicação é elemento fundante da política, que, por sua vez, é uma forma de organização da sociedade.

2.1. As mídias digitais a serviço da democracia

Gomes (2018) destaca que, atualmente, não existe informação científica, contemporaneidade, ideia, representação, conceito, valores ou perspectivas que não sejam mediados pela comunicação. A maioria dos elementos que contribuem para a esfera pública é afetada, em grande parte, pela influência direta e abrangente das indústrias de comunicação e de entretenimento, dos setores profissionais ligados à comunicação, bem como das linguagens e recursos comunicativos.

A relação entre governos e cidadãos, segundo o autor (2018), é mediada basicamente pela comunicação: os cidadãos preferem confiar e depender do jornalismo para se informar sobre políticas públicas e sobre ações, discursos e comportamentos dos políticos; os políticos, por sua vez, são influenciados, na formulação de agendas e na sua tomada de decisão, pelo que o jornalismo reflete como vontade e prioridades dos cidadãos, pela opinião publicada por profissionais da imprensa e outros membros influentes da comunidade política.

Gomes (2018) chama esse processo de “retroalimentação contínua de exposição”: o jornalismo captura todo conteúdo gerado por usuários nas redes sociais, que depois é recapturado do jornalismo pelos usuários das redes, com visibilidade multiplicada por milhares de vezes. É um ciclo de retroalimentação que só expande a disseminação dos conteúdos. Dessa forma, praticamente tudo o que tem relevância para a comunidade política e afeta a democracia depende da mediação da comunicação de massa. A comunicação, portanto, se torna essencial para a política e para a democracia.

Quando falamos em “era digital” é comum encontrar definições que buscam diferenciar da era dos meios de comunicação de massa justificando que a internet não tem como objetivo a comunicação massiva no sentido *one-to-many* (“um para muitos”) e sim *many-to-many* (“muitos para muitos”). No entanto, Gomes (2018) afirma que essa é uma associação equivocada. Primeiro, porque a ideia de “meio” foi vencida. A perspectiva de McLuhan (1974) de que “o meio é a mensagem”, ou seja, “os meios (também) respondem por aquilo que é dito e em como é dito. Longe de serem apenas um “condutor”, os meios atuam fortemente no processo comunicativo” (França; Simões, 2016, p.193), é refutada, entre tantos, por Gomes (2004; 2018) no que se refere à internet como um meio de comunicação de massa.

Primeiro porque, para o autor, a internet não é um meio que liga emissores e receptores. A criação de um ambiente digital vai muito além a partir do momento que digitaliza aspectos da vida social – amizades, trabalho, lazer. Outro motivo é a negação da

ideia da internet como comunicação de massa. Gomes (2018) afirma que, descontadas as “complicações desnecessárias”, massa continua a ser o termo mais simples, compreensível e apropriado para significar justamente esse “número extremamente alto de pessoas alcançadas simultaneamente”.

O autor complementa que, portanto, não há problema em entender as comunicações digitais como formas de comunicação de alcance massivo. Pelo contrário, Gomes (2018) afirma que estas são ainda mais massivas do que todas as formas de comunicação anteriores.

É neste sentido que o sistema político se apropriou das redes sociais digitais para estabelecer contato com os eleitores. Ainda de acordo com o mesmo autor (2018), não haveria o uso do Facebook, do Twitter ou do Instagram para a interação direta entre candidatos e eleitores não tivessem sido inventados os sites e aplicativos para redes sociais digitais, mas estas plataformas não teriam se transformado no que são hoje se as pessoas não tivessem decidido usá-las como melhor lhes parecia e não em conformidade com intenções originárias dos desenvolvedores, nem a política tivesse baixado em peso para usar as possibilidades de produzir informação e de estabelecer interações que os ambientes sociais que se formaram nessas plataformas não existissem.

Trata-se, portanto, de uma ecologia complexa, na qual os elementos envolvidos precisam se colocar numa relação sistêmica, em que cada um depende de todos os outros (Gomes, 2018). No que se refere às contribuições das mídias digitais para as sociedades, Coleman (2017) faz ressalvas a respeito do caráter democrático, acessível e mobilizador da internet.

Coleman (2017) afirma que a política contemporânea possui “uma qualidade transitória e indeterminada, pairando de forma inquieta entre o centralizado e o em rede, o nacional e o global, o gerenciado e o populista, o analógico e o digital”. Sendo assim, práticas antes consolidadas começaram a parecer incertas e novos modos de articulação política se fortalecem. Para o autor, a consolidação de democracias políticas ao longo do século XX gerou um previsível sistema de comunicação política – envolvendo as elites políticas, mediadores jornalísticos e os cidadãos.

As mudanças nesse sistema, grande parte atribuídas ao desenvolvimento e ascensão dos ambientes digitais possibilitados pela internet, no entanto, não significam necessariamente um enriquecimento ou degradação da comunicação política.

Nesse sentido, Gomes (2005) afirma que “todo tema tem os seus truísmos, uns efetivos, outros presumidos” e, nas discussões sobre *new media* e democracia, presume-se que “sejam truísmos as afirmações de que meios e modos da comunicação são fundamentais para a democracia de massa, e de que nas sociedades contemporâneas há baixos níveis de participação civil, portanto, de democracia”.

Para Stromer-Galley (2013, p.42), a verdadeira função da democracia é

também a interação humana seja ela mediada por computadores em rede ou por radiofrequência. Esse tipo de interação é o fundamento da deliberação pública e serve para identificar problemas, criar políticas públicas e determinar como implantar soluções. A interação humana é indispensável à deliberação pública, embora não seja, em si, a própria deliberação. Se as pessoas são privadas de conversar entre si com as elites e agentes políticos, a deliberação pública é impedida de ser realizada. Um sistema democrático no qual as campanhas se fecham para oportunidades de diálogo com os cidadãos é menos democrático. O povo, dessa forma, não tem oportunidade de fazer com que suas agendas se tornem públicas ou, ao menos, conhecidas das campanhas. O poder, então, reside nas elites políticas que já têm suas necessidades e opiniões reverberadas na esfera pública.

Para Bobbio (2000, p.22), uma “definição mínima de democracia” pode ser compreendida por: “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”. O autor refuta o pensamento de uma “crise da democracia”:

Prefiro falar de transformação, e não de crise, porque “crise” nos faz pensar num colapso eminente. A democracia não goza no mundo de ótima saúde, como de resto jamais gozou no passado, mas não está à beira do túmulo. [...]. Para um regime democrático, o estar em transformação é seu estado natural: a democracia é dinâmica, o despotismo é estático e sempre igual a si mesmo. (Bobbio, 2000, p.19)

Gomes (2005), por sua vez, afirma que a “crise da democracia” na verdade se trata de uma crise do modelo de democracia representativa vigente e das falhas de seus procedimentos de condução, bem como das tomadas de decisão e sua vinculação à vontade e opinião públicas.

Dentre os sintomas dessa “crise”, de acordo com Gomes (2005), estaria a apatia dos eleitores; a ausência de efetividade da cidadania; o desinteresse público na esfera política; uma informação política distorcida ou excessivamente dependente dos meios de massa; o baixo capital político da esfera civil; a desconexão entre sociedade política e esfera civil; a ausência do mais elementar sentido de soberania popular e a desconfiança generalizada à sociedade política.

Essa desconexão entre a esfera onde se toma a decisão política e onde se controla o Estado, de um lado, e a esfera da cidadania, do outro, tem sido bastante explorada no campo das ciências políticas. Coleman (2017) aponta quatro fatores inter-relacionados que abalaram o sistema de comunicação política desenvolvido ao longo do século XX.

O primeiro advém das *consequências da globalização*. O autor (2017) afirma que conforme as atividades primordiais da existência social - econômicas, culturais e políticas - passaram a ser integradas em tempo real em uma escala planetária, noções anteriores de poder relacionado ao local e com limitação espacial perderam o sentido. Neste sentido, a política e o poder tornaram-se cada vez mais dissociados. Coleman (2017) complementa que os governos estão cada vez mais preocupados com aspectos da vida social que são incapazes de governar (mudanças climáticas; pandemias; tráfico de drogas; migração desregulada e ameaças terroristas, por exemplo). Por outro lado, poderes enormes são assumidos por organismos transnacionais, em sua maioria não eleitos, que não se responsabilizam.

O segundo fator se refere ao *colapso das instituições* através das quais o poder político tem sido tradicionalmente mediado. Coleman (2017, p.9) aponta que os partidos políticos, que deveriam representar os interesses dos cidadãos e traduzi-los em políticas executáveis, começam a parecer “associações peculiares dos não representativamente comprometidos”.

As instituições governamentais parecem incapazes de desenvolver relações comunicativas com pessoas que reflitam as expectativas da sociabilidade cotidiana na era digital. Os meios de comunicação de massa, que seriam responsáveis por fornecer aos cidadãos informações que lhes permitam fazer escolhas consideradas sobre assuntos que os afetam e manter espaço para um diálogo público pluralista, “estão lutando para encontrar maneiras efetivas de falar com públicos que são agora capazes de falar com eles” (Coleman, 2017, p.9).

Ao contrário do esperado, o autor (2017) afirma que na maioria dos países democráticos, os partidos tradicionais, as burocracias governamentais e os meios de comunicação de massa são as instituições menos confiáveis.

Em terceiro lugar Coleman (2017) coloca a *dissolução das fronteiras entre o público e o privado*. Questões antes consideradas domésticas e íntimas, como dinâmicas familiares, identidades pessoais, relações sexuais e valores estéticos têm sido tomadas como questões de contestação pública.

Por fim, o quarto fator trata da *mudança da ecologia de mídia* – processo pelo qual as mensagens e significados se deslocam. As chamadas novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs) alteraram profundamente os modos pelos quais a sociedade é organizada. Coleman (2017, p.11) afirma que “a emergente ubiquidade das redes fracamente ligadas que ultrapassam as fronteiras do Estado coincide com uma descentralização do poder político e uma escalação de novos padrões de ação coletiva dispersa e não ortodoxa”.

O processo linear de veículos de mídia -> receptores foi alterado com a lógica *many-to-many* inaugurada com a internet. Para o autor (2017), não é mais possível falar dos meios de comunicação como disseminadores centralizados e quase industriais de conhecimento público a um público de massa.

O surgimento das tecnologias de comunicação digital abalou significativamente as práticas jornalísticas, enfraqueceu os privilégios de *gatekeeping*, expandiu a definição da agenda, contornou a escassez de informações forjadas e abriu um vasto espaço para interação pública autônoma. Esta nova ecologia da mídia não deslocou o antigo sistema de mídia, mas o reconfigurou, deixando os centros de poder comunicativo vulneráveis a uma gama de vozes que eram, anteriormente, fáceis de marginalizar ou ignorar. (Coleman, 2017, p.11)

Nesse sentido, Gomes (2005) expõe o entusiasmo com que as NTICs foram recebidas. Em especial porque se pensava que algumas características estruturais e circunstanciais dessa nova ecologia midiática permitiria o aprimoramento da democracia nas sociedades contemporâneas.

O autor (2005, p.63) ressalta que, da perspectiva de uma revisão de literatura, a maior parte dos trabalhos produzidos no final da década de 1980 e primeira metade da década de 1990 que denunciavam a crise da comunicação política “coincide com a fase de maior encantamento com o advento dos novos meios de massa; advento saudado como o renascimento das possibilidades democráticas”.

Gomes (2005) lista alguns dos motivos responsáveis por tamanho êxtase em relação às vantagens que a internet traria às sociedades democráticas: a) superação dos limites de tempo e espaço para a participação política; b) extensão e qualidade do estoque de informações online; c) comodidade, conforto, conveniência e custo; d) facilidade e extensão de acesso; e) livre fluxo de informações; f) interatividade e interação; e g) oportunidade para vozes minoritárias ou excluídas.

No entanto, o autor (2005) faz ressalvas às essas considerações. A primeira é a respeito da informação política qualificada. Não há dúvidas a respeito do enorme volume de informações e ampla diversidade de fontes disponíveis no ambiente digital, porém a questão é: que tipo de informações a população tem acesso? Gomes (2005, p.70) afirma que a problemática dessa questão diz respeito à seleção, credibilidade, relevância e confiabilidade das informações. “Como pode o cidadão comum distinguir num volume absurdo de informação política entre aquela confiável, veraz e relevante e aquela errônea, distorcida e falsa?”.

Outro apontamento do autor é referente ao papel do Estado enquanto provedor de informação política. Gomes (2005) ressalta que havia muitas expectativas sobre o potencial de transparência da rede, pois se esperava que processos, arquivos e bancos de dados relativos às decisões que afetam a coisa pública fossem abertos ao olhar público através da rede. No entanto, no momento da publicação, há quase duas décadas, a produção de materiais era destinada a produzir opinião pública favorável ou, no melhor dos casos, a prestação de informações básicas sobre o funcionamento do Estado, ambos de forma unidirecional.

Importante ressaltar a criação da Lei Geral de Acesso a Informação (LAI), sancionada em 2011. Em 2022 a LAI completou 10 anos desde que entrou em vigor e, apesar da relevante contribuição no que se refere à disponibilização de informações públicas, teve um grande retrocesso nos últimos quatro anos. A referida lei é uma garantidora da democracia, tendo em vista que o direito à informação é um instrumento para a ampliação dos direitos sociais básicos - as informações são necessárias para o indivíduo viver em sociedade.

É fato que as mídias digitais contribuíram de forma bastante significativa para a transparência das informações públicas. Inclusive, as “novas mídias” permitiram o aumento da participação dos cidadãos nas decisões e a possibilidade de fazer propostas e sugerir projetos de lei de maneira remota. No entanto, a unidirecionalidade das mídias ainda é uma realidade, assim como a divulgação de informações públicas favoráveis e a prestação de informações básicas sobre o funcionamento do Estado.

Outra ressalva de Gomes (2005, p.71) que continua sendo um ponto relevante na temática “mídias digitais a serviço da democracia” é a desigualdade de acesso. O autor afirma que

Uma autêntica experiência de democracia, acredita-se, depende basicamente de uma paridade fundamental dentre os cidadãos; paridade que deve ser superior e primária em face de todas as concretas disparidades que sobre ela se coloquem posteriormente. Daí a busca pela igualdade de oportunidades e

pela equanimidade de meios e recursos, fenômenos que impõem naturalmente a busca da inclusão de todos os cidadãos na situação onde oportunidades, meios e recursos estão disponíveis para a ação política.

O autor complementa que, em geral, o que se observa é que a distribuição desigual de competências técnicas, de recursos financeiros e de habilidades educacionais se transforma numa nova desigualdade de oportunidades políticas, que ao invés de resolver as desigualdades anteriores, torna-as ainda mais graves quando o crescente aumento das oportunidades digitais de participação política termina por ficar fora do alcance de uma parcela considerável da população.

Desde a publicação do trabalho de Gomes, há quase duas décadas, o número de domicílios e aparelhos celulares que permitem o acesso à internet aumentou significativamente, no entanto, a maior preocupação é a falta de competência para interpretar a infinidade de informações disponíveis. A população em geral não possui capacidade para saber distinguir de forma clara entre notícias verdadeiras, falsas, ou parcialmente verídicas. Isso não está relacionado apenas à formação de ensino básico e médio dos cidadãos, a habilidade de discernir, compreender e interpretar as informações é um tema central na discussão referente à desigualdade de acesso.

Outra questão apontada por Gomes (2005) é a contínua predominância dos meios de comunicação de massa. Nesse sentido, a internet não apenas não diminuiu o impacto dos meios de massa como, ao contrário, acrescentou-lhe um outro público consumidor e uma outra zona de influência. As versões online de um jornal ou uma televisão tendem a adquirir características da rede como o código hipertextual, a interatividade e as suas peculiaridades de arquivo (Dahlgren, 2001, p.46).

Por outro lado, complementa Gomes (2005), essas versões online trazem à internet a lógica dos meios de massa ordinários quando replicam o fluxo unidirecional de comunicação (da indústria para o público), considerado em geral um vetor pouco democrático.

Dadas essas questões e ressalvas dos usos da internet nas sociedades democráticas e sua contribuições (ou não) para esse sistema, Coleman (2017, p.23) cita Bennett e Segerberg (2013, p.35):

Quando redes interpessoais são habilitadas por plataformas de tecnologia de designs diversos que coordenam e dimensionam as redes, a ação resultante pode assemelhar-se à ação coletiva, mas sem o mesmo papel desempenhado por organizações formais ou a necessidade de enquadramentos de ação coletiva exclusivos. Em lugar do conteúdo que é distribuído e das relações que são negociadas por organizações hierárquicas, as redes de ação coletiva

envolvem coprodução e codistribuição, revelando diferentes lógicas econômica e psicológica: produção por pares baseada no compartilhamento e na expressão personalizada.

Como consequência desse processo, “a ação democrática torna-se mais fácil de coordenar, menos opressivamente vinculativa ao engajamento e capaz de se metamorfosear de maneira flexível entre questões relacionadas”. Porém, Coleman (2017) ressalta que há limites à ação coletiva. A capacidade de iniciar e sustentar formas de ação política baseadas na coordenação da energia dispersa é uma pré-condição vital para a eficácia democrática.

O autor (2017) reforça que existe uma diferença significativa entre a mobilização de curto prazo e a formação de políticas de longo prazo. Definir uma contra-agenda radical é uma coisa, porém transformá-la em um quadro para a implementação de política é outra. Sem uma mobilização eficaz, Coleman (2017) complementa, é pouco provável que sejam realizados impactos políticos duradouros, mas com mobilização vibrante, a energia democrática também pode ser facilmente dissipada.

Não há dúvidas do potencial da internet nas sociedades democráticas, em especial para a participação política. No entanto, de acordo com Gomes (2005, p.28), porém igualmente apontado por Coleman (2017), Stromer-Galley (2013) e Bobbio (2000), “recursos tecnológicos não podem frustrar nem realizar promessas de efeitos sociais. Recursos tecnológicos são instrumentos à disposição de agentes sociais, estes sim com capacidade de fazer promessas ou de frustrar esperanças”.

Gomes (2005) reforça que a internet não frustrou expectativas de participação política porque tampouco poderia formular promessas de transformação da democracia. É um ambiente, um meio que está pleno de possibilidades, desde que as sociedades consigam dela retirar tudo o que de vantajoso à democracia pode oferecer. E, aparentemente, a sociedade civil e o Estado não têm ainda conseguido explorar plenamente as possibilidades favoráveis à democracia que a internet contém.

Por fim, Gomes (2005) afirma que o que está em crise é uma concepção unidimensional da internet, que nela divisava apenas um instrumento para o progresso e para a democracia. Aparentemente, para o autor, também aqui o que pode ser usado para o bem pode igualmente o ser empregado para o mal. E a internet, seus aparatos, sistemas e agentes tanto podem servir à democracia quanto ao seu contrário.

2.2. O uso das redes sociais pelos atores políticos

Diante dessa contextualização, Almeida et al (2020) afirmam que se tornou fundamental que as elites políticas estejam atentas às novas configurações comunicacionais, usando-as tanto no sentido de informar cidadãos, quanto de absorver demandas e alinhar expectativas.

Leston-Bandeira (2007) aponta que a questão “se parlamentares estariam, de fato, utilizando a Internet para se comunicar” foi superada. Atualmente deve-se focar em um segundo conjunto de questões: como o parlamento tem se apropriado da Internet? Qual o impacto que tem gerado na atividade legislativa? Por que usar?

De acordo com Barros; Bernardes e Rodrigues (2015), a tendência é que os parlamentares utilizem a internet como forma de suprir lacunas de *accountability* e de, com isso, favorecer maiores vínculos para conexão eleitoral.

Os autores (2015) ressaltam que a *accountability* é uma das funções estratégicas da comunicação interativa (Karlsson, 2013), ao lado da prospecção das opiniões dos eleitores – *inquiry*, e do contato político com os cidadãos - *connectivity*. Isso significa, para Barros; Bernardes e Rodrigues (2015), que as mídias digitais, incluindo as redes sociais online, podem ser usadas para prover informações políticas; para sondar e auscultar as tendências de opinião do eleitorado; e para manter contato e fortalecer o vínculo eleitoral entre representantes e representados.

Almeida et al (2020) complementam que as mídias sociais têm sido cada vez mais identificadas pelos legisladores como um espaço que pode promover o envolvimento do público (*public engagement*). Em um contexto onde os níveis de confiança política estão cada vez menores nos parlamentos (Leston-Bandeira, 2016), a internet e, especialmente as mídias sociais, vêm sendo identificadas como meio crucial para enfrentar os desafios que surgem nas democracias representativas contemporâneas.

Nesse sentido, os autores (2020) apontam o desenvolvimento de mecanismos de participação política e deliberação pública, de prestação de contas (*accountability*) e da capacidade de responder de forma adequada (*responsiveness*) decorrentes da utilização de ferramentas digitais. Como resultado, de acordo com Pereira (2011) temos a promoção e construção de novas formas de interação entre representantes e representados, por meio de novos canais de interlocução que podem diminuir a assimetria informacional e enriquecer o repertório de informações sobre os interesses dos cidadãos (Almeida et al, 2020).

Almeida (2017) destaca que iniciativas como e-Democracia têm sido criadas com o intuito de democratizar o acesso à informação e estimular a participação política dos cidadãos perante as instituições políticas. De acordo com a autora, essas mídias vêm sendo apontadas como potenciais oportunidades para a criação de novas relações entre representantes e representados, não só criando canais diretos de comunicação entre eles, como também reforçando as relações já existentes.

Leston-Bandeira (2007) entende que o uso dessas mídias pode fortalecer o relacionamento entre os cidadãos e os parlamentares ao propiciar a disseminação de informações; criar possibilidades comunicativas e incrementar os processos internos de gestão da informação (Almeida, 2017).

Almeida et al (2020, p.6) ressaltam que os usos da internet e das mídias sociais podem propiciar uma “maior transparência e justificação pública das ações e decisões políticas, com maior ganho informacional de maneira mais ágil e eficaz, além de estreitar os laços dos representantes com os cidadãos (Coleman, 2005; Griffith, Leston-Bandeira, 2012)”.

Dessa forma, a internet e as mídias sociais possuem a capacidade de remodelar a forma da participação política, ao permitir um espaço contínuo para que a representação seja reafirmada e reivindicada entre o parlamentar e os constituintes, e entre os próprios constituintes. Além disso, ressaltam os autores (2020), a internet permite uma interconexão entre esses atores — representantes e representados, sendo essa interconexão não restrita àqueles que estão presentes em localidades físicas próximas.

A internet e as mídias sociais podem, assim, propiciar maiores aportes informacionais para os parlamentares. Por meio dessa interação relacional com os representados, o ator político tem diversos benefícios, por exemplo: ele pode ter acesso a informações que anteriormente poderiam gerar muitos custos de transação e de oportunidades para serem adquiridas, ou até gerar uma maior dependência das informações advindas do poder Executivo. Desse modo, tais ferramentas possuem o potencial de aperfeiçoar a atividade representativa do legislador, oferecendo novos insights e recursos estratégicos a ele. Assim, remetendo ao pensamento de Plotke (1997), esses espaços permitem que os cidadãos configurem a representação no sentido de estarem presentes politicamente. (Almeida et al, 2020, p.8-9)

Almeida et al (2020) retomam as ideias de Coleman e Blumler (2009), que apontam que o século XXI inaugurou uma “era da visibilidade”. Isso porque as elites políticas não conseguem mais preservar seus “casulos de sigilo impenetrável”, uma vez que a distância entre o representante e o representado está se encurtando. A expansão a novas formas de informação permite que os cidadãos atualmente não apenas deleguem as decisões para os

políticos eleitos, mas que também interpretem a realidade, o que Norris (1999) caracteriza como “cidadãos críticos” (Almeida et al, 2020).

Portanto, de acordo com Almeida (2017), a internet pode incentivar uma forma mais direta e permanente da representação, no sentido de desenvolver uma representação política com base em formas interativas de comunicação e de conectividade, com maior proximidade e visibilidade entre os atores envolvidos (Coleman, 2005; Coleman, Blumler, 2009; Karlsson, 2013).

Dessa forma, apesar de seu uso ainda ser preferencialmente com fins de visibilidade, a internet, para Barros; Bernardes e Rodrigues (2015), também funciona como uma ferramenta de reconstrução e de manutenção de vínculos políticos, pois permite o desenvolvimento do capital social e das redes de compartilhamento político e cultural nas sociedades contemporâneas.

Por isso, como afirma Gomes (2005), ela coopera para a representação de vozes minoritárias; para o fortalecimento da capacidade concorrencial da cidadania; com o aumento da transparência do Estado e formas de responsabilização de agentes políticos e maior participação e influência civis.

Nessa perspectiva, a pesquisa realizada por Carlomagno, Braga e Wisse (2019) investiga a utilização de ferramentas digitais pelos gabinetes parlamentares na Câmara dos Deputados da 54ª Legislatura (2011 – 2015), a partir do ponto de vista daqueles que efetivamente operam essas ferramentas. Ou seja, os autores focaram nas assessorias parlamentares que trabalham com comunicação nos gabinetes dos deputados federais, “uma abordagem pouco explorada na literatura brasileira sobre internet e política”.

O pressuposto da análise foi que o mandato não deve ser compreendido como algo exercido pelo deputado isoladamente. Ele é, de acordo com os autores, uma ação política desenvolvida em equipe, na medida em que exige uma ação coordenada de um corpo de funcionários que fornece uma estrutura de apoio para a atuação do parlamentar, o qual, naturalmente, é o ator central desse processo e, em última análise, detém a prerrogativa formal de deliberar sobre o curso de suas ações (Carlomagno; Braga; Wisse, 2019).

Os pesquisadores aplicaram um *survey* (amostral e representativo do universo) às assessorias parlamentares e, a partir de uma série de questões sobre o impacto destas ferramentas, criaram dois índices de comunicação: externa e interna. Em seguida, agregaram os dois índices e propuseram uma tipologia das comunicações dos gabinetes parlamentares.

Entre as contribuições da pesquisa, o destaque está no uso destas ferramentas não apenas para o contato com os cidadãos, mas na organização dos gabinetes. As evidências sugerem que estas tecnologias impactam não somente as relações externas ao gabinete (sua importância como comunicação), mas a própria rotina interna de trabalho.

Carlomagno, Braga e Wisse (2019) reconhecem que há um claro aumento da apropriação de ferramentas de comunicação digital por parte dos gabinetes parlamentares, porém, a análise por partidos mostra que há considerável variação no padrão de uso entre as agremiações políticas. Diferentes fatores podem explicar as diferentes formas de uso, um deles pode ser, de acordo com os autores, a própria percepção que os gabinetes possuem das plataformas de comunicação como determinante para uma apropriação mais assídua de determinada estratégia de comunicação.

Barros et al (2021), em pesquisa semelhante, analisaram as estratégias que os deputados federais da 56ª Legislatura (2019-2022) adotaram no uso dos sites de redes sociais. Com base em questionário aplicado aos assessores dos gabinetes parlamentares, examinaram-se as práticas adotadas pelos representantes em cada rede digital - Facebook, Instagram, YouTube, Twitter, WhatsApp, Telegram e LinkedIn - e os objetivos políticos que pretendiam alcançar.

A amostragem, composta por 155 informantes, correspondeu a 30,21% do total dos 513 gabinetes parlamentares brasileiros. As conclusões mostram que 65% dos gabinetes adotam estratégias específicas para cada tipo de mídia social, embora haja uma diretriz maior, que é a constituição de multirredes, de forma coordenada e complementar (Barros et al, 2021).

Os autores chamam a atenção para o fenômeno denominado mandatos digitais ou gabinetes digitais (Carlomagno; Braga; Wisse, 2019), que consiste no uso de um conjunto de plataformas e ferramentas digitais para os parlamentares se comunicarem de forma direta e customizada com suas bases eleitorais, seus apoiadores e seguidores.

De acordo com Barros et al (2021), as estratégias de gestão de tais plataformas são traçadas de modo que sejam complementares, embora segmentadas, voltadas para públicos específicos, com linguagens próprias e destaque para a combinação de recursos multimídia.

Os autores (2021) complementam que esse tipo de interação sempre teve relevância, mas há algumas especificidades no atual contexto das mídias sociais. Em primeiro lugar, a comunicação deixou de ser focada nos períodos eleitorais e tornou-se contínua e continuada (Larsson, 2016; Mitozo; Massuchin; Carvalho, 2017; Murta; Ituassu; Capone; Leo; La

Rovere, 2017; Almeida, 2018). Em segundo lugar, apontam que as plataformas das redes dispensam a mediação de atores políticos tradicionais, como os partidos ou a mídia massiva, uma vez que o uso dos perfis é personalizado pelos atores.

Outro ponto a ser destacado do referido trabalho é a questão das redes prioritárias para os parlamentares. As respostas surpreenderam os autores, porque mais de dois terços dos respondentes incluíram três delas com a prioridade máxima: Facebook, Instagram e YouTube. O que significa que, possivelmente, os parlamentares adotam uma estratégia multiplataforma de disseminação de conteúdos nessas três mídias. Dessa forma, uma estratégia de comunicação política adequada, de acordo com a pesquisa desenvolvida (2021), fará uso das diferentes possibilidades oferecidas em cada uma dessas ferramentas.

Quanto ao uso das redes sociais digitais pelos parlamentares, os dados mostraram que para quatro quintos dos gabinetes o principal objetivo de uso das redes sociais é informar ao público as ações dos representantes. Quanto à frequência de postagens, o uso diário de mídias sociais pelos gabinetes parlamentares tornou-se tão relevante que a atualização dos conteúdos é realizada várias vezes ao dia pela maioria dos gabinetes.

As conclusões mostraram que 65% dos gabinetes adotam estratégias específicas para cada tipo de mídia social, embora haja uma diretriz maior, que é a constituição de multirredes, de forma coordenada e complementar. Por outro lado, Barros et al (2021) chamam a atenção para o percentual de 35% dos gabinetes que ainda seguem um modelo padrão de comunicação política digital, sem diferenciar as estratégias para as diferentes redes, ou seja, todas as mídias digitais são tratadas como se fossem homogêneas por 35% dos informantes.

Os autores sugerem que uma possível explicação para isso se deve ao fato de a comunicação política digital ser um fenômeno recente que, apesar da franca expansão, ainda não se universalizou na esfera parlamentar.

Barros et al (2021, p.78) concluem que, no caso da política parlamentar, os dados apontam que “cada deputado procura agir de forma personalizada e individualizada, como se tivesse o propósito de transformar seu nome em uma marca política no mundo digital, desvinculada da instituição (Parlamento) e do partido”. De acordo com os autores, isso pode ocorrer, em parte, devido à crise de confiança política nos partidos e nos parlamentos. “Por essa razão, muitas vezes esse tipo de ação parlamentar nas plataformas digitais omite as pautas legislativas institucionais e o debate em torno delas, além de não mencionar os programas partidários”.

Almeida (2017) na tese intitulada “Representantes, representados e mídias sociais: mapeando o mecanismo de agendamento informacional” aponta que os indivíduos que seguem os parlamentares podem ser divididos em dois grupos salientes: ciber-base e eleitores em geral. A autora identifica que, nas mídias sociais, especificamente o Facebook, há um grupo maior de seguidores do que se nomeia como base do parlamentar.

A ciber-base seria, portanto, um grupo de seguidores de um determinado parlamentar para além da sua base eleitoral. Ou seja, pessoas que concordam programaticamente com aquele parlamentar, mas que não necessariamente votam nele, ou porque têm outras(os) candidatas(os) ou porque simplesmente não têm títulos eleitorais registrados em colégio eleitoral que possibilita o voto nessas figuras (Almeida, 2017, p.170).

Norris (2001) afirmou que a internet seria um ativador de indivíduos já ativos. Almeida (2017) afirma que, hoje, a literatura especializada já entende que a internet também “pode facilitar a mobilização de novos indivíduos e grupos que, tradicionalmente, não participariam da vida política (Hansen; Ferreira, 2018, p.13)”. Por esse motivo, a autora ressalta que se cidadãos ativos têm sido mais ativados e cidadãos não ativos têm sido pela primeira vez ativados, torna-se importante entender esse movimento geral de ativação nas páginas dos parlamentares.

Em trabalho posterior Almeida et al (2020) desenvolveram uma tipologia sobre a apropriação que os deputados fazem do Facebook e o tipo de inter-relação desenvolvida com a ciber-base. Para isso construíram dois índices: o Índice de Ativação Parlamentar e o Índice de Ativação da Ciber-Base, elaborados por meio da análise das postagens e dos comentários recebidos nas páginas de Facebook de 20 deputados federais, em um intervalo de uma semana.

Os autores (2020) observaram a existência de quatro tipos de padrões de relacionamento dos parlamentares com a ciber-base nessa mídia social: 1) páginas de alto desempenho político; 2) páginas de médio desempenho político — em que só o parlamentar ativa; 3) páginas de médio desempenho político — em que só a ciber-base ativa e 4) páginas de baixo desempenho político.

O padrão denominado como baixo desempenho político foi o majoritário no estudo, o que demonstra que a forma como o Facebook é utilizado para desenvolver a inter-relação entre representante e representado é algo ainda incipiente. Tanto o deputado não faz uso recorrente dessa mídia, quanto os cidadãos não a procuram para estabelecer conexões com o parlamentar, o que, de acordo com Almeida et al (2020), pode limitar as maneiras de o

cidadão se fazer representado (reivindicar a representação) e, ao mesmo tempo, restringir a representação do parlamentar de certas questões e demandas na esfera política.

Por fim, os autores ressaltam que o recurso menos utilizado pelos parlamentares no Facebook é a resposta, seja ela protocolar ou de feedback junto à sua ciber-base. Dos 20 deputados, apenas 25% deles responderam de forma protocolar pelo menos 21 vezes nessa mídia na semana analisada. Esse tipo de resposta, para Almeida et al (2020), estabelece uma relação mais unilateral e não fomenta discussões nesse espaço. Esse tipo de comunicação se fecha e termina naquele momento.

Essencialmente, o formato da participação pela internet se caracteriza pela dinamicidade, por dar e receber respostas instantâneas. Todavia, o deputado não consegue acompanhar essa dinamicidade que envolve todos os assuntos legislativos que estão relacionados à sua atuação. Assim, se torna uma tarefa árdua dar respostas rápidas e prontas, que vão além daquela do tipo protocolar, pois, mudar alguma legislação ou propor algum projeto de lei demanda tempo e maturação analítica, ainda mais em uma instituição de caráter coletivo e conflituoso como o parlamento (Leston-Bandeira, 2007), que depende de discussão e negociação sobre as matérias legislativas com seus pares ou com outros poderes envolvidos. Todo esse processo é algo que não combina com o ritmo instantâneo das mídias sociais. (Almeida et al, 2020, p.39)

Dessa forma, os autores concordam com os estudos de Karlsson (2013), de que a conexão e interatividade comunicacional se relacionam com as estratégias e comportamentos dos representantes com vista a atingir as suas finalidades de representação política.

Outro trabalho que nos ajuda a compreender o uso das redes sociais digitais pelos atores políticos é o de Massuchin e Tavares (2015). A pesquisa teve como objetivo investigar como foi estruturada a campanha no Facebook dos três principais candidatos à Presidência em 2014: Dilma Rousseff, Aécio Neves e Eduardo Campos/Marina Silva.

Entre os resultados obtidos está que o Facebook se constituiu como um espaço importante dentro do período de campanha, já que a quantidade de publicações cresce ao longo do tempo na página dos três candidatos durante o primeiro turno. Tal fato representa a importância da rede enquanto fonte de informação (Bor, 2013), principalmente por atingir até mesmo aquele cidadão que não está em contato direto com o conteúdo da página (Massuchin; Tavares, 2015).

Outros dois resultados relevantes, demonstrados pela pesquisa, são: a) a rede é utilizada para buscar o engajamento do eleitor; e b) para promover assuntos de campanha, principalmente os ligados ao cotidiano do candidato. A pesquisa de Massuchin e Tavares

(2015) indica “a predominância das estratégias de mobilização mesclada com a promoção de agenda na campanha feita por meio do Facebook”.

Tal fato, de acordo com as autoras (2015), corrobora com os achados de Bor (2013) e Williams e Gulati (2009) de que essa é uma das principais funções da rede para as campanhas eleitorais.

Quanto ao uso do Twitter pelos parlamentares brasileiros destacamos o trabalho de Amaral, Pinho, Oliveira e Aguiar (2015). Os autores chamam a atenção para o fato de que o Twitter, enquanto mídia social, se caracteriza por sua natureza de imediatismo, ao viabilizar o compartilhamento de informação em tempo real e, dependendo do uso, por ser uma mídia com relativa interatividade.

O uso da rede para fins políticos ganhou repercussão mundial a partir da estratégia eleitoral do então candidato a presidência dos Estados Unidos, Barak Obama, em 2008. No Brasil, o uso passou a ser estudado após a campanha eleitoral de 2010, quando a candidata à presidência da república Marina Silva, do então Partido Verde, utilizou estes recursos durante as eleições.

O uso do Twitter por políticos em campanhas eleitorais têm demonstrado que eles dispensam pouca atenção aos recursos de interação da plataforma, tendendo à autopromoção e ao compartilhamento de informações gerais, fugindo dos debates mais controversos (Amaral, Pinho; Oliveira; Aguiar, 2015).

Pereira (2013) analisou o uso do Twitter pelos quatro principais candidatos à presidência, na campanha eleitoral de 2010. O estudo buscou descrever a imagem que cada candidato construiu na mídia social e sua interação com eleitores e com os outros candidatos, e avaliou as possibilidades do uso de mídias sociais da internet na promoção do debate e da participação dos cidadãos, especialmente durante aquele período eleitoral (Amaral, Pinho; Oliveira; Aguiar, 2015).

Entre os resultados obtidos, Pereira (2013) ressalta o uso dos perfis dos candidatos com um apelo à subjetividade dos eleitores, e uma aproximação entre representantes e representados, com eleitores questionando e contribuindo com sugestões aos programas de governo dos candidatos através da mídia social, especialmente nos perfis dos políticos de esquerda (Amaral, Pinho; Oliveira; Aguiar, 2015).

Para Marques e Sampaio (2011, p.214), “o Twitter se revelou, nas eleições de 2010, como uma rede de ligação que une outras diferentes redes existentes na internet e que pouco

se tocavam”. Além disso, o Twitter também viabilizou a distribuição de conteúdos entre os usuários (Amaral, Pinho; Oliveira; Aguiar, 2015).

Por fim, destacamos a dissertação *O papel das redes sociais na comunicação política: Ferramentas estratégicas que auxiliam da campanha ao mandato*, na qual Batista (2021) teve como objetivo verificar o uso das redes pelos parlamentares, para isso encaminhou um inquérito aos 593 congressistas (513 deputados federais e 81 senadores) dos quais obteve 121 respostas, uma amostra de 20% de todo o universo.

Os resultados apontaram que as redes sociais se tornaram ferramentas essenciais dentro do processo de comunicação política dos parlamentares. Cerca de 90% dos respondentes assumiram que as redes colaboraram para a vitória nas urnas e 100% deles concordam que as redes são imprescindíveis para “fazer política” nos dias atuais. Entre as desvantagens do uso das redes, os respondentes apontam para a exposição excessiva da vida do candidato e também a criação de *fake news*, apontado por 94% dos respondentes como algo que tende a ser mais comum no ambiente das redes sociais, pois estas acabam se multiplicando com muito mais facilidade no ambiente digital (Batista, 2021).

As redes sociais online, conforme demonstrado ao longo do texto e tendo em vista os trabalhos apresentados, constituem uma alternativa mais dialógica e dinâmica se comparada aos meios de comunicação considerados tradicionais. Sendo assim, a utilização dessas redes pelos atores políticos pressupõe uma relação mais direta com seus eleitores.

No entanto, a maior parte dos trabalhos realizados a respeito do uso das redes sociais pelos atores políticos brasileiros aponta para uma falta de dialogicidade desses atores com o eleitorado que os acompanha. Essa característica se expande para todas as redes e um dos motivos apontados para essa unidirecionalidade dos conteúdos é justamente a falta de recursos disponibilizados para estes fins (equipe qualificada, tempo, profissionais responsáveis apenas para essas funções), além da velocidade que as mídias digitais exigem para o próprio funcionamento.

Nosso objetivo não foi fazer uma revisão bibliográfica, tivemos apenas o intuito de mostrar de que forma os estudos a respeito do uso das mídias sociais pelos atores políticos têm sido conduzidos. Selecionamos trabalhos referência na área da comunicação política em mídias digitais, realizados na última década no país, a fim de apresentar um panorama geral e os principais resultados obtidos.

3. AS PARLAMENTARES DA 57ª LEGISLATURA E AS REDES SOCIAIS

Ao longo do texto buscou-se contextualizar a importância do aumento da participação e representação feminina na política brasileira. O trabalho buscou, além de traçar um panorama das eleições de 2022 com foco no Legislativo Federal, relacionar de forma quantitativa os resultados das 27 unidades federativas com o uso das mídias sociais pelas parlamentares.

De acordo com a pesquisa “O que pensa o eleitor brasileiro?”, realizada pela FSBPesquisa e BTG Pactual e divulgada em março de 2022, as redes sociais mais utilizadas pelos eleitores para se atualizarem sobre questões relativas a política são: YouTube (42%); Facebook (39%); WhatsApp (37%); Instagram (32%); TikTok (14%); Twitter (13%) e Telegram (7%).

Barros et al (2021), no texto *O uso das redes sociais pelos atores políticos* cujo objetivo era analisar as estratégias que os deputados federais da 56ª Legislatura (2019-2022) adotaram no uso dos sites de redes sociais, apontam que mais de dois terços dos respondentes incluíram três redes com a prioridade máxima: Facebook, Instagram e YouTube.

Tendo em vista esses dados, selecionamos o YouTube, Facebook e Instagram para a pesquisa. O Twitter também foi selecionado, apesar de ter uma menor porcentagem no que diz respeito às redes prioritárias para os eleitores e também não ter sido apontado como prioridade para a maior parte dos deputados federais do trabalho de Barros et al (2021), pela histórica importância na comunicação política digital.

De acordo com Barros et al (2021, p.61), vários estudos destacam o uso do Twitter como uma das plataformas de “rápida disseminação de informações políticas, com alto potencial de pautar as mídias convencionais, sobretudo a televisão. Isso torna o Twitter uma das plataformas preferidas por expressivos segmentos políticos” (Pal; Gonawela, 2017; Candon, 2019; Gil De Zúñiga; Koc Michalska; Römmele, 2020).

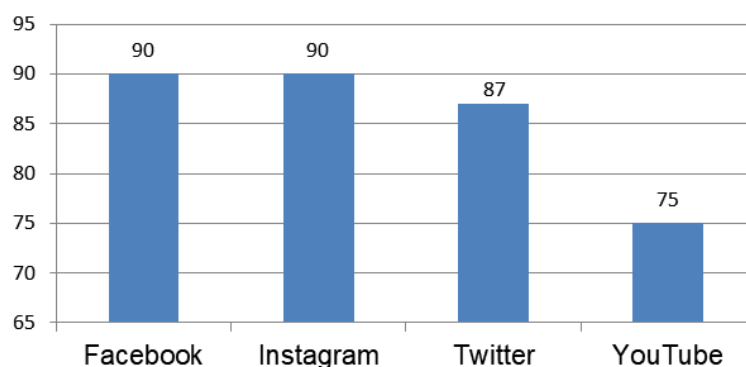
Segundo Amaral, Pinho, Oliveira e Aguiar (2015, p.51) o uso político da rede “ganhou repercussão a partir da eleição do presidente americano Barak Obama, em 2008 (Gomes et al, 2009), e em outras campanhas políticas pelo mundo, inclusive para o parlamento europeu (Vergeer; Hermans; Sams, 2011)”. No Brasil, o uso político do Twitter chamou a atenção a partir da campanha em 2010 da então candidata do Partido Verde à presidência da república, Marina Silva.

A partir dos dados das pesquisas citadas analisamos de forma quantitativa o uso do YouTube, Facebook, Instagram e Twitter pelas 90 deputadas federais eleitas em 2022 e em exercício em 2023.

Alguns aspectos devem ser destacados: das 91 deputadas federais eleitas em 2022, 3 deputadas assumiram ministérios, é o caso de Marina Silva (Rede), agora Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Sônia Guajajara (PSOL), agora Ministra dos Povos Indígenas; e Daniela Carneiro (União), agora Ministra do Turismo. Daniela Carneiro e Sonia Guajajara tinham como suplentes Ricardo Abrão (União) e Ivan Valente (Rede), respectivamente. Luciene Cavalcante (PSOL) assumiu o cargo de Marina Silva e Reginete Bispo (PT) assumiu o cargo de Paulo Pimenta (PT) que passou a ser o Secretário de Comunicação Social do atual governo. Portanto, atualmente são 90 deputadas federais em exercício.

Das deputadas federais da 57ª Legislatura 100% possuem perfis no Facebook e no Instagram. O Twitter aparece em segundo lugar, 87 das 90 deputadas possuem perfis nesta rede (cerca de 97%). Por último aparece o YouTube com 75 deputadas (cerca de 83% do total). É um dado interessante, pois o Twitter não aparecia como prioridade para os deputados federais da 56ª Legislatura (Barros et al, 2021).

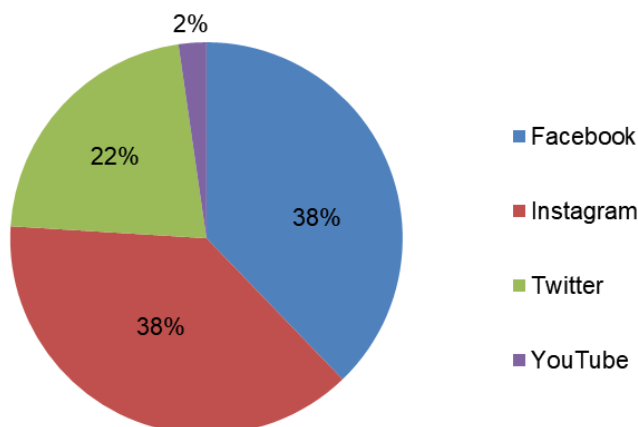
Gráfico 3 – Número de deputadas nas redes sociais



Fonte: Dados do YouTube, Facebook, Instagram e Twitter retirados no dia 05/02/2023

No que se refere aos seguidores, as redes seguem a mesma lógica. Do total de seguidores de todas as 90 deputadas federais somados, 38% é relativo ao Facebook, 38% relativo ao Instagram, 22% ao Twitter e o YouTube fica com apenas 2% dos seguidores. Possivelmente isso acontece porque vários dos canais não possuem nem 100 inscritos, como veremos a seguir.

Gráfico 4 – Porcentagem de deputadas nas redes sociais - seguidores



Fonte: Dados do YouTube, Facebook, Instagram e Twitter retirados no dia 05/02/2023

O Facebook, ao lado do Instagram, é a rede mais utilizada pelas parlamentares analisadas, 100% das deputadas federais possuem perfil na plataforma. O destaque é de Carla Zambeli (PL/SP) que conta com 2,9 milhões de seguidores em sua página oficial, a deputada sozinha possui 18,49% do total de seguidores considerados. Em segundo lugar está a deputada Gleise Hoffmann (PT/PR) com 1,7 milhões de seguidores. A terceira deputada em ordem decrescente do número de seguidores no Facebook é Bia Kicis (PL/DF), com 1,5 milhão de seguidores. Em quarto lugar, com 1,4 milhão de seguidores está Jandira Fegali (PCdoB/RJ), apesar de ser a quarta colocada em ordem decrescente, o número de seguidores em sua página no Facebook possui 1,5 milhão de seguidores a menos do que Carla Zambeli (PL/SP).

As quatro deputadas com mais seguidores totalizam 47,7% dos seguidores totais na rede. 10% das deputadas têm menos de 1.000 seguidores, 14,4% tem de 1.000 a 10.000 e 30% tem de 10.000 a 50.000 seguidores.

Como mencionado, 100% das deputadas federais da 57ª Legislatura possuem perfil no Instagram. O destaque vai novamente para a deputada Carla Zambeli (PL/SP) com 3,2 milhões de seguidores. Em segundo lugar está Bia Kicis (PL/DF), com 1,6 milhão de seguidores, o que representa metade dos seguidores da primeira colocada. Em terceiro lugar está Silvye Alves (União/GO), que possui 1,2 milhão de seguidores – cerca de 2 milhões de seguidores a menos que a deputada Carla Zambeli (PL/ SP).

As três deputadas, juntas, somam 6 milhões de seguidores, o que equivale a 35,7% do total de seguidores considerado. 70% das deputadas possuem até 100 mil seguidores; 27%

estão entre 100 mil e 1 milhão e apenas as três indicadas possuem mais de 1 milhão de seguidores no Instagram.

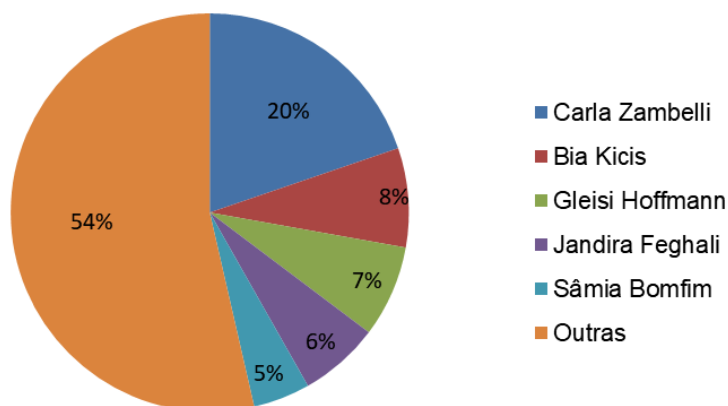
Possuem perfil no Twitter 97% das parlamentares. Cerca de 7% delas possuem menos de 100 seguidores. 22% estão na faixa de 100 a 1.000 seguidores e 31% estão entre 1.000 e 10.000 seguidores. Até 10.000 seguidores temos 60% das deputadas, em contraposição às 3 deputadas que totalizam, juntas, 5,3 milhões de seguidores - 48% do total de seguidores dos perfis do Twitter de todas as parlamentares. Os destaques são Carla Zambeli (PL/ SP) com 2,1 milhões de seguidores, Bia Kicis (PL/ DF), com 2 milhões de seguidores e Gleise Hoffmann (PT/ PR), com 1,2 milhões de seguidores.

Das deputadas federais eleitas 83% possuem canal próprio no YouTube (75 do total). No entanto, trata-se da plataforma menos utilizada por elas, com os menores números de pessoas acompanhando. Em destaque está Bia Kicis (PL/DF) com 242 mil inscritos em seu canal; Gleise Hoffmann (PT/PR) com 193 mil inscritos; Clarissa Tércio (PP/PE) com 171 mil inscritos; Jandira Feghali (PCdoB) com 105 mil e Tabata Amaral (PSB/SP) com 69 mil inscritos. Essas 5 deputadas juntas possuem 82,3 % do total de se considerarmos todos os inscritos dos canais do YouTube de todas as deputadas que possuem a rede.

Aproximadamente 24% das deputadas federais possuem menos de 100 inscritos, 38,7% possuem entre 100 e 1.000 inscritos e 32% estão na faixa de 1.000 a 100.000 inscritos. Ou seja, o uso do YouTube se dá de forma bastante irregular e parece não ser a prioridade da maior parte das parlamentares.

Por fim, as cinco parlamentares com maior visibilidade nas redes consideradas (YouTube; Facebook; Twitter e Instagram) são: Carla Zambeli (PL/ SP) com o total de 8,2 milhões de seguidores; Bia Kicis (PL/ DF) com o total de 5,34 milhões de seguidores; Gleise Hoffmann (PT/PR) com o total de 3,82 milhões de seguidores; Jandira Feghali (PCdoB/ RJ) com o total de 2,7 milhões de seguidores; e Sâmia Bomfim (PSOL/SP), com o total de 1,9 milhão de seguidores.

Gráfico 5 – Número de deputadas nas redes sociais - total



Fonte: Dados do YouTube, Facebook, Instagram e Twitter retirados no dia 05/02/2023

3.1. Procedimentos metodológicos

Para essa dissertação o recorte escolhido foi analisar, a partir da análise de conteúdo (Bardin, 2016), o perfil no Instagram das 5 deputadas federais mais votadas nas eleições de 2022: Carla Zambelli (PL/SP); Tabata Amaral (PSB/SP); Gleisi Hoffmann (PT/PR); Alessandra Haber (MDB/PA) e Erika Hilton (PSOL/SP). Como apresentado, o Facebook e o Instagram obtêm a primazia considerando as quatro redes sociais analisadas (Facebook; Instagram; Twitter e YouTube): 100% das deputadas federais em exercício possuem perfis em ambas as redes.

A ideia inicial era analisar as páginas das parlamentares no Facebook, no entanto, notamos que as postagens realizadas nessa rede são, em sua maioria, também postadas nos perfis do Instagram. Essa prática pode ser atribuída à facilidade de postar simultaneamente em ambas as redes, recurso disponibilizado a partir da integração das duas plataformas em 2021. Dessa forma, o usuário pode fazer uma postagem no Instagram e compartilhá-la simultaneamente em seu perfil do Facebook e vice versa.

Observamos, no entanto, que as 5 deputadas em questão fazem mais postagens no Instagram. Assim, a maioria das postagens feita no Facebook também está em seus respectivos perfis no Instagram, porém há mais postagens nessa última rede que não estão no Facebook. Além disso, o número de seguidores das parlamentares no Instagram é

consideravelmente maior do que no Facebook, com exceção de Gleisi Hoffmann, conforme mostra o quadro a seguir.

Quadro 1 – Número de seguidores no Facebook e Instagram

Deputada federal	Nº seguidores no Facebook	Nº seguidores no Instagram
Carla Zambelli	3 milhões	3,2 milhões
Tabata Amaral	515 mil	909 mil
Gleisi Hoffmann	1,7 milhões	864 mil
Alessandra Haber	13 mil	57,8 mil
Erika Hilton	68 mil	1 milhão

Dados retirados dos perfis no Facebook e Instagram das deputadas no dia 24/07/2023

O recorte temporal selecionado foi de março a maio de 2023. Levamos em consideração o número de pautas relacionadas às mulheres abordadas nesse período, tais como: Março Lilás (mês de conscientização e combate ao câncer de colo de útero); Dia Internacional da Mulher (8 de março); aprovação na Câmara do Projeto de Lei da Igualdade Salarial (04/05); eleição da nova gestão da Secretaria da Mulher (10/05); Dia das Mães (em 2023 comemorado no dia 14 de maio); Dia da Dignidade Menstrual (28/05).

Laurence Bardin (2016, p.37) define a análise de conteúdo como um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*. Para a autora, não se trata de um instrumento, “mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

Dessa forma, para a autora (2016, p.48, grifo nosso), a análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações “*visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens*”.

Para Krippendorff (2004, p. 10) a análise de conteúdo é uma “técnica de pesquisa que objetiva criar inferências válidas e replicáveis de textos (ou outro conteúdo significativo) para os contextos de seu uso”. Já para Bauer (2007, p.191) trata-se de “uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada”.

Para Sampaio e Lycarião (2021, p.17) a

análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos.

Os autores criticam o modo como as pesquisas brasileiras utilizam exaustivamente, e comumente de maneira errônea, o manual elaborado por Bardin (2016). Sampaio e Lycarião (2021) propõem um novo modelo metodológico para a aplicação da análise de conteúdo, com foco nos testes de confiabilidade. No entanto, para o desenvolvimento desse trabalho corroboramos com o exposto por Sarmiento, Elias e Marques (2023, p.64) que afirmam que “a não existência de teste estatístico de confiabilidade não invalida uma categorização temática, uma vez que, como sustenta Bauer (2003, p. 209), “a fidedignidade apenas indica uma interpretação objetiva, que não é necessária para uma interpretação válida”.”.

Conforme Bardin (2016), o corpus definido para a pesquisa deve atender às regras da exaustividade, representatividade e pertinência, conceitos que justificam a escolha de analisar as postagens no Instagram das 5 deputadas federais mais votadas nas eleições de 2022, dentro do recorte temporal escolhido de acordo com o objetivo desse trabalho, resultando na categorização de 2.056 *posts*.

Ainda de acordo com Bardin (2016, p.134) e tendo como referência o trabalho desenvolvido por Sarmiento, Elias e Marques (2023, p.64), a análise de conteúdo aplicada se enquadra no que a autora entende como “análise temática”, a qual se propõe a “descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação”.

Como mencionado, o objetivo dessa pesquisa foi observar, a partir do viés de gênero, com quais finalidades as deputadas federais que compõem a 57ª Legislatura utilizam as redes sociais. Para isso, foi necessário analisar os conteúdos publicados nos perfis do Instagram das 5 deputadas federais mais votadas em 2022 dentro do período selecionado (março à maio de 2023), em especial os conteúdos que se relacionam com as pautas relativas à gênero. Assim, selecionamos as categorias de análise com base em 3 trabalhos (Almeida et al, 2020; Passos, 2023; Sarmiento, Elias e Marques, 2023) e relacionamos os resultados com o referencial teórico apresentado nos primeiros capítulos.

A pesquisa desenvolvida por Almeida et al (2020), como exposto no capítulo 2, analisou as motivações que os legisladores possuem para adotarem ou não a tecnologia e a maneira como a adotaram. Os autores optaram por analisar especificamente o Facebook,

escolha feita a partir dos dados obtidos por Almeida (2017) que mostram que em 2017 502 deputados faziam o uso da rede, atingindo quase a totalidade dos parlamentares (513).

Os autores desenvolveram uma tipologia sobre a apropriação que os deputados fazem do Facebook e o tipo de inter-relação desenvolvida com a ciber-base, conceito definido por Almeida (2017) e que se refere ao grupo de seguidores de um determinado parlamentar para além da sua base eleitoral. Ou seja, pessoas que concordam programaticamente com aquele parlamentar, mas que não necessariamente votam nele, ou porque têm outros candidatos ou porque simplesmente não têm títulos eleitorais registrados em colégio eleitoral que possibilita o voto nessas figuras (Almeida, 2017, p. 170).

Para compreender essa relação, Almeida et al (2020) construíram dois índices: o Índice de ativação parlamentar e o Índice de ativação da ciber-base, elaborados por meio da análise das postagens e dos comentários recebidos nas páginas de Facebook de 20 deputados federais. O estudo contribui para entender melhor como se dá o processo de interconexão entre representantes e representados mediado pelo Facebook.

Os dados utilizados para medir a tipologia de atuação de parlamentares no Facebook fazem parte do banco de dados desenvolvido por Almeida (2017), que utilizou como unidade de análise os deputados federais da 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados. A partir da amostra de deputados, foi determinado o recorte temporal de uma semana completa para a análise dos dados, de 19/09/2016 a 26/09/2016. No total, foram lidas 518 postagens e 11.488 comentários feitos nas páginas dos deputados federais na semana de atividades selecionada (Almeida et al, 2020).

Os autores observaram a existência de quatro tipos de padrões de relacionamento dos parlamentares com a ciber-base nessa mídia social: 1) páginas de alto desempenho político; 2) páginas de médio desempenho político — em que só o parlamentar ativa; 3) páginas de médio desempenho político — em que só a ciber-base ativa e 4) páginas de baixo desempenho político.

O padrão denominado como baixo desempenho político foi o majoritário no estudo, o que demonstra que a forma como o Facebook é utilizado para desenvolver a inter-relação entre representante e representado é algo ainda incipiente. Tanto o deputado não faz uso recorrente dessa mídia, quanto os cidadãos não a procuram para estabelecer conexões com o parlamentar, o que, de acordo com Almeida et al (2020), pode limitar as maneiras de o

cidadão se fazer representado (reivindicar a representação) e, ao mesmo tempo, restringir a representação do parlamentar de certas questões e demandas na esfera política.

O que nos interessa para o desenvolvimento dessa dissertação é a divisão, proposta por Almeida (2017, p.181) e também aplicada por Almeida et al (2020), das postagens em 4 categorias macro, são elas:

1) Agenda extraordinária: postagens em que o conteúdo está relacionado a questões políticas “emergenciais” ou que não dizem respeito propriamente às atividades diárias do parlamentar. Diz respeito a questões políticas de uma forma geral, que vão além das tarefas do parlamentar, que em certos casos mobiliza a opinião pública e a agenda política nacional.

2) Agenda ordinária: as postagens de agenda ordinária estão relacionadas a atividades cotidianas do parlamentar, como reuniões de comissões, atividades no plenário da Casa, reuniões com lideranças políticas ou membros do governo.

3) Assuntos pessoais: postagens relacionadas à vida pessoal do parlamentar. É bastante comum encontrar nas mídias digitais uma mistura de conteúdos que dizem respeito a assuntos públicos e privados. Isso faz parte da própria natureza dessas plataformas e, de certa forma, pode criar uma proximidade entre representantes e representados. São exemplos disso: momentos mais informais, em que o deputado está fora do ambiente parlamentar, com a família e/ou amigos, ou em situações de confraternização (festas, churrascos, shows), dentre outros.

4) Assuntos não políticos strictu sensu: são postagens nem políticas nem pessoais, que tratam de assuntos corriqueiros ou que não se encaixam em nenhuma das categorias acima. São exemplos: mensagens com votos de ótimo dia ou semana, citações de passagens bíblicas, frases de motivação e/ou autoajuda.

Almeida et al (2020) valoraram as categorias e distribuíram pontos de acordo com o grau de importância para a análise. Isso porque, de acordo com os autores, o referido trabalho parte do entendimento de que determinadas categorias identificadas nas postagens e respostas produzem ou estimulam o debate naquele espaço e, por isso, são mais importantes.

Para essa dissertação a estimulação (ou não) de debates, conferidos especialmente a partir das respostas da ciber-base, não interessa no momento. Por esse motivo utilizamos apenas as categorias com o intuito de observar quais os conteúdos mais valorizados pelas 5 deputadas federais em questão.

Essa observação é importante para compreendermos de que forma as parlamentares utilizam seus perfis no Instagram: valorizam mais a agenda ordinária, com foco na rotina parlamentar e suas atribuições diárias, colocando em evidências os feitos de seus mandatos? Ou priorizam os conteúdos relativos à agenda extraordinária, ou seja, que se referem às questões políticas em âmbito geral como, por exemplo, investigações em andamento, ações do governo federal e apoio ou oposição às questões pertencentes à agenda política? As deputadas fazem postagens sobre a vida pessoal com o intuito de se aproximarem da ciber-base, compartilhando a rotina com a família e momentos de lazer? Há conteúdos pertencentes à categoria *assuntos não políticos strictu sensu*, que se referem às postagens não enquadradas nem como políticas nem como pessoais? Ou seja, mensagens motivacionais, conteúdos religiosos e *trends* que viralizaram nas redes sociais?

A primeira parte da análise procura responder essas questões para, posteriormente, analisarmos os conteúdos relativos às pautas de gênero. Para a realização dessa segunda etapa utilizamos as categorias propostas por Passos (2023) e Sarmiento, Elias e Marques (2023).

A pesquisa desenvolvida por Passos (2023) tem como objetivo analisar como as prefeitas eleitas em municípios do circuito histórico da Estrada Real, em Minas Gerais, Brasil, construíram suas representações políticas na esfera pública conectada das redes sociais durante a campanha eleitoral de 2020 e como elas as mantiveram no primeiro ano de mandato, considerando a crescente utilização da estratégia de campanha permanente.

A partir do exposto, Passos (2023) buscou responder às seguintes questões: como o feminismo contemporâneo permeia nas representações construídas pelas mulheres eleitas em 2020, tanto durante a campanha eleitoral quanto no exercício de seus mandatos, considerando o paradoxo da aceitação do feminismo como um movimento de massa e o crescimento do conservadorismo? Essas representações estabelecidas durante a campanha eleitoral se mantêm as mesmas durante o exercício dos mandatos, dentro da lógica da campanha permanente? Quais arquétipos de candidatas mulheres predominam nas campanhas e no cumprimento dos mandatos?

A metodologia utilizada pela autora foi híbrida, combinando pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e análise de conteúdo. A análise da construção da imagem política foi realizada por meio da extração manual das postagens feitas pelas candidatas e posteriormente prefeitas em suas contas no Facebook. O período estabelecido para a análise das publicações abrangeu toda a campanha eleitoral de 2020: de 27 de setembro a 15 de novembro para as

candidatas Cleidileny Chaves e Jussara Menicucci, eleitas no primeiro turno, e de 27 de setembro a 29 de novembro para Margarida Salomão, eleita no segundo turno.

Além disso, também foram analisados os períodos de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2021, correspondentes ao primeiro ano de mandato, para todas as prefeitas. O Facebook foi selecionado como a rede social digital para a extração e análise das postagens, devido à sua ampla utilização entre os brasileiros e também por ser a plataforma escolhida pelas três candidatas e subsequentemente prefeitas (Passos, 2023).

De acordo com a autora, a metodologia adotada para a análise de conteúdo (Bardin, 2010) resultou na identificação de 17 categorias de palavras e/ou propostas relacionadas ao feminismo contemporâneo. Essas categorias incluem temas como *aborto, construção de creches, empoderamento feminino, empreendedorismo feminino, essencialismos (como o instinto maternal e os cuidados), interseccionalidade, linguagem neutra, lugar de fala, paridade de gênero, pobreza menstrual, política da presença (como cotas eleitorais e representatividade), políticas públicas LGBTQIA+ (como nome social e processo transexualizador), proteção animal, saúde da mulher, sororidade, violência contra a mulher e violência política de gênero*. (Passos, 2023, p.16)

Os resultados preliminares apresentados por Passos (2023) indicam que não há uma fórmula pronta para garantir a vitória das mulheres nas urnas. Candidatas com diferentes trajetórias, partidos políticos e tamanhos de municípios adotaram estratégias eleitorais que ora se aproximaram, ora se distanciaram. Todas elas apresentaram cautela ao lidar com questões polêmicas relacionadas ao feminismo contemporâneo durante a campanha. No exercício do mandato, foi a prefeita da cidade de maior porte e do partido mais à esquerda que demonstrou um maior compromisso com as pautas históricas e urgentes das mulheres.

Já o trabalho realizado por Sarmento, Elias e Marques (2023) discute a comunicação digital, na rede social Instagram, de nove deputadas federais eleitas por partidos de direita em 2018 no Brasil. Entre as analisadas, cinco foram definidas a partir do maior número de seguidores por região: Caroline de Toni (Sul), Flavia Arruda (Centro-Oeste), Jaqueline Cassol (Norte), Major Fabiana (Sudeste) e Professora Dayane Pimentel (Nordeste); e quatro a partir de alto grau de projeção nacional: Bia Kicis, Carla Zambelli, Joice Hasselmann e Flordelis.

O objetivo central do artigo foi realizar uma análise temática do conteúdo das parlamentares na rede social para compreender, nos meses de março e maio dos anos de 2019

a 2021, quais temas específicos relativos a questões de gênero e especificamente aos direitos das mulheres foram mobilizados pelas legisladoras nas postagens.

O trabalho desenvolvido por Sarmiento, Elias e Marques (2023) se ampara nas discussões contemporâneas sobre as relações entre gênero, democracia e conservadorismo e também discute as especificidades da comunicação política a partir da plataforma Instagram, marcada por extrema personalização. De acordo com as autoras, os resultados da análise da comunicação das parlamentares de direita apontam para tematização de pautas clássicas ligadas aos movimentos feministas, mas enquadradas de forma diferente a partir do viés de direita.

Sarmiento, Elias e Marques (2023) ressaltam que os modos de representação midiática de mulheres ocupantes de cargos eletivos, em veículos tradicionais, são uma preocupação de cientistas políticas e comunicólogas há algumas décadas.

Padrões de visibilidade desiguais, ênfase em questões de foro íntimo ou de aparência e infantilização estão entre alguns dos achados desses estudos (Miguel; Biroli, 2011; Norris, 1997; Ross, 2002). Neste artigo, nos somaremos a essas reflexões, mas observando o ambiente digital, a partir da comunicação produzida não mais sobre as eleitas, mas pelas próprias representantes, que se tornam (individualmente ou a partir de suas equipes profissionais e assessorias) criadoras e disseminadoras de conteúdo (Santiago; Castelo, 2020). (Sarmiento; Elias e Marques, 2023, p.59)

As autoras optaram pela análise do Instagram que, conforme as mesmas, embora não tenha sido projetado como uma ferramenta específica para a comunicação política, vem sendo utilizado por atores políticos em momentos eleitorais e não-eleitorais (Slimovich, 2021). Sarmiento, Elias e Marques (2023, p.59) afirmam que

um conjunto de estudos recentes aponta para algumas características centrais e potenciais da referida plataforma para a comunicação política, as quais se ligam à centralidade da dimensão visual no uso das redes sociais (Filimonov; Russmann; Svensson, 2016); à importância dada na contemporaneidade à socialização da vida privada e à ideia de “proximidade” do representante com o público (Quevedo-Redondo; Portales-Oliva, 2017; Pineda; Bellido-Pérez; Barragán-Romero, 2020; Slimovich, 2021; Tirado-Garcia; Doménech-Fabregat, 2021), que está ligada à estratégia de “humanização” do político (Selva-Ruiz; Caro-Castaño, 2017); à boa usabilidade da plataforma e potencial de viralização do conteúdo (Hemsley; Mason, 2013; Caldeira; Deridder; Vanbauwel, 2018); e a um apelo bastante forte ao público jovem (Tarullo, 2021).

A partir da compreensão de tais características acerca do Instagram, as autoras buscaram entender como parlamentares à direita do espectro político utilizaram a plataforma,

especialmente nos temas tangentes aos direitos das mulheres, um recorte pouco explorado na discussão sobre política e comunicação on-line (Sarmiento; Elias; Marques, 2023).

De acordo com Sarmiento, Elias e Marques (2023) o primeiro esforço analítico foi o de quantificar os dados das categorias coletadas, entre os anos de 2019 e 2021, optando por não analisar o ano de 2022 dadas as especificidades do ano eleitoral. Os posts do corpus foram distribuídos de forma similar entre os dois períodos estabelecidos, sendo 50,12% deles realizados em março e 49,88% em maio. O tema mais recorrente nos meses analisados, segundo as autoras, foi a participação política de mulheres (como representantes eleitas, líderes de grupos, dentre outras), seguido de conteúdos sobre família e violência.

Quadro 2 – Temas mais recorrentes (gênero)

Tema	Porcentagem
Participação política	22,22%
Família	15,84%
Violência	13,00%
Outros	11,35%
<i>Posts exclusivamente comemorativos</i>	9,69%
Cuidado	9,22%
Política antigênero	8,51%
Trabalho remunerado	5,44%
Saúde	1,89%
Beleza/aparência	1,42%
Direitos sexuais e reprodutivos	1,18%
Temas interseccionais	0,24%
Total	100%

Fonte: Sarmiento; Elias; Marques, 2023, p.67.

A partir disso Sarmiento, Elias e Marques (2023) desenvolveram a análise a partir dos discursos expressos pelas parlamentares no conteúdo coletado. A discussão se estrutura nos cinco temas mais presentes: participação política, família, cuidado, violência e política antigênero.

Para esse trabalho optamos por unir as categorias analisadas por Passos (2023) às propostas por Sarmiento, Elias e Marques (2023). Além das categorias em comum em ambos os trabalhos - *saúde da mulher; temas interseccionais; e participação política* (Sarmiento, Elias e Marques, 2023), que é equivalente à *política da presença* (Passos, 2023), unimos em categorias temas relacionados. Dessa forma, violência contra a mulher e violência política de gênero são representados na categoria *violência*; linguagem neutra é contemplada na categoria *direitos LGBTQIA+*; construção de creches e essencialismos pertencem à categoria denominada *cuidado*; aborto está contemplado nas postagens relativas aos *direitos sexuais e reprodutivos*; sororidade pertence à categoria de *empoderamento feminino*. Demais categorias: empreendedorismo feminino; paridade de gênero; pobreza menstrual; família; política antigênero; trabalho remunerado; beleza/ aparência e, por fim, posts exclusivamente comemorativos.

A princípio dividimos todas as 2.056 postagens publicadas no Instagram de Carla Zambelli, Tabata Amaral, Gleisi Hoffmann, Alessandra Haber e Erika Hilton, de março a maio de 2023, em 4 categorias macro, conforme proposto por Almeida (2017):

Quadro 3 – Categorias macro

Agenda ordinária
Agenda extraordinária
Assuntos pessoais
Assuntos não políticos strictu sensu

Após essa divisão inicial classificamos, com base nos trabalhos de Passos (2023) e Sarmiento; Elias e Marques (2023), apenas aqueles referentes às pautas de gênero conforme as 16 categorias listadas abaixo:

Quadro 4 – Pautas relativas a gênero

Beleza/ aparência
Cuidado
Direitos LGBTQIA+
Direitos sexuais e reprodutivos
Empoderamento feminino
Empreendedorismo feminino

Família
Paridade de gênero
Participação política
Pobreza menstrual
Política antigênero
Posts exclusivamente comemorativos
Saúde
Trabalho remunerado
Violência
Temas interseccionais

Importante ressaltar que a divisão das postagens em 4 categorias macro é feita de forma que cada publicação pertença a apenas uma das categorias definidas (*agenda ordinária*; *agenda extraordinária*; *assuntos pessoais* ou *assuntos não políticos strictu sensu*). Já a classificação das postagens com base nos conteúdos relativos a gênero não é feita de maneira excludente, ou seja, uma mesma publicação pode fazer parte de mais de uma categoria e, quando isso acontece, também é contabilizada na categoria “temas interseccionais”.

Optamos fazer dessa forma visto que parte significativa das postagens não pode ser classificada em apenas uma categoria. Por exemplo, um *post* a respeito da participação feminina na política comumente trata da paridade de gênero e do empoderamento feminino (caso a parlamentar incentive as mulheres a se candidatarem, por exemplo). Nesse caso, classificar a postagem em apenas uma categoria resultaria na omissão dos outros dois conteúdos igualmente abordados.

3.2. As 5 deputadas federais mais votadas em 2022

A deputada federal mais votada em 2022 foi Carla Zambelli (PL/SP), com 946.244 votos; seguida de Tabata Amaral (PSB/SP), com 337.873 votos; em terceiro lugar está Gleisi Hoffmann (PT/PR), com 261.247 votos; a quarta deputada federal mais votada foi Alessandra Haber (MDB/PA), com 258.903 votos; e, por fim, a quinta parlamentar foi Erika Hilton, que obteve 256.903 votos.

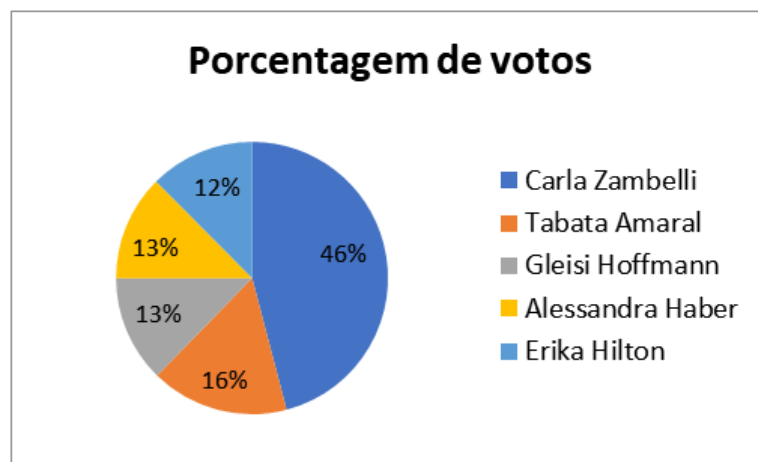
Quadro 5 – As 5 deputadas federais mais votadas em 2022

Deputada federal	Partido	Estado	Nº de votos	Colocação estado	Colocação geral
Carla Zambelli	PL	SP	946.244	2º (4,2% dos votos)	3º
Tabata Amaral	PSB	SP	337.873	6º (1,5% dos votos)	8º
Gleisi Hoffmann	PT	PR	261.247	2º (4,7% dos votos)	13º
Alessandra Haber	MDB	PA	258.907	1º (5,9% dos votos)	15º
Erika Hilton	PSOL	SP	256.903	9º (1,1% dos votos)	17º

Total SP: 22.410.538/ Total PR: 5.483.984/ Total PA: 4.383.541

Em relação à quantidade de votos, Carla Zambelli se destaca por reunir 46% da quantidade total de votos (se somados os votos das 5 deputadas federais em questão). Os votos conquistados por Tabata Amaral representam 16% do total. Gleisi Hoffmann e Alessandra Haber somam 13% cada, e Erika Hilton obteve 12% dos votos.

Gráfico 6 – Porcentagem de votos



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (2022)

No que se refere à quantidade de votos em comparação à quantidade de seguidores no Instagram (dados relativos a agosto de 2023), observamos que Carla Zambelli apresenta a maioria absoluta, quase 3 vezes mais seguidores que a segunda colocada. O que chama atenção é o fato de Alessandra Haber, que obteve 258.907 mil votos, ter apenas 60 mil seguidores na rede analisada. Ou seja, apenas um quarto de seus eleitores a acompanham na rede. Em contrapartida, Erika Hilton possui 4,6 vezes mais seguidores do que o número total de votos obtidos.

O ponto aqui não é afirmar que todos os seguidores votam nas parlamentares que acompanham nas redes. Não há pesquisas que estabelecem essa relação, tampouco é nosso objetivo com esse trabalho. Achamos pertinente estabelecer essa comparação apenas para fins de questionar a visibilidade no Instagram com o desempenho eleitoral. Como já apontado por Almeida (2017; 2020), a ciber-base constitui um público para além do eleitorado. O que significa, em outras palavras, que os eleitores não necessariamente votam nos atores políticos que acompanham nas redes, em decorrência de diversos fatores.

Quadro 6 – Quantidade de votos x quantidade de seguidores

Deputada federal	Quantidade de votos	Quantidade de seguidores
Carla Zambelli	946.244	3,3 milhões
Tabata Amaral	337.873	925 mil
Gleisi Hoffmann	261.247	868 mil
Alessandra Haber	258.907	60,2 mil
Erika Hilton	256.903	1,2 milhões

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral e Instagram

Por fim, no quadro 7 (abaixo) registramos a quantidade total de postagens analisadas no perfil do Instagram de cada parlamentar dentro do período selecionado (1º de março a 31 de maio de 2023). Além disso, estipulamos uma média de *posts* diários, resultado da quantidade total de postagens dividido por 92 (número de dias que compõe o período). De acordo com essa conta, Gleisi Hoffmann e Carla Zambelli são as que mais fazem publicações por dia, em contraposição está Erika Hilton, que postou uma média de 1 *post* por dia dentro do período selecionado.

Quadro 7 – Média de postagens

Deputada federal	Quantidade total de <i>posts</i>	Média de <i>posts</i> por dia
Carla Zambelli	763	8
Tabata Amaral	187	2
Gleisi Hoffmann	818	9
Alessandra Haber	179	2
Erika Hilton	110	1

Fonte: Instagram (postagens publicadas entre 1º de março e 31 de maio de 2023)

Carla Zambelli

Carla Zambelli foi reeleita deputada federal em 2022 com 946.244 votos, sendo a deputada mais votada do país e ficando em terceiro lugar dentre os 513 deputados federais eleitos – atrás apenas de Nikolas Ferreira (PL/MG) e Guilherme Boulos (PSOL/SP). A parlamentar é natural de Ribeirão Preto (SP), possui 43 anos e é filiada ao Partido Liberal (PL). Zambelli se define, de acordo com texto publicado em seu site, “liberal na economia e conservadora nos costumes”.

Antes de se eleger deputada federal, em 2018, Carla Zambelli trabalhava como gerente de projetos em uma empresa privada. Ganhou visibilidade com o movimento Nas Ruas, criado por ela em 2011, que alcançou notoriedade ao defender de forma ativa o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. O movimento tinha a missão de “fiscalizar o poder público, propor soluções de combate à impunidade e promover a conscientização política”. A exposição acabou fazendo com que fosse demitida do seu último emprego formal.

Zambelli já foi ligada ao movimento feminista radical ucraniano Femen, do qual participou de um ato em 2010 no Brasil. A parlamentar nega a relação e justificou, em entrevista ao Flow Podcast em vídeo publicado no YouTube em 5 de julho de 2022, que sua participação se deveu à uma “troca de favores” com a então ativista feminista Sara Giromini, que aparece nas fotos ao lado de Carla Zambelli com a camiseta do movimento Nas Ruas, enquanto a parlamentar veste uma camiseta do movimento Femen.

Foi com os protestos organizados pelo movimento Nas Ruas, em 2013, que Carla Zambelli atraiu a atenção. Em 2017 se declarou monarquista e disse acreditar que uma monarquia parlamentarista poderia ser uma solução política para o país, pelo seu poder moderador, que, segundo ela, serviria para conter os possíveis excessos dos três poderes.

Em 2018 lançou o livro “Não Foi Golpe – Os bastidores da luta Nas Ruas pelo impeachment de Dilma”, no qual conta sobre sua trajetória no ativismo político e o movimento para depor a então presidenta Dilma Rousseff. No mesmo ano foi eleita, com 76.306 votos, deputada federal por São Paulo.

De acordo com levantamento feito pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (DAPP/FGV) Carla Zambelli era a sexta maior influenciadora digital de direita do país em 2019. No mesmo ano foi classificada como a 3ª parlamentar mais influente do Congresso Nacional nas redes sociais, de acordo com o Ranking FSB Influência

Congresso. Em 2020, a parlamentar ficou na segunda colocação do ranking, ficando atrás apenas do deputado federal Eduardo Bolsonaro.

A parlamentar sempre esteve ligada ao ex-presidente Jair Bolsonaro e foi figura importante em seu governo, chegou a ser vice-líder do Governo Federal na Câmara em 2020 e é, atualmente, vice-líder da minoria na Câmara. Carla Zambelli foi importante na relação entre o então presidente Jair Bolsonaro com o juiz, e posteriormente Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro.

A deputada passou a ser investigada pela Justiça Federal por porte ilegal de arma de fogo e constrangimento com uso de arma após ser filmada entrando em um bar armada na capital paulista no dia 29 de outubro de 2022, após as eleições. Além disso, enfrenta pedido de cassação de seu mandato após denúncias de que a parlamentar contratou um *hacker* para invadir sistemas de justiça com o intuito de acessar dados pessoais e organizacionais do Poder Judiciário.

De acordo com texto publicado em seu site oficial, a deputada defende “menos Estado, mais Justiça e verdadeira Educação”, e está alinhada com os valores e princípios pregados pela extrema-direita brasileira.

Para Segurado (2020), em entrevista ao portal Último Segundo, Carla Zambelli pode ser considerada “o que a gente chama de alpinista social, quando pessoas querem se aproveitar de um conjunto de relações para uma ascensão. Só que ela é uma alpinista no campo da política e nos últimos anos vem se aproximando cada vez mais de grupos de direita e extrema direita”. A pesquisadora complementa: “É o que a gente chama de um *outsider* na política, sem uma trajetória partidária, sólida, consistente, mas que ganha uma projeção importante em alguns momentos”.

Do dia primeiro de março ao dia 31 de maio de 2023, Carla Zambelli realizou 763 postagens em seu perfil no Instagram, o que equivale a uma média de 8 *posts* por dia. Dessas, 671 postagens referem-se à agenda extraordinária. Ou seja, 88% das postagens fazem menção a questões políticas de uma forma geral, com pautas tidas como “emergenciais” e que não dizem respeito propriamente às atividades diárias da parlamentar. Zambelli valoriza, ao menos no período analisado, conteúdos que mobilizam a opinião pública e a agenda política nacional.

Entre os assuntos mais abordados pela parlamentar estão: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos do dia 08 de janeiro de 2023; taxação de *e-commerces*, lojas

online e jogos eletrônicos; popularidade de Donald Trump; posse de Dilma Rousseff na presidência do banco dos Brics; Ibovespa; joias em posse da família Bolsonaro; Cristiano Zanin é indicado pelo Presidente Lula ao Supremo Tribunal Federal; alta no preço dos combustíveis; Banco Central; Petrobrás; Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); doutrinação ideológica nas escolas; gastos do governo federal; ditadura na Nicarágua; queda dos empregos formais; “PL da censura” (Projeto de Lei 2630/20); Anderson Torres é preso político; visita de Nicolás Maduro ao Brasil; marco temporal das terras indígenas e ataques em escolas em São Paulo e Santa Catarina.

Em segundo lugar está a agenda ordinária, com 51 postagens (7% do total) que mostram a rotina parlamentar da deputada, como: participação em comissões, eventos, reuniões, visitas em seu gabinete e outras atividades relacionadas ao exercício de sua profissão.

As postagens pertencentes à categoria assuntos não políticos *strictu sensu* representam 3% do total (25 *posts*). Em maior parte são conteúdos relacionados à religião, como passagens bíblicas e mensagens do Padre Alex. Por fim, Carla Zambelli realizou apenas 16 postagens referentes à sua vida pessoal.

Gráfico 7 – Carla Zambelli: categorias macro

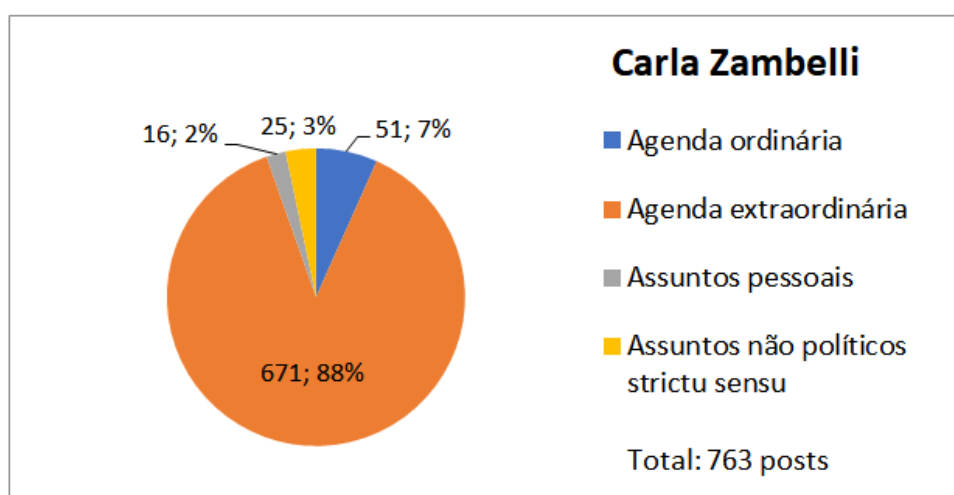


Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no perfil @carla.zambelli no Instagram

Dentre todos os conteúdos postados no perfil da parlamentar no período selecionado (1º de março a 31 de maio de 2023), categorizamos os que se referem às pautas de gênero nas

16 categorias propostas. Postagens relacionadas à temática *família* são as que mais aparecem no período, chegando a 11 posts. Sarmento, Elias e Marques (2023, p.72) afirmam que essa categoria abrange conteúdos de foro pessoal, mas também opiniões sobre os modelos e a tão propagada “defesa da família”, comum aos políticos conservadores. As autoras apontam que a maioria das deputadas consideradas “de direita” apresenta nas imagens de suas contas no Instagram uma constituição familiar heterossexual e majoritariamente branca, aspecto condizente ao mostrado por Carla Zambelli.

Gráfico 8 – Carla Zambelli: pautas relativas a gênero

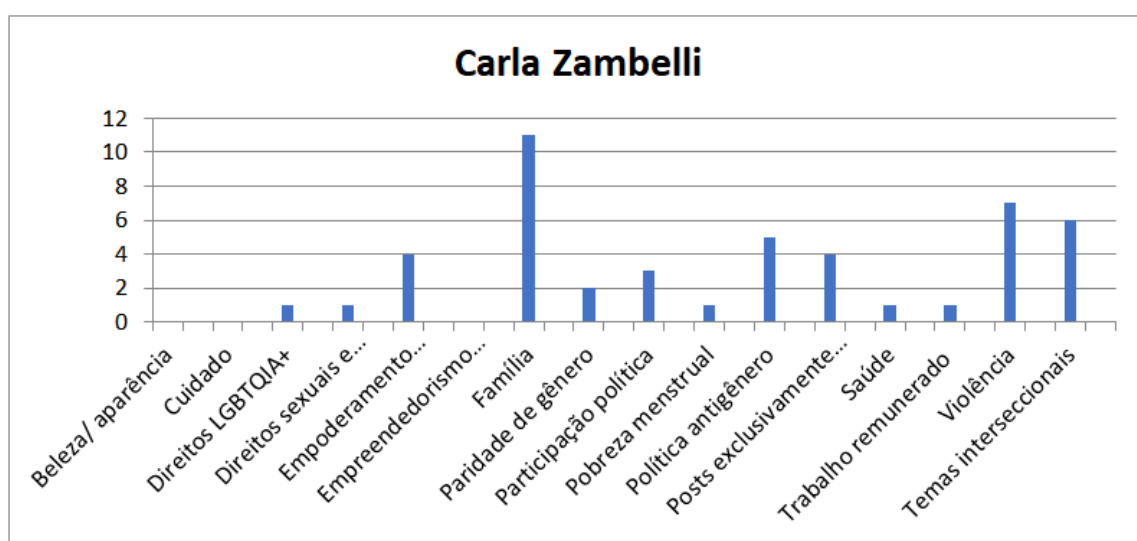


Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no perfil @carla.zambelli no Instagram

Sarmento, Elias e Marques (2023, p.72) também chamam a atenção à valorização da família e a culpabilização de sua desestruturação por várias “mazelas sociais”, apontada pelas autoras como uma constante entre as parlamentares de direita analisadas. Exemplo disso é a postagem realizada por Carla Zambelli no dia 5 de abril de 2023, que chama a atenção dos pais para as pautas abordadas no filme Homem-Aranha, a ser lançado no próximo ano. Na legenda a parlamentar faz um apelo: “Atenção, Pais. Protejam nossas crianças! / O novo Spider Man que será lançado em 7 de junho de 2024, mostra uma bandeira com a mensagem “proteja crianças trans” e o protagonista, Miles Morales, usando um adesivo do movimento de extrema esquerda Black Lives Matter.”. A postagem foi realizada simultaneamente no perfil da deputada e de seu irmão, e também deputado estadual por São Paulo, Bruno Zambelli.

Figura 1 – Novo Homem-Aranha e a pauta de gênero (Carla Zambelli)



Fonte: perfil @carla.zambelli no Instagram. Data da publicação: 05/04/2023.

A ideia evocada da família como bênção divina, apontada por Sarmento, Elias e Marques (2023, p.72) é exemplificada pelas autoras com uma postagem de Carla Zambelli, realizada no dia 13 de maio de 2020 com a seguinte legenda: “A família não é só o pilar de uma sociedade livre e soberana. A família é nosso refúgio, o lar para os nossos corações. Fui abençoada em ver a minha crescer ainda mais. Amo muito cada um de vocês! #DiaDaFamilia”.

O mesmo teor é apresentado na postagem realizada no Dia Internacional da Mulher (comemorado em 08 de março), referente ao período analisado nessa pesquisa, na qual a deputada parabeniza as mulheres com o seguinte texto:

À você mulher, mãe, filha, esposa, profissional e chefe de família, guardiã da vida e do amor, aquela que nasce com o maior dos dons, o dom de carregar no ventre, uma nova vida, que desde o nascimento tem missão de trazer paz e amor ao mundo. / Mulher é guerreira por natureza, mãe por amor, profissional por competência, dona de casa por habilidade. O meu respeito e carinho à todas vocês. Um Feliz Dia Internacional das Mulheres!!!!

Figura 2 – Dia da Mulher (Carla Zambelli)



Fonte: perfil @carla.zambelli no Instagram. Data da publicação: 08/03/2023.

Sarmento, Elias e Marques (2023, p.72) lembram que esse enquadramento idealizado da família está no cerne das preocupações feministas quanto às implicações do neoliberalismo para a vida das mulheres.

Como sustenta Biroli (2014), trata-se da defesa de um arranjo familiar específico frente à crescente privatização de responsabilidade (como nas discussões sobre o ensino domiciliar) junto da erosão de direitos e garantias públicas, que ignoram a pluralidade dos arranjos familiares e a própria ausência destes na vida de vários sujeitos. Ao acionarem esses sentidos específicos sobre a esfera familiar, as parlamentares acentuam as intensas diferenças entre as mulheres, sobretudo de classe e raça, dado que em um cenário de diminuição de serviços estatais “o custo e o trabalho da assistência recaem sobre os próprios indivíduos, quase sempre sobre as mulheres das famílias” (Pelegri, 2019, p.201). (Sarmento; Elias; Marques, 2023, p.73)

Postagem representativa da defesa de um modelo tradicional e conservador da constituição familiar, realizada pela deputada Carla Zambelli, é a que se refere a uma fala de Giorgia Meloni, primeira-ministra da Itália e figura importante da extrema-direita europeia, na qual Meloni se posiciona contra a agenda de gênero.

Figura 3 – Fala de Giorgia Meloni (Carla Zambelli)



Fonte: perfil @carla.zambelli no Instagram. Data da publicação: 13/05/2023.

A segunda categoria com mais postagens referente às pautas de gênero é *violência*, com 7 postagens. Carla Zambelli dá prioridade à temática da violência política de gênero a partir do caso da deputada federal Julia Zanatta (PL/SC), que foi assediada pelo também deputado federal Marcio Jerry (PCdoB/MA) dentro da Câmara dos Deputados.

Figura 4 – Assédio sofrido pela deputada Julia Zanatta (Carla Zambelli)



Fonte: perfil @carla.zambelli no Instagram. Data da publicação: 12/04/2023

Na categoria denominada *política antigênero* se enquadram as publicações que expressam diretamente a contrariedade frente a direitos relacionados a gênero e sexualidade, conforme proposto por Sarmento, Elias e Marques (2023). Além da postagem que se refere ao filme *Homem-Aranha*, outra com o mesmo teor contrário aos direitos das pessoas LGBTQIA+ trata-se da postagem sobre uma campanha realizada pela varejista norte-americana *Target*, que de acordo com matéria publicada na Revista Oeste, perdeu 9 milhões de dólares por comercializar produtos infantis com as cores do movimento *pride*. A expressão “quem lacra não lucra” foi utilizada em outras postagens realizadas pela deputada com o mesmo teor contrário às pautas relacionadas à comunidade LGBTQIA+.

Figura 5 – “Quem lacra não lucra!” (Carla Zambelli)



Fonte: perfil @carla.zambelli no Instagram. Data da publicação: 26/05/2023

Pertencente à categoria *paridade de gênero*, uma postagem se destaca tendo em vista os objetivos dessa pesquisa. Trata-se de um *post*, realizado no dia 6 de maio de 2023, no qual

Carla Zambelli justifica seu voto contrário ao Projeto de Lei (PL) 1085/23. O PL, aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 4 de maio de 2023, torna obrigatória a igualdade salarial entre mulheres e homens que ocuparem os mesmos cargos. De autoria do Poder Executivo, assinado pela Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, e pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o texto prevê uma multa dez vezes maior que o valor do novo salário mínimo devido ao emprego que for discriminado. A lei estabelece mecanismos de transparência e remuneração a serem seguidos pelas empresas e fortalece a fiscalização.

O PL 1085/23 foi aprovado com 325 votos favoráveis e 36 contrários. Carla Zambelli justifica, na legenda da postagem, que “A equiparação salarial JÁ EXISTE em LEI no Brasil DESDE 1943. Não precisamos de novas leis com aparência populista, mas de medidas que estimulem a geração efetiva de empregos e qualificação de mulheres para o mercado.”. A deputada argumenta que a obrigação, presente em lei, de que empresas com mais de 100 funcionários serão obrigadas a publicar relatórios semestrais de transparência salarial e remuneratória, além de trazer dados sobre outras possíveis desigualdades (incluindo raça, etnia, nacionalidade e idade), “traz consigo o risco de que se utilize essa medida para imposição de ideologização das contratações de empresas privadas, o que considero prejudicial para o mercado de trabalho brasileiro.”.

Figura 6 – Equiparação salarial (Carla Zambelli)



Fonte: perfil @carla.zambelli no Instagram. Data da publicação: 06/05/2023

A outra postagem pertencente à categoria *paridade de gênero* se refere à ocupação de cargos por mulheres. No entanto, o *post* apenas ilustra uma manchete do Terra Brasil Notícias afirmando que “Ocupação de cargos por mulheres cai durante governo Lula”. Estratégia

semelhante é empregada no texto de postagem realizada no dia 9 de março de 2023, no qual Carla Zambelli aponta para uma suposta “mentira do PT”, ao relançar o “Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual” (lançado em 23 de novembro de 2022) agora com o nome de “Programa de Proteção e Promoção da Dignidade Menstrual”, lançado no Dia Internacional da mulher (8 de março) pelo Presidente Lula.

Figura 7 – Ocupação de cargos por mulheres (Carla Zambelli)



Fonte: perfil @carla.zambelli no Instagram. Data da publicação: 03/04/2023

Figura 8 – Pobreza menstrual (Carla Zambelli)



Fonte: perfil @carla.zambelli no Instagram. Data da publicação: 09/03/2023

Ambas as postagens não desenvolvem as temáticas abordadas – ocupação de cargos por mulheres e pobreza menstrual, tampouco conscientizam da importância dessas pautas para

as mulheres ou se referem às propostas de Carla Zambelli. O objetivo dessas publicações parece se aproximar mais da polarização “Lula x Bolsonaro” do que de fato das pautas que se referem.

Por fim, após a categorização dos 763 *posts* realizados pela deputada no período de 1º de março a 31 de maio de 2023, concluímos que a deputada prioriza conteúdos referentes à agenda extraordinária, em especial em oposição ao atual governo e de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro. No que se refere às pautas de gênero são poucas as postagens, o foco de Zambelli é às categorias *família*, *violência* e *política antigênero*, sempre com vieses conservadores e de acordo com os valores da extrema-direita.

Tabata Amaral

Tabata Amaral se reelegeu deputada federal por São Paulo nas eleições de 2022, pelo partido de centro-esquerda Partido Socialista Brasileiro (PSB). A parlamentar se elegeu com 337.873 votos, sendo a segunda deputada federal mais votada do país, atrás apenas de Carla Zambelli. Além disso, ficou em 6º lugar (1,5% dos votos) no ranking dos deputados federais mais votados por São Paulo, e em 8º lugar se considerarmos todas as unidades federativas.

Tabata Claudia Amaral de Pontes, nascida na capital paulista em 14 de novembro de 1993, cresceu na Vila Missionária e “viveu na infância as dificuldades enfrentadas por tantas famílias de migrantes nordestinos instaladas precariamente nas periferias das grandes cidades”, conforme narra em seu livro “Nosso Lugar: o caminho que me levou à luta por mais mulheres na política”, publicado em 2020.

A mãe de Tabata Amaral se ocupava como bordadeira e seu pai como cobrador de ônibus. Aos 11 anos participou da 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática para Escolas Públicas e, devido a sua boa colocação, recebeu uma bolsa de estudos do colégio privado Etapa em 2007. No total, a parlamentar recebeu mais de 40 medalhas nacionais e cinco internacionais pelas participações em competições de matemáticas e ciências. A deputada relata que

Nas competições internacionais das quais participei, sempre fui a única mulher dentre os quatro ou cinco estudantes que formavam a delegação brasileira. Em algum momento, devo ter acreditado que a maioria das meninas não gostava de ciências. Contudo, as brincadeiras de mau gosto que eu ouvia foram me mostrando que a baixa participação das meninas nas

olimpíadas se devia a outros fatores. Lembro de uma aula em que um garoto, provavelmente incomodado com meu desempenho, disse ter certeza de que eu era um menino disfarçado de menina e que essa era a razão pela qual eu ia tão bem. Eu era a única menina que fazia essa aula e, não fosse pelo professor, que não achou graça nenhuma e o repreendeu na frente de todos, muito provavelmente eu teria abandonado aquele curso. Afinal de contas, *eu era muito nova para ter que provar ser suficientemente menina mesmo sendo boa em ciências e suficientemente boa em ciências mesmo sendo menina*. (Amaral, 2020, p.46, grifo nosso)

A parlamentar ingressou no curso de Física da Universidade de São Paulo (USP). Porém logo depois, em 2012, com mentoria do Prep Estudar Fora, programa da Fundação Estudar que ajuda na aplicação para universidades do exterior, Tabata Amaral conseguiu ser aceita para graduação com seis bolsas de estudo integrais em universidades norte-americanas: Caltech, Harvard, Columbia, Yale, Upenn e Princeton.

Bolsista integral de Harvard, a deputada também passou no programa Líderes Estudar, outra iniciativa da Fundação Estudar, que, além de suporte financeiro, oferece acesso a uma rede de alto potencial com a qual ela desenvolveu diversos empreendimentos sociais.

Em Harvard começou a fazer o curso de astrofísica. No segundo ano mudou a área de interesse para abarcar também o campo de políticas públicas. Tabata Amaral é formada, portanto, em Ciência Política e Astrofísica. Em sua tese de graduação estudou os fatores políticos que impactam a educação pública em diferentes municípios brasileiros.

De acordo com o relatado no livro *Nosso Lugar*, foi a crença no poder transformador da educação que a levou a se candidatar à Câmara Federal. Aos 25 anos, a parlamentar recebeu 264.450 votos e foi a sexta deputada federal mais votada do estado de São Paulo nas eleições de 2018 – com o maior número de votos proporcional do seu partido à época, o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

A parlamentar é ativista pela educação e pelos direitos das mulheres e entre suas propostas estão: desenvolver uma educação técnica e profissionalizante que abarque mais jovens e esteja mais relacionada com o mercado de trabalho; valorizar os docentes estimulando a formação; apoiar a formação política das mulheres e propor a criação de cotas para mulheres no parlamento; reduzir a violência contra mulheres; estimular a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Tabata Amaral é bastante ativa no movimento que busca aumentar a participação das mulheres na política. A iniciativa *Vamos Juntas* é um exemplo prático de seu esforço em relação a essa pauta. De acordo com a definição encontrada no site do instituto, o *Vamos*

Juntas é um “instituto suprapartidário e de alcance nacional que luta pelo fim da desigualdade de gênero na política, impulsionando candidaturas femininas e mobilizando a sociedade em prol da causa”.

Criado em 2019, a iniciativa tem como objetivo incentivar mulheres que já ocupam posições de lideranças em suas comunidades a se candidatarem a um cargo eletivo: “Temos como objetivo ampliar vozes de mulheres que historicamente foram alijadas das estruturas de poder”. O instituto atua através do apoio técnico e socioemocional às candidatas, “por meio de ações focadas em trilhas de aprendizagem, mentorias políticas individuais, atendimentos psicológicos, consultorias jurídicas, bem como apoio na comunicação estratégica e de marketing, captação de recursos e conexões políticas”.

Além do *advocacy* pelo aumento da participação das mulheres na política, a partir de campanhas e da articulação com outras organizações e monitoramento de avanços e retrocessos nas casas legislativas. A chamada *Bancada Vamos Juntas pelo Brasil* conta com 21 parlamentares eleitas, sendo 16 vereadoras, 3 deputadas estaduais e 2 deputadas federais.

De acordo com o publicado no site do instituto, o *Vamos Juntas* já apoiou mais de 200 candidatas de 26 estados brasileiros. Além disso, chamam a atenção para a diversidade das candidatas: “priorizamos nos nossos processos seletivos mulheres diversas, porque acreditamos que uma democracia forte só é possível com representatividade. Por isso, de 2020 a 2022, trabalhamos para avançar nesse aspecto. Pulamos de 27% de mulheres não brancas no programa para 54%!”.

Tabata Amaral realizou 187 postagens no Instagram durante o período selecionado para essa pesquisa (1º de março a 31 de maio de 2023), o que equivale a uma média de 2 *posts* por dia. Desses, 54% (101 *posts*) referem-se à agenda extraordinária. Ou seja, fazem menção a questões políticas de uma forma geral, com pautas tidas como “emergenciais” e que não dizem respeito propriamente às atividades diárias da parlamentar. A parlamentar valoriza, ao menos no período analisado, conteúdos que mobilizam a opinião pública e a agenda política nacional.

Entre os assuntos mais abordados pela parlamentar estão: votação do projeto de lei 490/2007 (“PL do marco temporal”); a visita de Nicolás Maduro ao país; vacinação; ataques às escolas de Santa Catarina, São Paulo e Goiás; joias em posse da família Bolsonaro; opiniões sobre o governo Lula; repúdio à fala transfóbica de Nikolas Ferreira (PL/MG) proferida na Câmara dos Deputados no Dia Internacional da Mulher; o caso de racismo

envolvendo o jogador de futebol Vinícius Junior; repúdio às atitudes machistas protagonizadas por participantes do programa Big Brother Brasil; polarização política no país; gestão da cidade de São Paulo; arcabouço fiscal que compromete a educação básica; renda mínima universal; novo bolsa família; projeto de lei 2630/20 (“PL das *fakenews*”).

A segunda categoria com mais postagens é agenda ordinária, que conta com 39% de todas as postagens realizadas no período e se refere aos *posts* que mostram a rotina parlamentar da deputada, como: participação em comissões, eventos, reuniões, visitas em seu gabinete e outras atividades relacionadas ao exercício de sua profissão.

Durante o período analisado a parlamentar integrou a comitiva do Presidente Lula em visita oficial a Xangai e Pequim, China (13 a 15 de abril de 2023), e participou de reuniões na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e no Parlamento francês, em Paris, França (2 a 5 de maio de 2023). Outros assuntos enfatizados por Tabata Amaral referem-se à atuação da deputada na Frente Parlamentar pela Promoção da Saúde Mental e na Frente Parlamentar Mista da Educação.

Postagens com conteúdos pessoais (família, lazer, rotina pessoal) somam 6% dos *posts*, o que equivale a 11 das 187 postagens analisadas. Por fim, a parlamentar fez apenas duas postagens que se referem à categoria assuntos não políticos strictu sensu (1% do total).

Gráfico 9 – Tabata Amaral: categorias macro

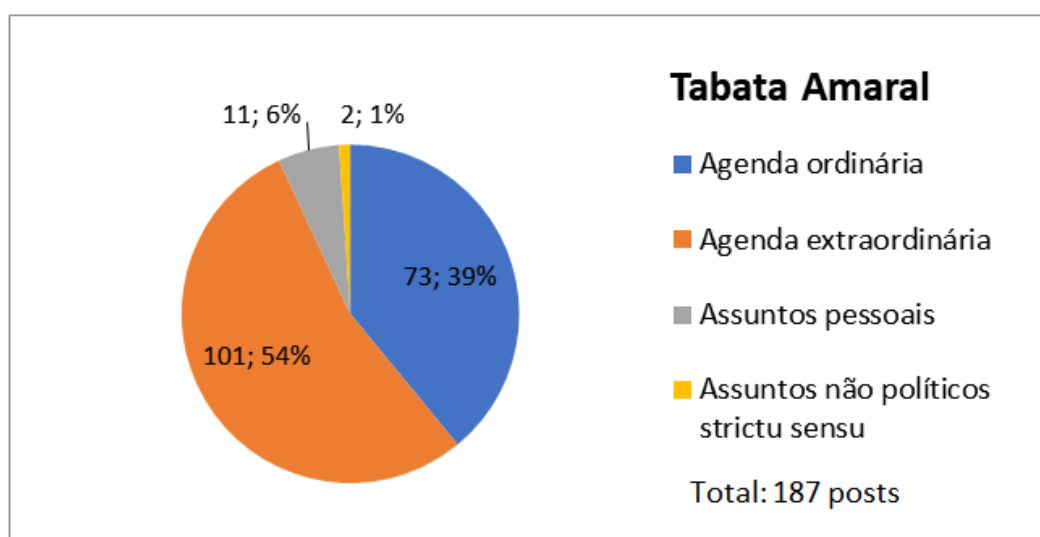


Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no perfil @tabataamaral no Instagram

Em relação aos conteúdos que abrangem pautas relativas a gênero, Tabata Amaral se sobressai se comparada a Carla Zambelli. *Violência* é o tema mais abordado, com 23 postagens, seguido da *participação política* (19 posts) e *paridade de gênero* (18 posts). A parlamentar não fez nenhuma postagem a respeito do *empreendedorismo feminino*; *trabalho remunerado* e nenhum *post exclusivamente comemorativo* (relacionado a gênero) no período analisado.

Gráfico 10 – Tabata Amaral: pautas relativas a gênero

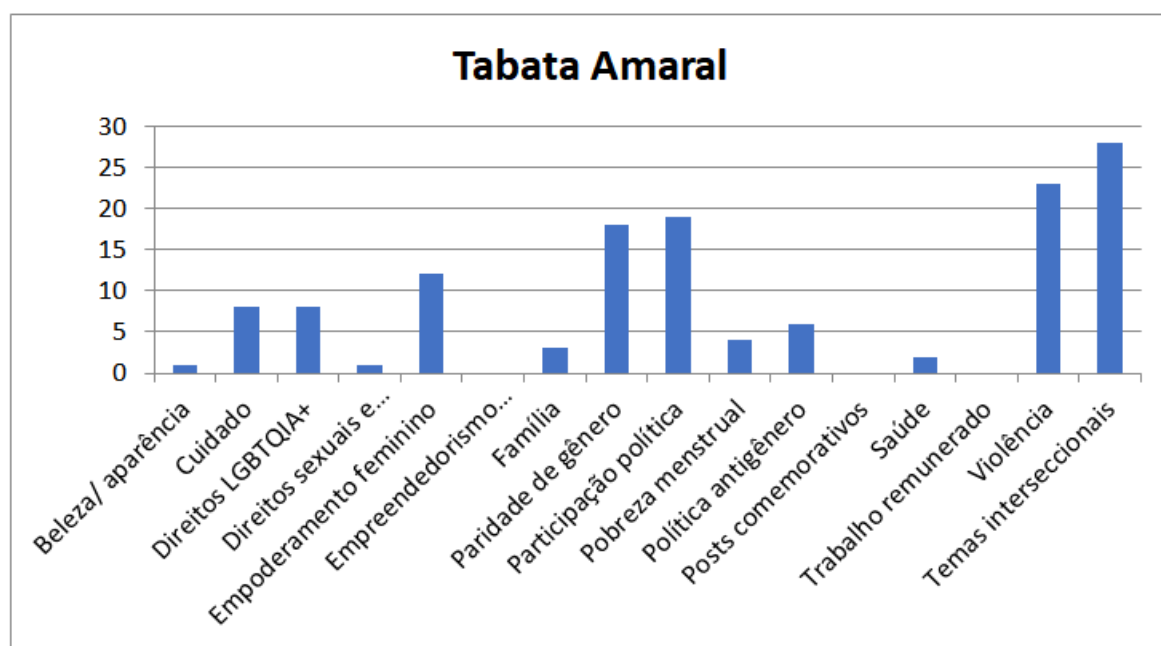


Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no perfil @tabataamaral no Instagram

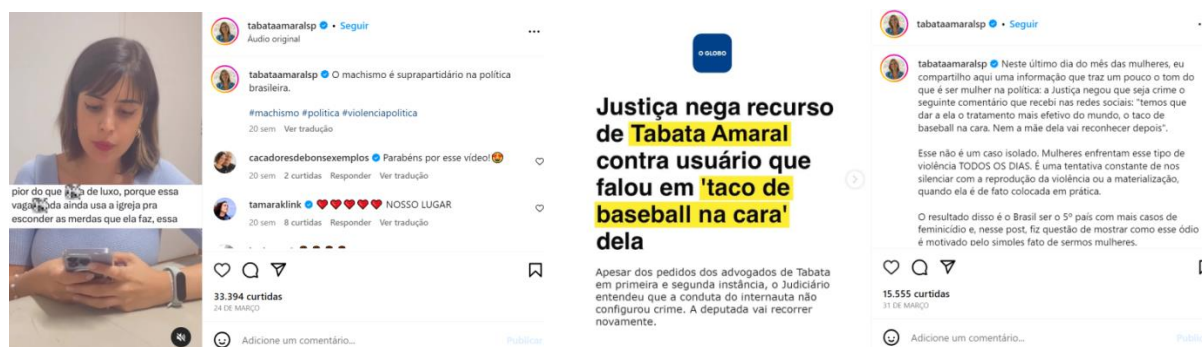
Dentre as postagens categorizadas como relativas à *violência*, Tabata Amaral tem um foco bastante definido na violência política de gênero. Em diversas postagens a parlamentar repudia atitudes, falas e posicionamentos machistas que têm como objetivo desqualificar mulheres no exercício de suas profissões. No conteúdo postado no dia 24 de março de 2023 (figura 9), a parlamentar afirma que “O machismo é suprapartidário na política brasileira”, no vídeo da publicação a deputada lê comentários machistas e misóginos dirigidos à Janja Silva, Michelle Bolsonaro e Manuela d’Ávila com o intuito de demonstrar, na prática, que “a violência política de gênero não possui ideologia”.

Em outra publicação, realizada no dia 31 de março de 2023 (figura 10), Tabata Amaral compartilha a manchete de uma matéria publicada no jornal O Globo que diz: “Justiça nega

recurso de Tabata Amaral contra usuário que falou em ‘taco de baseball na cara dela’”. Na legenda que acompanha a postagem a parlamentar escreve:

Neste último dia do mês das mulheres, eu compartilho aqui uma informação que traz um pouco o tom do que é ser mulher na política: a Justiça negou que seja crime o seguinte comentário que recebi nas redes sociais: "temos que dar a ela o tratamento mais efetivo do mundo, o taco de baseball na cara. Nem a mãe dela vai reconhecer depois"./ Esse não é um caso isolado. Mulheres enfrentam esse tipo de violência TODOS OS DIAS. É uma tentativa constante de nos silenciar com a reprodução da violência ou a materialização, quando ela é de fato colocada em prática./ O resultado disso é o Brasil ser o 5º país com mais casos de feminicídio e, nesse post, fiz questão de mostrar como esse ódio é motivado pelo simples fato de sermos mulheres. Infelizmente, o judiciário está mostrando que também reproduz essa violência. Abaixaremos a cabeça? Jamais! Falar sobre isso me dá mais segurança de que juntas não estamos sozinhas!

Figuras 9 e 10 – Violência política de gênero (Tabata Amaral)



Fonte: perfil @tabataamaralisp no Instagram. Datas das publicações: 24/03/2023 e 31/03/2023

Em publicação realizada no dia 06 de março de 2023 (figura 11), Tabata Amaral compartilhou uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação, Culturas Políticas e Economia da Colaboração da Universidade Federal Fluminense que mostrou que a deputada é a 5ª parlamentar mais atacada nas redes sociais. Na legenda que acompanha o post Tabata Amaral afirma que “usam a desinformação para nos desacreditar e não escondem o preconceito para nos minimizar! Todo meu apoio às deputadas e senadoras. A violência política não tem ideologia e, juntas e juntos, vamos derrubar essa barreira”. Em outra publicação, referente ao dia 02 de março de 2023 (figura 12), a parlamentar diz “Nossas meninas serão capazes de sonhar sem limites quando elas conseguiram se enxergar nos espaços de poder. Representatividade importa!”.

Figuras 11 e 12 – Violência política de gênero e representatividade (Tabata Amaral)



Fonte: perfil @tabataamaralisp no Instagram. Datas das publicações: 06/03/2023 e 02/03/2023

Outra postagem pertencente à categoria *violência* se refere ao projeto de lei, de autoria da deputada, que criminaliza o *sextortion*. No *post*, realizado no dia 13 de março de 2023 (figura 13), a parlamentar explica o termo:

Pra começar a semana com uma ótima notícia! Foi aprovado, na semana passada, o nosso PL que criminaliza o sextortion ☑☑ Você já ouviu falar nesse termo?/ Ele ainda não é muito conhecido, mas, infelizmente, 1 a cada 5 pessoas na América Latina já foram vítimas de corrupção sexual ou conhecem alguém que foi. E a maioria das vítimas são mulheres./ Sabe quando uma autoridade se aproveita da sua posição para obter benefício sexual? Isso é sextortion. Quando você precisa acessar um serviço, como uma consulta médica, e te subornam dizendo que, para isso acontecer, você lhe deve o ato sexual./ Tô muito feliz com a aprovação desse projeto que é um passo muito importante pelos direitos das mulheres e combate à corrupção! #VamosJuntos

Figura 13 – Sextortion (Tabata Amaral)



Fonte: perfil @tabataamaralisp no Instagram. Data da publicação: 13/03/2023

Dentre os conteúdos postados nas categorias *direitos LGBTQIA+* e *política antigênero* se destacam as postagens que repudiam a fala transfóbica do deputado federal Nikolas Ferreira (PL/MG) proferida na Câmara dos Deputados no Dia Internacional da Mulher. A parlamentar realiza 14 publicações referentes a esses assuntos (somados). Em conteúdo postado no dia 08 de março (figura 14), por exemplo, a deputada afirma: “Quando você ofende uma mulher, você ofende a todas as outras! Transfobia é crime e não podemos fingir que nada aconteceu. #CassaçãoJá”.

No Dia Internacional de Luta Contra a LGBTfobia, comemorado em 17 de maio, Tabata Amaral compartilha um vídeo de Pablo Vittar, símbolo bastante representativo da comunidade LGBTQIA+ no Brasil, no qual a cantora pede para que as pessoas “abram suas mentes e enxerguem a alma e o caráter dessas pessoas que também são humanas, assim como você. Não é só por conta de uma orientação sexual, de uma religião, de uma cor, de uma etnia que você pode destilar o ódio [...] Respeite, aceite seja lá quem for [...]”.

Figuras 14 e 15 – Direitos LGBTQIA+ e política antigênero (Tabata Amaral)



Fonte: perfil @tabataamaralisp no Instagram. Datas das publicações: 08/03/2023 e 17/05/2023

Tabata Amaral realizou 4 *posts* referentes à temática da *pobreza menstrual* dentro do período selecionado para essa pesquisa. Em uma delas, postada no dia 14 de março de 2023 (figura 16), a deputada relembra em uma entrevista ao canal GloboNews de quando ela, juntamente de outras parlamentares e um grupo de meninas da sociedade civil, protocolou o projeto para distribuição gratuita de absorventes pela primeira vez, em março de 2020. Em outra postagem, realizada no Dia da Dignidade Menstrual, comemorado em 28 de maio de 2023 (figura 17), a parlamentar argumenta sobre a importância desse debate:

Higiene menstrual é uma necessidade e não pode ser luxo. Desde o início da civilização, a menstruação era vista com repulsa, como algo sujo e até mesmo como uma doença. Quando apresentei o projeto de lei para distribuir absorventes a quem mais precisa, além de toda a violência que enfrentei, muitas pessoas me relataram que sequer conheciam o termo "pobreza menstrual", daí a importância de termos um dia para fomentar essa conscientização e promover a saúde menstrual. Hoje, toda escola estadual de São Paulo distribui absorventes para suas estudantes. Me dá um orgulho danado de ver que a nossa luta no Congresso se expandiu para cidades e estados de todo o país! A mudança já começou e seguiremos firmes até que ninguém tenha que escolher entre comer ou comprar um absorvente. Afinal, dignidade menstrual é direito básico!

Figuras 16 e 17 – Pobreza menstrual (Tabata Amaral)



Fonte: perfil @tabataamaral no Instagram. Datas das publicações: 14/03/2023 e 28/05/2023

Por fim, uma das pautas relativas a gênero que estava em evidência durante o período analisado, e que foi um dos motivos pelos quais escolhemos determinado recorte de tempo, era a discussão a respeito do novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), a ocupar a vaga deixada pelo ministro Ricardo Lewandowski, que se aposentou em abril de 2023. A parlamentar faz duas postagens com o objetivo de problematizar a falta de representatividade presente no STF.

Em uma delas, publicada no dia 26 de maio de 2023 (figura 18), Tabata Amaral compartilha uma imagem com o seguinte texto: “167 ministros já passaram pelo STF. Sabe quantos eram negros? 3. E mulheres? 3. Precisamos garantir que as nossas instituições de fato representem o nosso Brasil e é por isso que a próxima indicada para o STF precisa ser uma mulher negra!”. Na legenda que acompanha a postagem a parlamentar complementa: “O Supremo Tribunal Federal é o órgão máximo de um dos três pilares da nossa democracia, que

é o judiciário, e uma democracia forte requer diversidade e representatividade. Os espaços de poder precisam ter a cara do nosso Brasil!”.

Figura 18 – Novo ministro STF (Tabata Amaral)



Fonte: perfil @tabataamaral no Instagram. Data da publicação: 26/05/2023

Após categorização das 187 postagens realizadas por Tabata Amaral, no período de 1º de março a 31 de maio de 2023, concluímos que a pauta de gênero está bastante presente nos conteúdos compartilhados pela parlamentar. O foco maior foi para a violência contra a mulher, especialmente a chamada violência política de gênero. A deputada traz dados, exemplos e casos concretos para abordar esses assuntos que, frequentemente, estão relacionados à agenda extraordinária (como a escolha do novo ministro do STF, falas machistas proferidas por pessoas públicas, assédio no programa Big Brother Brasil entre outros). Além disso, a parlamentar parece se preocupar em divulgar suas propostas e projetos de leis em tramitação ou já aprovados a respeito dessas pautas, aspecto não encontrado nas publicações de Carla Zambelli.

Gleisi Hoffmann

Gleisi Hoffmann se reelegeu deputada federal pelo Paraná nas eleições de 2022, pelo partido de esquerda Partido dos Trabalhadores (PT). A parlamentar conquistou 261.247 votos, sendo a terceira deputada federal mais votada do país, atrás apenas de Carla Zambelli (PL/SP) e Tabata Amaral (PSB/SP). Além disso, ficou em 2º lugar (4,7% dos votos) no ranking dos

deputados federais mais votados pelo Paraná, e em 13º lugar se considerarmos todas as unidades federativas.

Gleisi Helena Hoffmann (6 de setembro de 1965), natural de Curitiba, Paraná, iniciou sua carreira política na adolescência ao se envolver em atividades estudantis e fazer parte da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas. A parlamentar integrou a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT) em 1989.

Em 1987 iniciou o curso de direito na Faculdade de Direito de Curitiba. Após concluir a graduação, em 2000, cursou MBA em Gestão de Organizações Públicas pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), e, em 2005, especialização em Administração Financeira pela Faculdade de Administração e Economia do Paraná.

Sua carreira se concentrou principalmente na gestão pública e na política. A deputada desempenhou funções como secretária de Estado no Mato Grosso do Sul e secretária de Gestão Pública em Londrina, Paraná. Em 2002, participou da equipe de transição do governo do Presidente Lula, trabalhando ao lado da então ministra Dilma Rousseff.

Após a eleição de Lula como presidente em 2002, Gleisi Hoffmann se tornou Diretora Financeira da Itaipu Binacional. Durante seu tempo na empresa, conforme sua biografia no site oficial do PT, apoiou diversos projetos sociais, incluindo o Projeto Casa Abrigo de Foz do Iguaçu, que fornece abrigo para mulheres e seus dependentes em situação de violência doméstica. A deputada também foi responsável por programas focados na região fronteira entre o Brasil e o Paraguai, como o combate à prostituição infantil e a promoção da saúde preventiva, incluindo a vacinação infantil. Por fim, coordenou o Programa de Pró-Equidade de Gênero e Raça na Itaipu Binacional.

Em 2006, tentou uma vaga no Senado pelo Paraná, conquistou 2.299.088 de votos (45,14%), porém ficou em 2º lugar e não foi eleita. Em 2008 se candidata para a prefeitura de Curitiba (PR), ocasião em que alcançou 183.027 votos (18,17%), mas novamente fica na segunda colocação e, portanto, não é eleita.

Em 2010, Gleisi Hoffmann se tornou a primeira mulher eleita para representar o Paraná no Senado, recebendo mais de 3 milhões de votos. A parlamentar assumiu o cargo de Chefe da Casa Civil da Presidência da República em 2011, nomeada pela então Presidenta Dilma Rousseff, e ocupou essa função até fevereiro de 2014, quando retornou ao Senado Federal.

No Senado, Gleisi Hoffmann propôs iniciativas como a aposentadoria das donas de casa, a reserva de vagas para mulheres nos parlamentos e a simplificação do processo contra agressores de mulheres sem a necessidade de queixa da vítima.

Ainda em 2014 a deputada se candidata ao governo do estado do Paraná, pela coligação PT, PDT, PCdoB, PRB, PTN. Conquista 881.857 votos (14,87%) e fica na terceira colocação.

Em 2016, a parlamentar presidiu a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e, em 2017, foi eleita líder dos senadores do PT na Casa. Em 2017, foi eleita Presidenta Nacional do Partido dos Trabalhadores, sendo reeleita para o cargo durante o Processo de Eleição Direta (PED) de 2020.

Nas eleições de 2018, Gleisi Hoffmann conquistou uma vaga na Câmara dos Deputados, recebendo um total de 212.513 votos, o que a colocou como a terceira candidata mais votada do Paraná. Nas eleições de 2022, foi reeleita deputada federal pelo PT-PR.

A trajetória política de Gleisi Hoffmann está intimamente atrelada ao Partido dos Trabalhadores, conforme apresentado, fato que implica a presença de seu nome em diversos escândalos. Em 2016, a parlamentar foi denunciada pelo Ministério Público Federal (MPF) na Operação Lava Jato, juntamente com o ex-marido Paulo Bernardo e o empresário Ernesto Kruger Rodrigues, acusada de envolvimento em propinas na Petrobras.

Em 2018, porém, Gleisi Hoffmann foi julgada e absolvida pela segunda turma do Supremo Tribunal Federal das acusações de corrupção e lavagem de dinheiro na Operação Lava Jato. O STF considerou que não há provas contra a deputada e seu ex-marido Paulo Bernardo e os dois foram absolvidos, assim como o empresário Ernesto Kugler Rodrigues.

A parlamentar, à frente da presidência do Partido dos Trabalhadores, foi oposição ativa durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro e hoje, enquanto deputada federal e Presidente do PT, está diretamente relacionada ao governo do presidente Lula.

Durante o período selecionado para essa pesquisa (1º de março a 31 de maio de 2023), Gleisi Hoffmann realizou 818 postagens no Instagram, o que equivale a uma média de 9 *posts* por dia. Desses, 80% se enquadram na categoria *agenda extraordinária*. Ou seja, 657 postagens fazem menção a questões políticas de uma forma geral, com pautas tidas como “emergenciais” e que não dizem respeito propriamente às atividades diárias da parlamentar. Hoffmann valoriza, ao menos no período analisado, conteúdos que mobilizam a opinião pública e a agenda política nacional.

Gráfico 11 – Gleisi Hoffmann: categorias macro

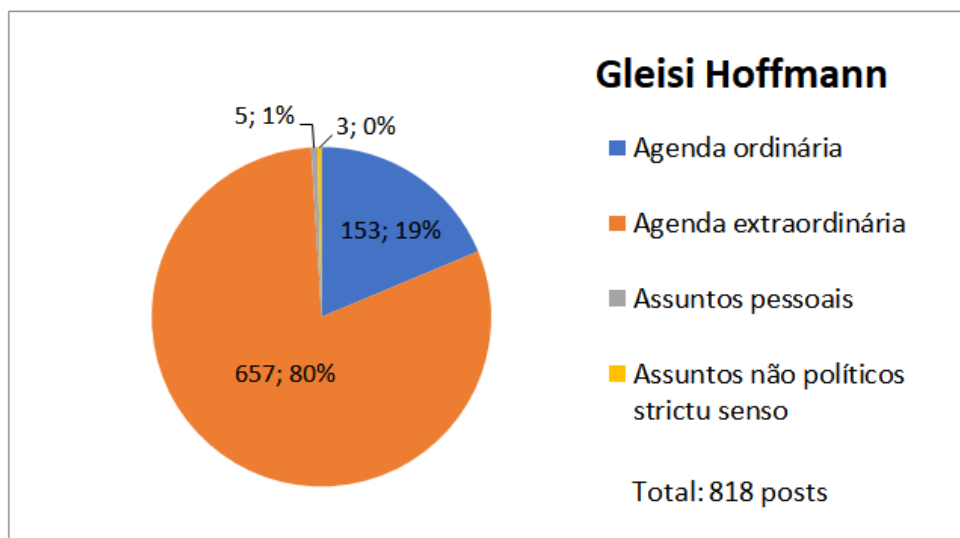


Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no perfil @gleisihoffmann no Instagram

Entre os assuntos mais abordados pela parlamentar estão: criação de empregos; 59 anos do golpe de 1964; nova gestão da Itaipu Binacional; agenda do Presidente Lula; posse de Dilma Rousseff na presidência do banco dos Brics; prisão de Anderson Torres; novo ensino médio; ataques às escolas de Santa Catarina e São Paulo; o caso de racismo envolvendo o jogador de futebol Vinícius Junior; inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro; parceria entre Brasil e China; projeto de lei 2630/20 (“PL das *fakenews*”); Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); inflação; piso salarial da enfermagem; fraude nos cartões de vacinação da família Bolsonaro; garimpo ilegal em terras yanomami; votação do projeto de lei 490/2007 (“PL do marco temporal”); cassação do ex-deputado federal Deltan Dallagnol (Podemos/PR); redução nos preços dos carros; Lei Paulo Gustavo; joias em posse da família Bolsonaro; novo bolsa família; preço dos combustíveis; repúdio à fala transfóbica do deputado federal Nikolas Ferreira (PL/MG); medidas do governo em prol das mulheres.

A segunda categoria com mais postagens é agenda ordinária, que conta com 19% de todas as postagens realizadas no período (153), e se refere aos *posts* que mostram a rotina parlamentar da deputada, como: participação em comissões, eventos, reuniões, visitas em seu gabinete e outras atividades relacionadas ao exercício de sua profissão. Nessa categoria destacamos o foco da parlamentar enquanto Presidente do Partido dos Trabalhadores, Gleisi

Hoffmann participou de diversas reuniões e eventos voltados à militância do PT durante o período analisado.

Apenas 5 postagens possuem caráter pessoal (família, lazer, rotina pessoal), sendo equivalente a 1% de todos os *posts*. Por fim, a parlamentar fez apenas uma postagem que se refere à categoria assuntos não políticos strictu sensu (0% do total), que se trata de um *post* comemorativo ao Dia de São Jorge (23 de abril de 2023).

Em relação aos conteúdos referentes a pautas de gênero, Gleisi Hoffmann postou mais conteúdos que se referem às propostas e medidas adotadas pelo governo federal do que de fato propostas pessoais de seu mandato enquanto deputada federal. Uma explicação possível é retirada de um *post* realizado no dia 13 de março de 2023 (figura 19), no qual a parlamentar afirma que “O PT é o partido do presidente Lula. Somos extremamente responsáveis por esse governo”.

Tal fato também pode justificar o grande número de postagens referentes à agenda presidencial. Gleisi Hoffmann faz, inclusive, um compilado dos compromissos do Presidente Lula ao longo de 7 dias e posta uma vez por semana. O mesmo se aplica aos conteúdos relativos às pautas de gênero, como demonstraremos a seguir.

Figura 19 – O PT é responsável pelo governo (Gleisi Hoffmann)



Fonte: perfil @gleisihoffmann no Instagram. Datas das publicações: 13/03/2023

A categoria denominada *violência* é a que possui mais postagens dentro dos conteúdos relativos a gênero, fato também observado nos perfis das deputadas Carla Zambelli (PL/SP) e Tabata Amaral (PSB/SP). Foram 34 *posts* com temáticas relacionadas à violência contra a mulher, seja a violência política de gênero, violência doméstica, violência sexual, feminicídio, assédio e outros.

Gráfico 12 – Gleisi Hoffmann: pautas relativas a gênero

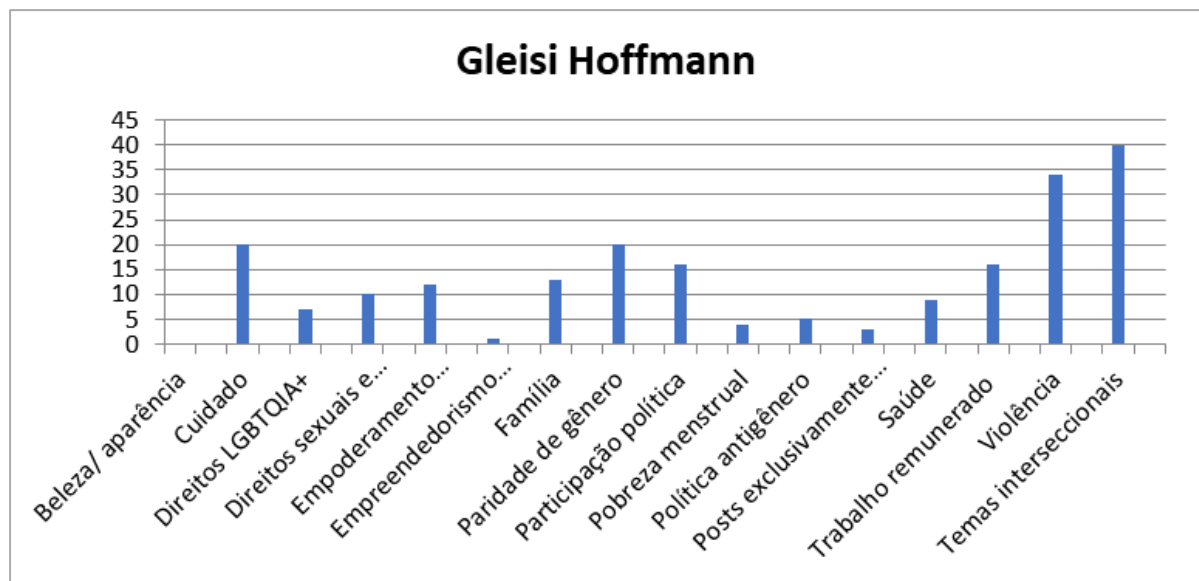


Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no perfil @gleisihoffmann no Instagram

O mês de março é internacionalmente atribuído às mulheres, o dia 8 é considerado o Dia Internacional das Mulheres. Além disso, o mês também é voltado para a conscientização da prevenção do câncer de colo de útero, movimento chamado de “Março Lilás”. Por esses motivos, é durante o mês de março que há o maior número de conteúdos relativos aos direitos das mulheres.

Em postagem realizada no dia 8 de março de 2023 (figura 20), Gleisi Hoffmann aponta para “mais um triste legado do governo Bolsonaro”. Na legenda que acompanha o *post* a parlamentar afirma que

Dados do Monitor da Violência mostram que a violência contra a mulher aumentou assustadoramente em 2022 com uma execução a cada 6 horas. Nossa luta pela garantia da vida e de mais direitos é diária. Com o presidente Lula, mudaremos essa situação. Criaremos políticas públicas eficientes para que as mulheres se sintam mais seguras e tenham cada vez mais espaço na sociedade.

Em outra postagem, publicada no dia 10 de março de 2023 (figura 21), a deputada federal estabelece uma comparação entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o atual presidente Lula. O conteúdo da imagem aponta que o ex-presidente é o “inimigo nº 1 das mulheres”, pois, “retirou dinheiro das creches e o gasto federal com obras caiu 80% em 2021”. Do outro lado da imagem está o atual presidente com o escrito “em menos de 100 dias” e, abaixo, “retomada das obras de 1.189 creches que estavam com o andamento paralisado”. A legenda

que acompanha a postagem diz: “Enquanto um odiava as mulheres, o outro trabalha duro para melhorar a vida de todas nós”.

Figuras 20 e 21 – Lula x Bolsonaro (Gleisi Hoffmann)



Fonte: perfil @gleisihoffmann no Instagram. Datas das publicações: 08/03/2023 e 10/03/2023

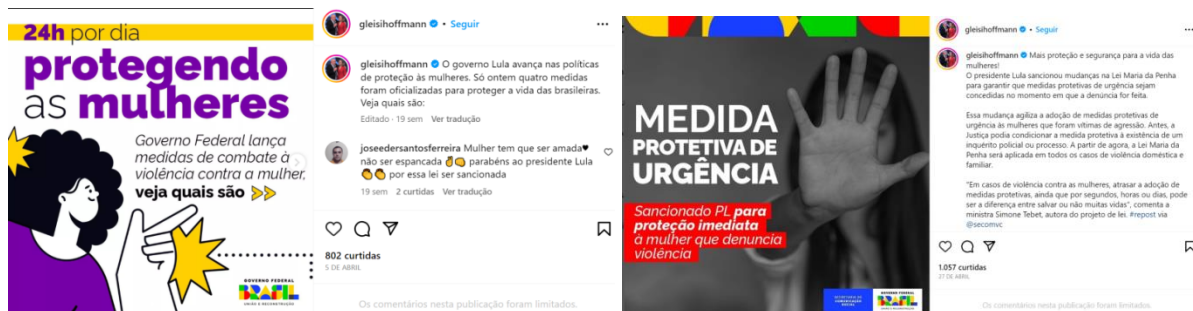
Esse tipo de conteúdo comparativo entre os dois governos é bastante observado e não se restringe aos conteúdos de gênero. Essa estratégia também é bastante utilizada por Carla Zambelli, conforme já apresentado.

Em postagem realizada no dia 5 de abril de 2023 (figura 22), Gleisi Hoffman apresenta medidas adotadas pelo governo federal para o combate da violência contra a mulher: “O governo Lula avança nas políticas de proteção às mulheres. Só ontem quatro medidas foram oficializadas para proteger a vida das brasileiras. Veja quais são”. Na imagem do *post* a deputada elenca: “ligue 180 agora tem zap/ Denúncias podem ser feitas a qualquer momento pelo (61)9610-0180”; “delegacias da mulher abertas 24 horas por dia”; “prioridade no emprego para vítimas de violência doméstica”; “programa de enfrentamento ao assédio sexual em órgãos públicos”.

Em outra publicação, postada no dia 27 de abril de 2023, a parlamentar informa da sanção do projeto de lei para proteção imediata à mulher que denuncia violência:

Mais proteção e segurança para a vida das mulheres!/ O presidente Lula sancionou mudanças na Lei Maria da Penha para garantir que medidas protetivas de urgência sejam concedidas no momento em que a denúncia for feita./ Essa mudança agiliza a adoção de medidas protetivas de urgência às mulheres que foram vítimas de agressão. Antes, a Justiça podia condicionar a medida protetiva à existência de um inquérito policial ou processo. A partir de agora, a Lei Maria da Penha será aplicada em todos os casos de violência doméstica e familiar./ "Em casos de violência contra as mulheres, atrasar a adoção de medidas protetivas, ainda que por segundos, horas ou dias, pode ser a diferença entre salvar ou não muitas vidas", comenta a ministra Simone Tebet, autora do projeto de lei.

Figuras 22 e 23 – Medidas de proteção às mulheres (Gleisi Hoffmann)



Fonte: perfil @gleisihoffmann no Instagram. Datas das publicações: 05/04/2023 e 27/04/2023

Destacamos outras duas publicações realizadas nos dias 25 de abril de 2023 (figura 24) e 22 de março de 2023 (figura 25), nas quais Gleisi Hoffmann chama a atenção para o aumento do número de casos de violência sexual no Paraná e informa sobre a Operação Átria, que prendeu “mais de 4 mil por violência contra a mulher”.

Figuras 24 e 25 – Violência contra a mulher (Gleisi Hoffmann)



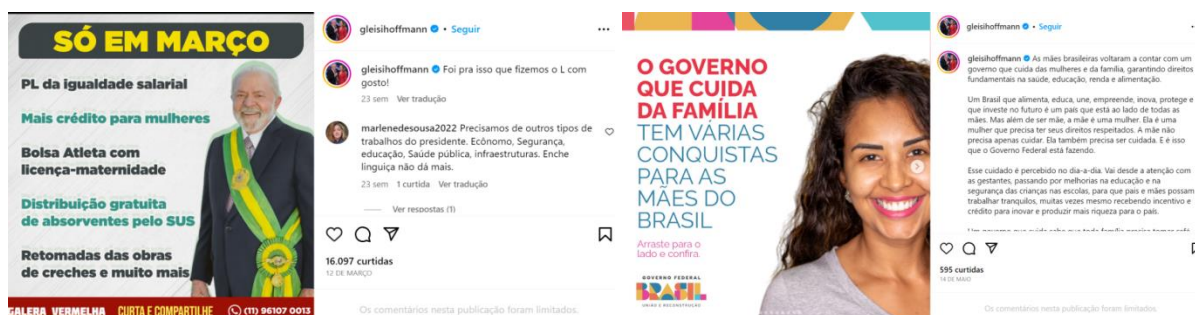
Fonte: perfil @gleisihoffmann no Instagram. Datas das publicações: 25/04/2023 e 22/03/2023

No dia 12 de março de 2023 (figura 26) a deputada faz mais um dentre tantos *posts* que elencam medidas adotadas pelo Presidente Lula em relação aos direitos das mulheres. É interessante notar a personificação do governo federal na figura do chefe do executivo. Na maioria das publicações observamos imagens do presidente e textos que atribuem a ele as vitórias e conquistas, raramente citando deputados ou senadores que propuseram e aprovaram essas medidas. Nessa publicação em questão, Gleisi Hoffmann elenca as seguintes vitórias: “PL da igualdade salarial; mais créditos para mulheres; bolsa atleta com licença maternidade; distribuição gratuita de absorventes pelo SUS; retomadas das obras de creches”.

No Dia das Mães (14 de maio de 2023), a parlamentar realiza uma publicação (figura 27) com o texto “O governo que cuida da família tem várias conquistas para as mães do Brasil”. Na legenda, Gleisi Hoffmann afirma que “as mães brasileiras voltaram a contar com um governo que cuida das mulheres e da família, garantindo direitos fundamentais na saúde, educação, renda e alimentação”. Chamamos a atenção para esse *post*, pois ele valoriza a ideia de “governo que cuida”, conforme demonstra o texto que acompanha a postagem:

Um Brasil que alimenta, educa, une, empreende, inova, protege e que investe no futuro é um país que está ao lado de todas as mães. Mas além de ser mãe, a mãe é uma mulher. Ela é uma mulher que precisa ter seus direitos respeitados. A mãe não precisa apenas cuidar. Ela também precisa ser cuidada. *E é isso que o Governo Federal está fazendo.*/ Esse cuidado é percebido no dia-a-dia. Vai desde a atenção com as gestantes, passando por melhorias na educação e na segurança das crianças nas escolas, para que pais e mães possam trabalhar tranquilos, muitas vezes mesmo recebendo incentivo e crédito para inovar e produzir mais riqueza para o país./ *Um governo que cuida* sabe que toda família precisa tomar café, almoçar e jantar e, por isso, reforçou os programas sociais que tiraram o país do Mapa da Fome. O Bolsa Família tem o maior pagamento da história, com média de R\$ 670 por família, ao incluir R\$ 150 para cada criança menor de 6 anos, além de retomar as condicionalidades ligadas à permanência na escola e acompanhamento nutricional./ *Um governo que cuida* sabe que moradia é dignidade e por isso o Minha Casa Minha Vida passou a focar em quem mais precisa, com a maioria dos beneficiários sendo mulheres e com condições especiais para famílias com pessoas com deficiência ou que foram vítimas de desastres./ *Um governo que cuida* sabe que a vacinação livra de doenças e salva vidas, que tratamento dentário também é sinônimo de dignidade e um direito de todos./ *Um governo que cuida* propõe leis mais duras para proteger mães e mulheres vítimas de violência doméstica, bem como com mutirões para a proteção das crianças e jovens dentro das escolas./ *Um governo que cuida* acredita no potencial de todas, incentivando a presença de mulheres e meninas na pesquisa, nas escolas e universidades, pois é assim que se constrói um futuro melhor./ Feliz Dia das Mães com união, reconstrução e muito chamego. (grifos nossos)

Figuras 26 e 27 – O governo que cuida (Gleisi Hoffmann)



Fonte: perfil @gleisihoffmann no Instagram. Datas das publicações: 12/03/2023 e 14/05/2023

Em relação aos conteúdos postados nas categorias *paridade de gênero* e *participação política*, destacamos três postagens. A primeira foi realizada no dia 1º de março de 2023 (figura 28), na qual Gleisi Hoffmann informa que as 11 ministras do governo Lula iniciaram celebrações do Dia Internacional da Mulher. Na legenda, a deputada afirma que um dos *slogans* do governo federal é “o governo que respeita todas as mulheres”.

Importante ressaltar que o número de mulheres a frente de ministérios é o maior da história. Ao todo são 26 homens e 11 mulheres, estas que representam quase 30% das pastas. As ministras do governo Lula são: Ana Moser (Esporte); Anielle Franco (Igualdade Racial); Cida Gonçalves (Mulheres); Daniela de Souza Carneiro (Turismo); Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos); Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação); Marina Silva (Meio Ambiente); Margareth Menezes (Cultura); Nísia Trindade (Saúde); Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e Sônia Guajajara (Povos Originários).

Em outra postagem, realizada no dia 07 de março de 2023 (figura 29), Gleisi Hoffmann afirma que “A importância das mulheres dentro do governo federal tem sido uma das marcas da gestão do governo Lula. Não apenas com a nomeação recorde de 11 ministras, mas também com a abertura para que elas atuem no debate das políticas públicas do país”. E complementa com a informação de que no dia seguinte, a ser comemorado o Dia Internacional da Mulher, o “governo anunciará um pacote de ações em prol das mulheres. Dentre elas, a criação do Dia Nacional Marielle Franco e a construção de Casas da Mulher Brasileira”.

Mais uma vez ressaltamos o fato de que a parlamentar prioriza mais as ações do governo federal, representado pela figura do presidente Lula, do que suas próprias propostas enquanto deputada federal.

Figuras 28 e 29 – Ministras e participação política (Gleisi Hoffmann)



Fonte: perfil @gleisihoffmann no Instagram. Datas das publicações: 01/03/2023 e 07/03/2023

Na terceira postagem, realizada no dia 28 de março de 2023 (figura 30), a deputada conta sobre o encontro com parlamentares petistas, destacando a importância da participação feminina na política, nesse caso em específico da militância do PT.

Tive o prazer de abrir hoje o primeiro encontro das parlamentares petistas na nova legislatura. Simbólica, pois ocorre na volta do PT ao governo e após atingirmos a meta de dobrar a bancada feminina na Câmara dos Deputados./ No encontro com as companheiras, firmei o compromisso de lançar mais uma rodada da nossa formação para preparar a nossa militância a estar nos territórios. E de promover uma série de ações, além da formação, inclusive na área de comunicação, que pra nós é muito importante./ As mulheres são maioria da população brasileira, foram essenciais para derrotar Bolsonaro e eleger Lula e para mim é inegociável que ocupemos a centralidade das discussões políticas, partidárias e de governo. (grifos nossos)

Figura 30 – Participação feminina (Gleisi Hoffmann)



Fonte: perfil @gleisihoffmann no Instagram. Datas das publicações: 28/03/2023

Pertencentes às categorias de *direitos LGBTQIA+* e *política antigênero*, destacamos duas postagens. Na primeira, realizada no dia 08 de março de 2023 (figura 31), a parlamentar pede a cassação do mandato do deputado federal Nikolas Ferreira (PL/MG) após o mesmo proferir discurso transfóbico na Câmara dos Deputados. A segunda, publicada no dia 07 de abril de 2023 (figura 32), informa sobre a criação do Conselho Nacional dos Direitos LGBTQIA+ pelo governo federal. Na legenda que acompanha a publicação, Gleisi Hoffmann explica que o “conselho tem como função ajudar na elaboração e execução de ações e medidas governamentais para pessoas que integram a comunidade LGBTQIA+”.

Figuras 31 e 32 – Política antigênero e direitos LGBTQIA+ (Gleisi Hoffmann)



Fonte: perfil @gleisihoffmann no Instagram. Datas das publicações: 08/03/2023 e 07/04/2023

Por fim, após a categorização das 818 postagens realizadas por Gleisi Hoffman no período de 1º de março a 31 de maio de 2023, pudemos observar um padrão de conteúdo semelhante ao de Carla Zambelli. Apesar de representarem ideologias conflitantes no contexto político brasileiro, sendo a primeira presidenta do Partido dos Trabalhadores e a segunda uma das principais vozes do bolsonarismo, ambas utilizam estratégias parecidas em relação ao uso do Instagram, ao menos no período selecionado nesta pesquisa.

Gleisi Hoffmann, assim como Carla Zambelli, prioriza majoritariamente conteúdos relacionados à agenda extraordinária. Dessa forma, 657 postagens (cerca de 80% do total) se referem a questões políticas de uma forma geral, com pautas tidas como “emergenciais” e que não dizem respeito propriamente às atividades diárias da parlamentar. A parlamentar valoriza conteúdos que mobilizam a opinião pública e a agenda política nacional. Outra semelhança com Zambelli é o fato de ambas estabelecerem com frequência comparações entre o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e o atual governo do presidente Lula. Além das comparações, há um forte apelo de suas convicções políticas.

Já em relação às pautas de gênero, Gleisi Hoffmann fez um número de postagens significativamente maior se comparada a Carla Zambelli. Os assuntos priorizados pela deputada petista foram: *violência, cuidado e paridade de gênero*.

Alessandra Haber

Alessandra Haber, filiada ao partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), se elegeu deputada federal pelo Pará com 258.907 votos, sendo a deputada federal mais votada do estado (dentre homens e mulheres) e a 4ª deputada mais votada do país.

Nascida em Belém do Pará em 1988, formou-se em medicina pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) e completou sua residência médica em Dermatologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). De acordo com texto publicado em seu site, “sua dedicação à medicina a levou a trabalhar em diversas cidades do estado, onde atendeu principalmente a população mais vulnerável”.

A deputada é casada com o também médico e atual prefeito de Ananindeua (PA), Daniel Santos (MDB/PA), com quem tem dois filhos: Julia (6 anos) e Davi (5 anos). Apesar de ser seu primeiro cargo político, Alessandra Haber já participava da cena política por conta de seu marido, eleito em 2012 vereador de Ananindeua (PA) pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), conseguindo eleger-se como o segundo candidato mais votado do município.

Na reeleição para a Câmara Municipal de Ananindeua, em 2016, foi o candidato mais votado da história do município. Em 2018, nas eleições pra deputado estadual, foi o candidato mais votado do estado do Pará, com 113.588 votos válidos. Na última eleição municipal, em 2020, venceu a disputa em Ananindeua (PA) recebendo 67,70% dos votos (152.352 votos).

É importante ressaltar a trajetória política de seu marido, pois a vitória de Alessandra Haber como a parlamentar mais votada pelo Pará é em parte atribuída aos feitos de Daniel Santos. Para Panke (2016), uma das motivações para a entrada de mulheres no campo político se refere justamente ao aspecto familiar, ou seja, mulheres que são influenciadas pelas trajetórias de familiares no ambiente público.

De acordo com a deputada, foi “como primeira-dama, acompanhando meu esposo em Ananindeua, percebi que poderia fazer mais pela população e comecei a engajar-me em projetos sociais”.

Em 2021, Alessandra Haber idealizou e desenvolveu um programa de segurança alimentar em Ananindeua (PA), com mais de 200 toneladas de alimentos distribuídos para famílias em situação de vulnerabilidade social. No mesmo ano, esteve à frente do Projeto Fluxo com Respeito, que garante às alunas da rede municipal de Ananindeua (PA) acesso gratuito a absorventes com o objetivo de combater a pobreza menstrual.

A parlamentar também atuou como idealizadora do programa Mãe Ananin, criado para dar assistência às mães durante toda a gravidez, incluindo o pré-natal, parto, pós-parto e acompanhando o bebê até os 24 meses de vida. Em texto publicado em seu site, a deputada afirma que “uma das principais bandeiras que defendo é o empreendedorismo feminino, pois

acredito na força e valorização das mulheres, através de oportunidades. Vejo o empreendedorismo como uma ferramenta poderosa para a independência das nossas mulheres”. Tendo esse objetivo em vista, realizou o projeto *videocast* “Dra. Alessandra com você”, onde recebia mães, donas de casa e pequenas empresárias; além dos quadros, “Mulher pai d’égua”, “Alô, Alê” e “Fala, Alê”, que possuíam o mesmo objetivo.

Outra de suas propostas é a luta para que uma “saúde de qualidade chegue em cada canto do Pará, desde as grandes cidades até os interiores e comunidades ribeirinhas. É fundamental investirmos na saúde dos 144 municípios!”. O incentivo e fortalecimento da geração de emprego e renda no estado do Pará também aparecem como prioridades da deputada Alessandra Haber, especialmente “através do estímulo a capacitações profissionais, com olhar especial para as mães, donas de casa e os nossos jovens”.

A parlamentar também prioriza a educação, e defende que uma “educação de qualidade da primeira infância ao primeiro emprego é a base de uma sociedade sólida e próspera, com oportunidades para todos”. Além disso, Alessandra Haber enfatiza sua dedicação em apoiar políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres, destacando o aumento da representação feminina na política do Pará: “Entre os estados da região Norte, o Pará foi o que mais elegeu mulheres deputadas federais. Precisamos unir forças em Brasília”.

Alessandra Haber realizou 179 postagens no Instagram durante o período selecionado para essa pesquisa (1º de março a 31 de maio de 2023), o que equivale a uma média de 2 *posts* por dia. Desses, 62% (112 *posts*) referem-se à agenda ordinária. Ou seja, a deputada prioriza os *posts* que mostram sua rotina parlamentar, como: participação em comissões, eventos, reuniões, visitas em seu gabinete e outras atividades relacionadas ao exercício de sua profissão.

A segunda categoria com mais postagens se refere aos assuntos não políticos *strictu sensu*, somando 18% do total (32 *posts*). São conteúdos que não se referem nem a sua vida pessoal nem a assuntos políticos, como postagens com teor religioso e *trends* das redes sociais.

Postagens com conteúdo pessoais (família, lazer, rotina pessoal) somam 12% dos *posts*, o que equivale a 21 das 179 postagens analisadas. Por fim, apenas 8% dos *posts* se referem à agenda extraordinária (14 postagens), ou seja, conteúdos que fazem menção a questões políticas de uma forma geral, com pautas tidas como “emergenciais” e que não

dizem respeito propriamente às atividades diárias da parlamentar não são prioridade da deputada.

Tendo esses números em vista, observamos que Alessandra Haber se diferencia das outras três deputadas analisadas – Carla Zambelli, Tabata Amaral e Gleisi Hoffmann. Enquanto Carla Zambelli possui 88% de suas postagens destinadas aos assuntos relativos à agenda extraordinária, e Gleisi Hoffmann segue a mesma estratégia, com 80% das postagens pertencentes a essa categoria, Alessandra Haber parece se distanciar de pautas tidas como “polêmicas” e que se referem tanto ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro quanto ao atual governo do presidente Lula.

A deputada também prioriza assuntos que não se referem à agenda extraordinária, agenda ordinária ou assuntos pessoais, denominado por Almeida (2017) como assuntos não políticos *strictu sensu*, categoria pouco contemplada pelas outras parlamentares.

Gráfico 13 – Alessandra Haber: categorias macro

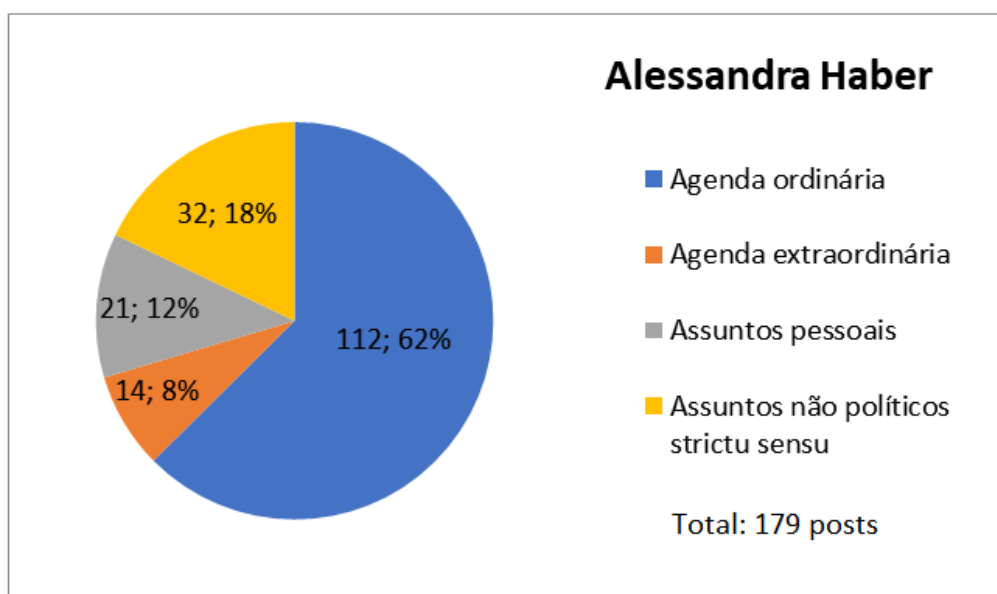


Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no perfil @draalessandrahaber no Instagram

Em relação às pautas relativas a gênero, Alessandra Haber valoriza conteúdos relacionados ao *cuidado* (31 postagens) e a *família* (30 postagens). Conforme ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 14 – Alessandra Haber: pautas relativas a gênero



Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no perfil @draalessandrahaver no Instagram

Destacamos duas postagens nas quais o *cuidado* aparece de forma proeminente. Na primeira, realizada no dia 11 de abril de 2023 (figura 33), a parlamentar aparece como uma Barbie, participando de uma *trend* que viralizou nas redes. O texto presente na imagem diz: “Dra. Alessandra Haber/ Essa Barbie é deputada federal e cuida do Pará”. Na legenda que acompanha a postagem a deputada complementa: “Pensaram que eu não iria participar da *trend*? Essa Barbie é deputada federal, médica, mãe e vai continuar lutando por todas barbies, pollys, susis, guerreiras: mulheres! Cuidando do povo paraense!”.

Na segunda postagem, realizada no dia 11 de março de 2023 (figura 34), a parlamentar divulga sua ida ao município de Bujaru (PA) para prestigiar “o projeto “Mulher em Ação” na Comunidade São Lopes, com diversos atendimentos voltados à saúde, como consultas, exames de PCCU, vacinação, além de cuidados femininos com o Cantinho da Beleza”. Na imagem do *post* vemos um banner com a imagem da deputada e os dizeres “Dra. Alessandra Haber/ Cuidando da gente!”.

De acordo com Sarmiento, Elias e Marques (2023, p.70):

O cuidado aparece como uma categoria frequente nas publicações das deputadas em estreito diálogo com o que vêm documentando os estudiosos de comunicação e política sobre o uso do Instagram. A ideia de “humanizar” o/a representante político/a, a partir de uma proximidade maior com o eleitorado e com traços da vida pessoal, é perceptível no conjunto analisado. Mas, no caso das mulheres políticas, a ênfase se dá na repetição de

estereótipos da mulher cuidadora e maternal como “vocação”. São muitos os posts com fotos em família, em experiências de maternidade e tarefas domésticas.

Figuras 33 e 34 – Cuidado (Alessandra Haber)



Fonte: perfil @draalessandrah Haber no Instagram. Datas das publicações: 11/04/2023 e

Tais características foram observadas em 31 postagens dentre as 179 postadas pela parlamentar no período selecionado para essa pesquisa. Alessandra Haber faz referência ao cuidado tanto em conteúdos pessoais, ao mostrar a maternidade, por exemplo, quanto às pautas relativas ao exercício do seu trabalho. A construção da imagem da “deputada que cuida” é um estereótipo bastante reforçado pela parlamentar.

A categoria que abrange conteúdos relacionados à *família* possui 30 postagens, sendo a segunda temática relacionada a gênero com mais *posts* dentro do período selecionado. Destacamos a postagem realizada no dia 25 de março de 2023 (figura 35), na qual Alessandra Haber compartilha uma vivência com seus filhos a fim de abordar a *paridade de gênero* e o *empoderamento feminino*. O vídeo mostra a deputada incentivando sua filha a andar de bicicleta, proferindo frases como “você consegue”. Na legenda da postagem a parlamentar afirma:

Faço questão de acompanhar tudo da vida das crianças, participar de cada etapa! Há algumas semanas, estávamos numa missão: ensinar a andar de bicicleta sem rodinha (parece simples pra nós, mas pra eles não é)! Davi conseguiu mais rápido, com muitas quedas, mas sempre levantando e seguindo, com o jeitão dele tranquilo! Com a Júlia teve choro, teve mais medo, queria desistir, mas não deixei e mostrei que ela é capaz! Ela demorou um pouco mais e me questionou isso: porque eu estou demorando mais a conseguir que o mano, é porque ele é menino?!?! Na mesma hora eu disse que não! Expliquei que cada um tem seu tempo pra conseguir as coisas, que ela conseguiu andar de patins mais rápido, aprendeu a ler e escrever mais rápido, que o importante é não desistir! Que as meninas podem e conseguem sim fazer as mesmas coisas que os meninos, e mais: fiz o Davi incentiva-la também, dizendo que ela é forte! E hoje a missão foi cumprida! Precisamos

saber criar nossos filhos para acreditar e defender a igualdade entre meninos e meninas, homens e mulheres.

Figura 35 – Igualdade de gênero (Alessandra Haber)



Fonte: perfil @draalessandrahaver no Instagram. Data da publicação: 25/03/2023

Seguindo com as temáticas *empoderamento feminino*, *participação política* e *paridade de gênero*, destacamos uma publicação realizada no dia 06 de março de 2023 (figura 36), na qual a parlamentar fala sobre sua participação em um almoço organizado pela primeira-dama do estado do Pará, Daniela Barbalho. A deputada afirma, na legenda que acompanha o *post*, que “Mulheres unidas chegam mais longe!!”, e complementa: “É muito importante essa união de vozes femininas para o exercício da nossa democracia, sobretudo neste mês tão especial para nós mulheres. Fiquei honrada pelo convite, amiga @danibarbalho. Muito obrigada!”.

Em outra publicação, realizada no Dia Internacional das Mulheres (08 de março – figura 37), Alessandra Haber parabeniza às mulheres com o seguinte texto:

É assim que hoje eu desejo um Feliz Dia Internacional das Mulheres a todas as mulheres que me acompanham. O nosso brilho e força transforma o mundo. Podem ter certeza que vou usar o meu mandato para fortalecer a nossa luta por direitos e representar cada uma de nós, com a força, a garra e coragem que só uma mulher tem.

Figuras 36 e 37 – Empoderamento feminino (Alessandra Haber)



Fonte: perfil @draalessandrahaver no Instagram. Datas das publicações: 06/03/2023 e 08/03/2023

A deputada mencionou a *violência contra a mulher* em 14 publicações. Com a finalidade de exemplificar uma série de *posts* semelhantes, destacamos uma postagem realizada no dia 13 de abril de 2023 (figura 38), na qual Alessandra Haber informa que o número de atendimento para mulheres vítimas de violência passa a atender, também, através do *WhatsApp*. Além de informar, a parlamentar convida as seguidoras a adicionarem o número: “Utilidade pública!/. Agora o Ligue 180 também passa a receber atendimentos através de um canal no Whatsapp, mais uma ferramenta importante para denunciar atos de violência contra nós mulheres./ Já adicionou no seu zap? É só clicar no link que está na minha bio!”.

Em outra postagem, realizada no dia 17 de março de 2023 (figura 39), a deputada informa sobre sua participação em uma reunião na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Ananindeua (PA). Essa postagem é bastante representativa dos conteúdos postados pela parlamentar, pois a maior parte trata-se de pautas relativas à rotina de seu mandato, conforme já apontado.

Figuras 38 e 39 – Violência contra a mulher (Alessandra Haber)



Fonte: perfil @draalessandrahaver no Instagram. Datas das publicações: 13/04/2023 e 17/03/2023

Alessandra Haber dedica parte considerável de suas postagens para divulgar medidas aprovadas pelo governo, em especial relativas aos direitos das mulheres. Compreendemos que o recorte de tempo selecionado para essa pesquisa objetiva justamente esse enfoque, considerando as datas simbólicas de Dia Internacional das Mulheres e Dia das Mães. Por esse motivo era esperado que o foco maior das parlamentares tivesse sido o direito das mulheres que, no caso de Alessandra Haber, foi bastante valorizado.

Destacamos duas dessas publicações, a fim de ilustrar o apresentado. A primeira, postada no dia 06 de março de 2023 (figura 40), informa sobre a Lei Número 14.443/2022. Alessandra Haber explica:

que dispensa a autorização do cônjuge na realização da laqueadura e outras mudanças importantes que nos beneficiam. Antes, nós mulheres precisávamos da permissão do companheiro para fazer o procedimento. Agora a decisão é toda nossa! É mais autonomia para planejar e decidir o que queremos com o nosso corpo e o nosso futuro! Me diz aí: o que você achou dessas mudanças?

A segunda postagem (figura 41), realizada no dia 05 de abril de 2023, informa sobre o sancionamento da Lei Número 14.542. Na legenda que acompanha a imagem, a parlamentar diz:

Mais uma vitória para a mulherada do nosso Brasil! Esta semana foi sancionada a lei nº 14.542, de 3 de abril de 2023, que garante atendimento prioritário às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar pelo Sistema Nacional de Emprego (Sine). Sabemos que a ausência de renda própria e a dependência econômica é um dos motivos principais que leva as vítimas a não romperem o ciclo de violência que sofrem, ficando a mercê do agressor. Por isso, a lei é tão importante para fomentar a empregabilidade feminina e promover a nossa independência financeira. Estaremos fiscalizando e trabalhando para que a lei seja cumprida. Estamos juntas, por todas as mulheres do Brasil!

Figuras 40 e 41 – Direitos das mulheres (Alessandra Haber)



Fonte: perfil @draalessandrahaber no Instagram. Datas das publicações: 06/03/2023 e 05/04/2023

A deputada realizou 11 postagens relacionadas à *saúde da mulher*. Em sua maioria estão *posts* sobre conscientização, a exemplo da postagem realizada no dia 04 de março de 2023 (figura 42), que informa sobre o movimento Março Lilás, mês de conscientização da prevenção do câncer de colo de útero. Além das postagens informativas a parlamentar compartilhou sua participação em diversos eventos voltados à saúde da mulher. Destacamos a publicação do dia 07 de maio de 2023 (figura 43), na qual Alessandra Haber divulga o lançamento do projeto “Saúde da Mulher”, que conta com “uma unidade móvel que irá rodar pelo nosso estado todo realizando o exame de PCCU, importantíssimo na prevenção do câncer de colo de útero e deve ser realizado anualmente!”.

Figuras 42 e 43 – Saúde da mulher (Alessandra Haber)



Fonte: perfil @draalessandrahaver no Instagram. Datas das publicações: 04/03/2023 e 07/05/2023

Por fim, observamos que a deputada Alessandra Haber se diferencia do padrão utilizado por Carla Zambelli, Gleisi Hoffmann e Tabata Amaral. As três parlamentares dedicam a maior parte de seus conteúdos à agenda extraordinária, enquanto Alessandra Haber parece se distanciar de pautas tidas como polêmicas. Um exemplo é o fato da deputada não ter feito nenhuma postagem relativa aos *direitos LGBTQIA+* nem ter expressado sua opinião a respeito da fala transfóbica de Nikolas Ferreira, nem para defender (como Carla Zambelli), tampouco para repudiar (com Gleisi Hoffmann e Tabata Amaral). A parlamentar também se omitiu em relação à violência política de gênero sofrida pela deputada bolsonarista Julia Zanatta.

Entre os assuntos relativos à agenda extraordinária postados por Alessandra Haber estão os ataques nas escolas de Santa Catarina e São Paulo e os comportamentos machistas dos participantes do programa Big Brother Brasil.

Erika Hilton

Erika Santos Silva, conhecida como Erika Hilton, é uma travesti e política brasileira. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a parlamentar se destaca pelo ativismo nas pautas raciais e da comunidade LGBTQIA+. A deputada, nascida em 1992, cresceu na periferia de Francisco Morato (SP) e, aos 14 anos, mudou-se para Itu (SP) para morar com familiares religiosos, que a encaminharam para a igreja na esperança de que ela fosse "curada" de sua identidade de gênero.

Aos 15 anos a parlamentar foi expulsa de casa devido à sua identidade de gênero, forçando-a a viver nas ruas e, eventualmente, a se envolver com a prostituição como forma de sobrevivência. Seis anos depois, voltou a morar com sua mãe, retomou os estudos e concluiu o ensino médio.

Erika Hilton ingressou na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde iniciou os cursos de pedagogia e gerontologia. Foi nesse período que a deputada se envolveu com o movimento estudantil, tendo fundado um cursinho pré-vestibular voltado para mulheres transgênero e travestis.

Iniciou sua carreira política em 2015, após uma disputa com uma empresa de ônibus. Na ocasião, ao tentar comprar uma passagem de ônibus em Itu, a empresa se recusou a imprimir seu nome social feminino. A legislação em São Paulo que garante direitos de identidade às pessoas transgênero não se aplicava a empresas privadas. A parlamentar, então, criou petições online defendendo o direito de pessoas transgênero escolherem seus próprios nomes. Após grande adesão popular obteve êxito.

Com a repercussão do caso, a deputada ganhou reputação de defensora dos direitos das pessoas transgênero e começou a receber convites para dar palestras em universidades. Foi convidada a se filiar ao PSOL e, em 2016, se candidatou a vereadora pelo município de Itu (SP), porém não se elegeu.

Em 2018 a parlamentar recebeu o convite para integrar a Bancada Ativista. O grupo que reunia nove pessoas lançou uma candidatura coletiva para uma vaga na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP). A Bancada Ativista, representada oficialmente por Mônica Seixas, foi eleita com 149.844 votos e Erika Hilton, junto aos outros participantes, assumiu um mandato compartilhado, algo inédito na ALESP.

Erika Hilton deixou o mandato na ALESP em 2020 para lançar sua candidatura para vereadora em São Paulo. Foi eleita com 50.508 votos, se tornando a vereadora mais votada do Brasil e a primeira mulher transgênero a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de São Paulo. Foi eleita deputada federal pelo PSOL de São Paulo nas eleições de 2022, contando com 256.903 votos, o que a tornou a 5ª deputada federal mais votada do país.

A deputada realizou 110 postagens no período selecionado, sendo a parlamentar com menos *posts* no período (dentre as 5 analisadas). De todas as publicações, 58% (64) se referem à agenda ordinária, ou seja, conteúdos relativos à sua rotina parlamentar.

Em segundo está a categoria agenda extraordinária, com 33% do total de postagens (36 *posts*). Dentre as principais pautas abordadas por Erika Hilton estão: piso da enfermagem; revogação do novo ensino médio; viagem do presidente Lula à China; 5 anos sem Marielle e Anderson; programa Mais Médicos; feitos da atual gestão do governo federal; ataques às escolas de Santa Catarina e São Paulo; regulamentação das redes sociais; joias em posse da família Bolsonaro e a fala transfóbica de Nikolas Ferreira.

A parlamentar realizou 8 postagens referentes à sua vida pessoal e apenas 2 pertencentes à categoria assuntos não políticos *strictu sensu*.

Gráfico 15 – Erika Hilton: categorias macro

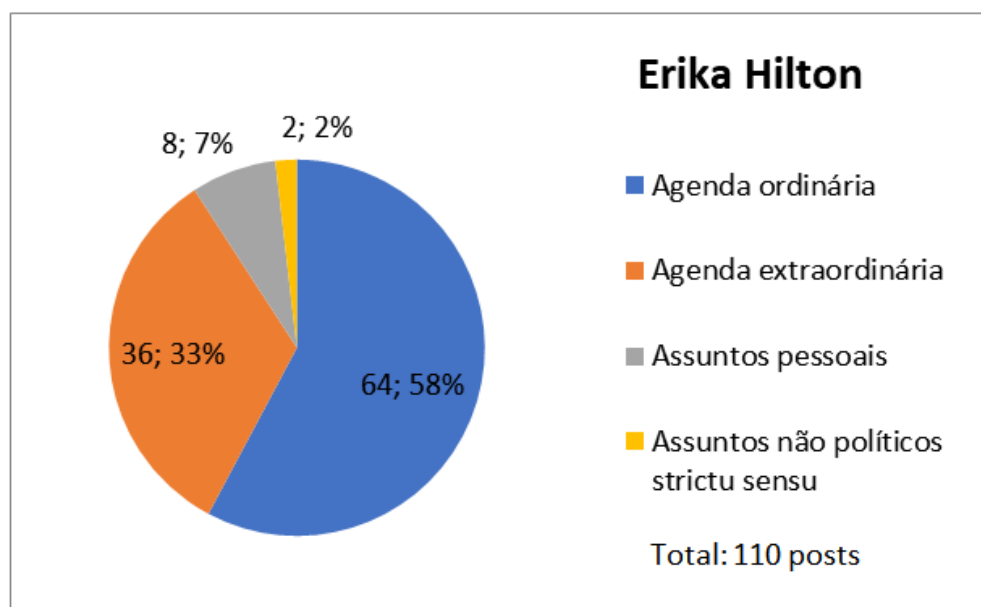


Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no perfil @hilton_erika no Instagram

No que se refere às postagens com pautas relativas a gênero, Erika Hilton priorizou os seguintes temas: *direitos LGBTQIA+* (35 publicações); *violência* (18 publicações) e *política antigênero* (18 publicações), conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 16 – Erika Hilton: pautas relativas a gênero

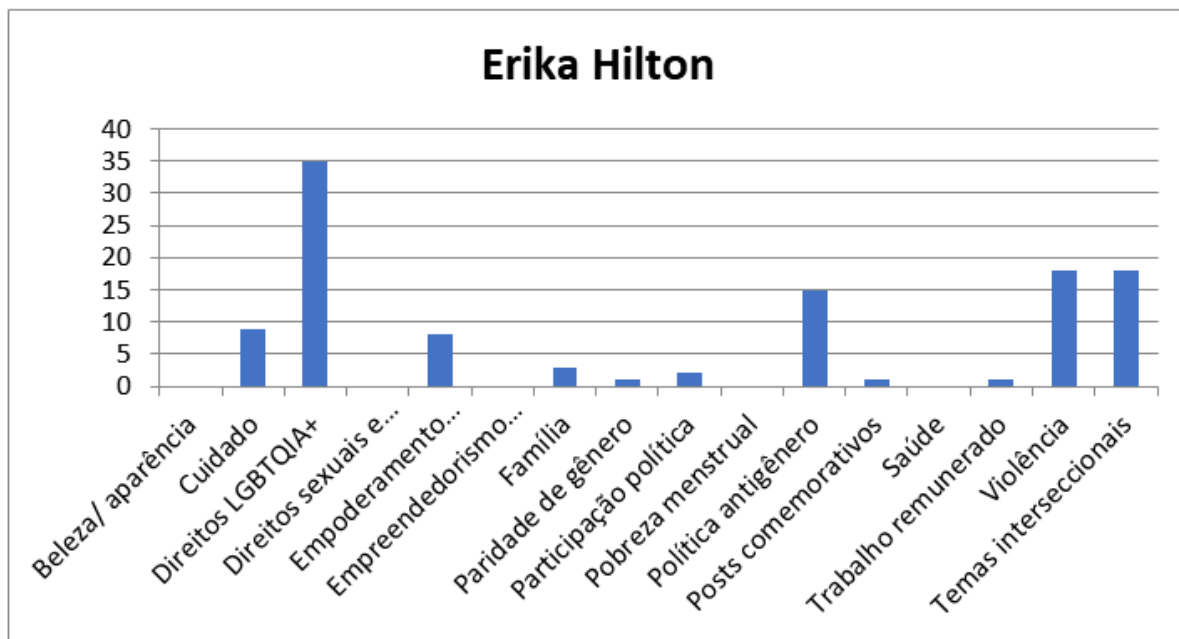


Gráfico elaborado pela autora com base nos dados disponíveis no perfil @hilton_erika no Instagram

Destacamos duas publicações que pautam sobre os direitos das mulheres. A primeira, realizada no dia 06 de março de 2023 (figura 44), informa sobre o aumento da violência contra a mulher em 2022. Na legenda que acompanha a publicação a parlamentar diz: “A violência contra as mulheres cresce assustadoramente/ Além de aumentar os investimentos e recuperar as políticas públicas destruídas por Bolsonaro, quais ações vocês acham que devem ser tomadas enquanto sociedade?”.

Já a segunda publicação, realizada no dia 07 de março de 2023 (figura 45), se refere ao Projeto de Lei “Licença Maria da Penha”, protocolado por Erika Hilton e que prevê uma licença remunerada às mulheres vítimas de violência doméstica.

Figuras 44 e 45 – Direitos das mulheres (Erika Hilton)



Fonte: perfil @hilton_erika no Instagram. Datas das publicações: 06/03/2023 e 07/03/2023

No Dia Internacional da Mulher, comemorado em 08 de março de 2023 (figura 46), a deputada compartilhou uma postagem com a frase: “O 8 de março precisa ficar marcado como uma data histórica e política. Uma sociedade sem a violência machista e que respeite as mulheres na sua pluralidade será boa e benéfica para todos que nela vivem”. A publicação foi realizada antes da fala transfóbica do deputado Nikolas Ferreira acontecer na Câmara dos Deputados. A postagem seguinte (figura 47) foi publicada após esse acontecimento, nela a parlamentar afirma que:

Transfobia é crime!/ Não seremos escada para discurso de ódio. Não deixaremos barato e sem resposta crimes praticados por parlamentares bolsonaristas./ Eu, o PSOL, e parlamentares de outros partidos entraremos com representação no Conselho de Ética da Câmara contra Nik*las Fer*eira./ Também enviaremos ao Supremo Tribunal Federal uma notícia crime pelo cometimento do crime de transfobia, considerado por este Tribunal equiparável ao crime de racismo, previsto na Lei 7716/1989 (Crime de Racismo).

Figuras 46 e 47 – Dia Internacional da Mulher (Erika Hilton)



Fonte: perfil @hilton_erika no Instagram. Datas das publicações: 08/03/2023 e 08/05/2023

Como a fala transfóbica foi proferida no dia 08 de março de 2023, a parlamentar realizou diversas postagens a respeito dos direitos das pessoas LGBTQIA+, violência e política antigênero nos dias que se seguiram. Destacamos esse fato pois ele certamente influenciou na agenda dos conteúdos postados pelo perfil de Erika Hilton no mês de março, historicamente dedicado à defesa dos direitos das mulheres.

A publicação realizada no dia 13 de março de 2023 (figura 48) é um exemplo disso, pois a deputada afirma que “Câmara e Senado são omissos na defesa da população LGBT”. Na legenda, a parlamentar complementa que:

O Congresso Nacional não pode mais se omitir na produção legislativa acerca dos direitos da comunidade LGBT./ Nunca foi aprovada, nem na Câmara, nem no Senado, uma lei sequer que garanta a inclusão e direitos de gays, lésbicas, bissexuais e travestis./ Coube ao Supremo Tribunal Federal julgar que os crimes de LGBTfobia fossem equiparados ao racismo, para garantir minimamente a nossa proteção./ Por isso, estamos criando a Frente Parlamentar LGBTI+, que já conta com a assinatura de 133 Deputados e de 11 Senadores. Para fazer avançar nossas pautas, após tantos anos de silenciamento acerca de nossas demandas.

No mesmo sentido, a postagem realizada no dia 15 de março de 2023 (figura 49) informa que Erika Hilton apresentou Projeto de Lei para incluir mulheres transexuais e travestis no serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência (Disque 180).

Figuras 48 e 49 – Direitos LGBTQIA+ (Erika Hilton)



Fonte: perfil @hilton_erika no Instagram. Datas das publicações: 13/03/2023 e 15/03/2023

Durante o período selecionado para essa pesquisa, Erika Hilton se tornou a primeira travesti a presidir uma sessão na Câmara dos Deputados. A postagem realizada no dia 15 de março de 2023 (figura 50), informa sobre esse marco:

Hoje, pela 1ª vez na história, uma travesti presidiu uma Sessão na @CamaraDeputados./ Que somente em 2023 tenhamos chegado a esse espaço, é uma séria debilidade de nossa democracia, que ainda ataca e exclui mulheres, negras, LGBTQIA+ e das periferias dos espaços de poder./ Uma honra e uma responsabilidade imensas presidir, justamente, a Sessão em homenagem à Marielle e Anderson, que cobra respostas sobre seus brutais assassinatos, cujos mandantes ainda não foram identificados.

Outra data importante referente aos direitos da comunidade LGBTQIA+ é o Dia Internacional da Visibilidade Trans, comemorado em 31 de março de 2023. A postagem, realizada nesse mesmo dia (figura 51), fala justamente sobre isso: “Dia de reafirmar nosso compromisso com o direito fundamental de sermos quem somos, sem sermos atacadas ou mortas por isso./ Dia de trabalhar pelos nossos direitos. Dia de lutarmos pra que conquistemos cada vez mais espaços”.

Figuras 50 e 51 – Sessão na Câmara e Visibilidade Trans (Erika Hilton)



Fonte: perfil @hilton_erika no Instagram. Datas das publicações: 15/03/2023 e 07/05/2023

Dentre as conquistas comemoradas pela deputada no período estão a aprovação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cidadania LGBTI+ no Congresso Nacional (figura 52), presidida por Erika Hilton, e a aprovação, pelo governo federal, do nome social nos registros de identidade (figura 53).

Figuras 52 e 53 – Frente Pró-Direitos LGBTQIA+ e RG com nome social (Erika Hilton)



Fonte: perfil @hilton_erika no Instagram. Datas das publicações: 17/05/2023 e 19/05/2023

Por fim, após análise e categorização das 107 publicações realizadas por Erika Hilton entre 1º de março e 31 de maio de 2023, podemos concluir que a deputada prioriza a agenda de gênero, em especial o que se refere aos direitos das pessoas LGBTQIA+. A parlamentar se posiciona em relação a “pautas polêmicas” e ao governo. Erika Hilton se coloca contra o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro e a favor do atual governo. Inclusive, em diversas publicações a deputada informa sobre os “feitos do Presidente Lula”.

Em relação às categorias macro, Erika Hilton prioriza a agenda ordinária, ou seja, dá prioridade às pautas sobre sua rotina parlamentar e feitos de sua gestão, como projetos de leis protocolados e/ou aprovados, participação em comissões, criação de frente parlamentar entre outros. Dentre as 5 parlamentares analisadas, apenas ela e Alessandra Haber possuem esse foco. No entanto, ao contrário de Alessandra Haber, Erika Hilton aborda a agenda extraordinária em cerca de 33% de suas publicações.

3.3. Resultados e discussão

Destacamos, dentre os resultados obtidos, o fato de 3 das 5 deputadas selecionadas priorizarem conteúdos pertencentes à agenda extraordinária e não aqueles relacionados ao próprio exercício do mandato. Esse foi um fato que nos surpreendeu, pois esperávamos que a agenda ordinária fosse o foco das deputadas, visto que outros trabalhos apontam para o uso das redes sociais pelos parlamentares com o objetivo de informar os eleitores sobre suas atividades enquanto representantes eleitos (Barros et al, 2021; Carlomagno; Braga; Wisse, 2019; Almeida, 2017; Batista, 2021; Barros; Bernardes; Rodrigues, 2015).

Carla Zambelli, por exemplo, possui 88% de suas postagens destinadas aos assuntos relativos à agenda extraordinária, e Gleisi Hoffmann segue a mesma estratégia, com 80% das postagens pertencentes a essa categoria. Ambas as parlamentares também se assemelham no foco às ações do governo federal, seja em apoio, seja em oposição.

Trabalhos aqui mencionados apontam para a personalização das redes sociais pelos atores políticos, se distanciando das imagens dos partidos por exemplo. Porém observamos que Carla Zambelli e Gleisi Hoffmann não se enquadram nesse perfil. Ambas se posicionam ativamente dentro dos posicionamentos de seus respectivos partidos, inclusive parte considerável de suas publicações se refere justamente a esses posicionamentos acerca da política nacional.

Tabata Amaral, Alessandra Haber e Erika Hilton, por sua vez, se assemelham nos seguintes aspectos: a) foco em pautas sociais bem definidas, como direitos das mulheres e violência; b) grande parte das postagens relacionadas à agenda ordinária – as deputadas priorizam a divulgação da rotina parlamentar. O número médio de postagens é bastante variado: Erika Hilton fez uma média de um *post* por dia, enquanto Gleisi Hoffmann publicou cerca de 9 *posts* diariamente.

Pitkin (2006), conforme apresentado no primeiro capítulo, estabelece uma distinção entre a representação substantiva e a representação descritiva. Sendo a primeira relacionada à capacidade do representante de agir em nome dos interesses, opiniões e desejos dos representados; e a segunda relacionada à semelhança ou correspondência entre o representante e os representados em termos de características pessoais (como gênero, raça, religião e classe social). Teoria semelhante é desenvolvida por Phillips (2001), ao diferenciar a “política da presença” da “política de ideias”.

Tendo isso em vista, apontamos para o uso das pautas relativas a gênero pelas parlamentares. Os temas mais abordados foram: violência; cuidado; família; paridade de gênero; participação política e direitos LGBTQIA+. Nesse sentido, pudemos observar que o fato de serem mulheres não garante a defesa dos direitos relacionados a gênero. Exemplo claro é a deputada Carla Zambelli que, para nos restringirmos a apenas um exemplo, votou contra a equiparação salarial entre homens e mulheres.

Interessante ressaltar que conteúdos referentes à vida pessoal das parlamentares aparecem, de maneira mais significativa, apenas no perfil de Alessandra Haber. Observamos também que a deputada foi a única que se absteve de posicionamentos considerados

polêmicos, como pautas relativas à comunidade LGBTQIA+. A parlamentar também não faz publicações a respeito do governo federal - nem em apoio nem em oposição, diferentemente das demais deputadas.

Por fim, concluímos que não há um padrão no uso do Instagram pelas 5 deputadas federais mais votadas em 2022. Ao menos não no que se refere aos conteúdos aqui analisados, nem em relação à periodicidade das publicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi observar, a partir do viés de gênero, com quais finalidades as deputadas federais que compõem a 57ª Legislatura utilizam as redes sociais. Para isso, analisamos os conteúdos publicados nos perfis do Instagram das 5 deputadas federais mais votadas em 2022 dentro do período selecionado (março à maio de 2023), em especial os conteúdos que se relacionam com as pautas relativas à gênero. Assim, selecionamos as categorias de análise com base em 3 trabalhos (Almeida et al, 2020; Passos, 2023; Sarmiento, Elias e Marques, 2023).

O recorte das 5 deputadas federais mais votadas da 57ª Legislatura da Câmara Federal foi interessante pois representa 5 posicionamentos políticos divergentes, incluindo dois extremos (Carla Zambelli e Gleisi Hoffmann). Nesse trabalho traçamos uma trajetória das deputadas a fim de contextualizar a vida política de cada uma, porém não relacionamos as trajetórias ao próprio exercício do mandato. Nesse sentido, os conceitos de representação substantiva e representação descritiva, propostos por Pitkin (2006), podem ser melhores aprofundados.

Durante o desenvolvimento da pesquisa surgiram diversos questionamentos que vão além do escopo aqui definido. Outras questões que podem ser desenvolvidas em pesquisas posteriores são: os conteúdos publicados referentes a gênero refletem a posição política da parlamentar? No sentido de seus votos em aprovações de projetos de leis serem condizentes com o divulgado em suas redes sociais. Por exemplo: Erika Hilton, dentre as 5 deputadas selecionadas, é a mais atuante na pauta racial. No entanto, a respeito da escolha de um novo ministro do Supremo Tribunal Federal apenas Tabata Amaral se posicionou a favor da posse de uma mulher negra. Outro exemplo é referente à paridade de gênero, pauta da qual Carla

Zambelli realizou diversas postagens. No entanto, a parlamentar votou contra o Projeto de Lei que obriga a equiparação salarial de homens e mulheres.

Neste sentido, o trabalho apontou para a porosidade no que se refere à representatividade feminina na política, visto que o aumento da presença de mulheres nos espaços públicos de decisão não garante o fomento de pautas relativas aos direitos das mulheres.

Ressaltamos que a presente pesquisa teve um recorte de tempo e conteúdos bastante específicos. Por esse motivo não podemos afirmar que os resultados aqui obtidos representam o uso do Instagram, a partir do viés de gênero, por Carla Zambelli, Tabata Amaral, Gleisi Hoffmann, Alessandra Haber e Erika Hilton em qualquer outro recorte estabelecido se não estes.

Consideramos ter atingido os objetivos propostos e esperamos contribuir com o campo da comunicação política em ambientes digitais a partir do recorte de gênero.

REFERÊNCIAS

Abrão, Camila. *A deputada que ama Bolsonaro e sonha implantar a monarquia no Brasil*. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/quem-e-carla-zambelli/> Último acesso: 8 de agosto de 2023.

Aliada de Bolsonaro, pró-armas e ex-ativista feminista: quem é Carla Zambelli, deputada alvo de operação da PF. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/08/02/aliada-de-bolsonaro-e-quem-e-carla-zambelli-deputada-alvo-de-operacao-da-pf.ghtml> Último acesso: 8 de agosto de 2023.

Almeida, Helga do Nascimento de. *Representantes, representados e mídias sociais: mapeando o mecanismo de agendamento informacional*. 2017. 396f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

Almeida, Helga do Nascimento de; Pereira, Marcus Abílio Gomes; Ferreira, Maria Alice Silveira; Quintão, Thales Torres. “*Tamo junto?*” *Parlamentares e mídias sociais: uma tipologia dos padrões de atuação de deputados federais no Facebook*. Revista Sociedade e Cultura. 2020, v. 23: e59035

Amaral, Marcelo Santos. Pinho, José Antônio Gomes de. Oliveira, Lucas Santos de. Aguiar, Israel dos Santos. *O Congresso nas Redes Sociais: uso do Twitter por parlamentares brasileiros*. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas. Vitória da Conquista – BA, n. 20, p. 47-76, 2015.

Bardin, Laurence. (2016). *Análise de conteúdo*. SP: Ed.70.

Barros, Antonio Teixeira de. *Internet e política para mulheres: análise dos websites das parlamentares da Bancada Feminina do Congresso Nacional*. (2015). Democracia Digital e Governo Eletrônico, Florianópolis, nº 12, p 183-211.

Barros, Antonio Teixeira de; Bernardes, Cristiane Brum; Faria, Cristiano Ferri Soares de; Busanello, Elisabete. *Presença parlamentar nas mídias sociais: a estruturação dos mandatos digitais na Câmara dos Deputados*. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 232, p. 57-86, out./dez. 2021.

Barros, Antonio Teixeira de; Bernardes, Cristiane Brum; Rodrigues, Malena. *Política Digital: os parlamentares brasileiros e as mídias sociais*. Trabalho apresentado no GT04 - Ciberpolítica, Ciberativismo e Cibercultura do 39º Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindóia, 2015.

Batista, Karla Cardoso. *O papel das redes sociais na comunicação política: Ferramentas estratégicas que auxiliam da campanha ao mandato*. Dissertação realizada no Mestrado em Comunicação Política na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021.

Beauvoir, Simone de. *O Segundo Sexo*. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

Bobbio, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira – São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Bourdieu, Pierre. *A Dominação Masculina*. Trad. de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

Blumler, Jay G. Coleman, Stephen. *A democracia e a mídia – revisitadas*. Revista Compolítica Vol. 7(2), 2017.

Carlomagno, Marcio. Braga, Sérgio. Wisse, Fernando. *Gabinetes digitais: o papel da comunicação online na rotina parlamentar*. E-legis, Brasília, n. 29, p. 104-132, maio/ago. 2019.

Castells, Manuel. *A era da informação – economia, sociedade e cultura*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Chaia, Vera. *A longa conquista do voto na história político brasileira*. 2010. Disponível em: https://www5.pucsp.br/fundasp/textos/downloads/O_voto_no_Brasil.pdf. Acesso em: 29 jan. 2023.

Coleman, Stephen. *O agir democrático numa era de redes digitais*. Revista Compolítica Vol. 7(1), 2017.

Davis, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Deputada federal Carla Zambelli. Disponível em: <https://www.carlazambelli.com.br/carlazambelli/> Último acesso: 8 de agosto de 2023.

Ferneda, Gabriel. *Saiba quem é Carla Zambelli, alvo de operação da PF sobre invasões no sistema do Judiciário*. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/saiba-quem-e-carla-zambelli-alvo-de-operacao-da-pf-sobre-invasoes-no-sistema-do-judiciario/> Último acesso: 8 de agosto de 2023.

França, Vera; Simões, Paula. *Curso básico de Teorias da Comunicação*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

Fraser, Nancy. *A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação*. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002: 7-20.

Fraser, Nancy. *Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy*. In: Calhoun, C. (ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

Gomes, Wilson. *A democracia no mundo digital: história, problemas e temas*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

Gomes, Wilson. *Internet e participação política em sociedades democráticas*. In: Revista FAMECOS. Porto Alegre, nº 27, agosto 2005. p.58-78

- Gomes, Wilson. *Por que a comunicação é tão importante quando se pensa a democracia?* In: Ricardo Fabrino Mendonça, Eleonora Schettini M. Cunha (orgs). *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- Gomes, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- Gonzalez, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.
- Karlsson, Martin. *Representation as Interactive Communication*. In: *Information, Communication & Society*, v. 16, n.8, p.1201-1222, 2013.
- Leston-Bandeira, Cristina. *The impact of the internet on parliaments: a legislative studies framework*. In: *Parliamentary affairs*. Vol. 60, nº 4, 2007. p.655-674
- Lojkine, Jean. *A Revolução Informacional*. São Paulo: Editora Cortez, 2002. 3 ed.
- MacLuhan, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem (Understanding Media)*. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.
- Massuchin, Michele Goulart; Tavares, Camilla Quesada. *Campanha eleitoral nas redes sociais: estratégias empregadas pelos candidatos à Presidência em 2014 no Facebook*. In: *Revista Compolítica* 5 (2), 2015.
- Melo, Hildete Pereira de; Thomé, Débora. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- Miguel, Luis Felipe. Biroli, Flávia. *Feminismo e Política: uma introdução*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.
- Miguel, Luis Felipe. *Democracia e Representação: territórios em disputa*. 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- Norris, Pippa (Org). *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- Norris, Pippa. *Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited*. Cambridge, Ma: Cambridge Univ. Press, 2011.
- Panke, Luciana. *Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências*. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.
- Passos, Najla Márcia Nazareth dos. *Mídia, gênero e conservadorismo: Como as mulheres eleitas em 2020 no circuito histórico de Minas Gerais constroem suas representações nas*

redes sociais digitais. In: Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política, São Carlos, v. 32, n. esp. 1, e023008, 2023.

Perrot, Michele. *As Mulheres ou o silêncio da História*. Bauru: SPEDUSC, 2005.

Pinto, Céli Regina Jardim. *Paradoxos da participação política da mulher no Brasil*. Revista USP, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001.

Pitkin, Hanna Fenichel. *Representação: Palavras, Instituições e Ideias*. São Paulo: Lua Nova, 2006. n. 67, p. 263-269.

Phillips, Anne. *De uma política de ideias a uma política de presença?* Traduzido por Migue, Luis Felipe. In: Revista Estudos Feministas, ano 9, 2º semestre de 2001.

Sampaio, Rafael Cardoso; Lycarião, Diógenes. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. Brasília: Enap, 2021.

Sarmento, Rayza; Elias, Maria Ligia G. Rodrigues; Marques, Gabrielle. *A comunicação digital e as pautas das deputadas brasileiras “de direita” no Instagram*. In: Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política Volume 20, número 1, janeiro a abril de 2023, p.56-83.

Stromer-Galley, Jennifer. *Interação online e por que os candidatos a evitam*. In: Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil. Org. Marques, Francisco Paulo Jamil Almeida; Sampaio, Rafael Cardoso; Aggio, Camilo. Othon Jambeiro. Salvador: EDUFBA, 2013. (Coleção E-livro) p.22-47

Thompson, John. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Toffler, Alvin. *A Terceira Onda*. Tradutor: João Tavora, 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

Young, Iris Marion. *Representação política, identidade e minorias*. Lua Nova 67 (2006): 139-190.

ANEXOS

Deputada Federal	Partido	UF	YouTube	Facebook	Instagram	Twitter
Socorro Neri	PP	AC	72	19.000	18.800	1.512
Antônia Lucia	Republicanos	AC	164	59.000	18.600	370
Meire Serafim	União	AC	?	29	3.718	?
Professora Goreth	PDT	AP	?	3.300	6.436	73
Sonize Barbosa	PL	AP	?	275	2.058	35
Silvia Waiãpi	PL	AP	803	17.000	142.000	33.800
Alice Portugal	PCdoB	BA	1.150	102.000	58.100	34.300
Roberta Roma	PL	BA	49	808	36.200	479
Lídice da Mata	PSB	BA	1.880	91.000	42.300	54.300
Ivoneide Caetano	PT	BA	340	13.000	23.700	540
Rogéria Santos	Republicanos	BA	2.390	33.000	45.600	508
Luizianne Lins	PT	CE	2.670	124.000	96.000	29.000
Dayany do Capitão	União	CE	122	5.600	61.300	172
Fernanda Pessoa	União	CE	?	19.000	20.500	239
Bia Kicis	PL	DF	242.000	1.500.000	1.600.000	2.000.000
Erika Kokay	PT	DF	2.520	314.000	164.000	251.200
Jack Rocha	PT	ES	?	4.400	11.900	1.330
Marussa Boldrin	MDB	GO	11	254	19.100	73
Flávia Moraes	PDT	GO	16	80.000	36.100	4.220
Magda Mofatto	PL	GO	15	170.000	64.900	2.175
Lêda Borges	PSDB	GO	23	37.000	23.800	304
Adriana Accorsi	PT	GO	239	38.000	45.500	21.800
Silvye Alves	União	GO	?	607.000	1.200.000	7.592
Roseana Sarney	MDB	MA	?	472	104.000	2.216
Detinha	PL	MA	1.210	25.000	72.200	446
Amanda Gentil	PP	MA	?	1.600	47.700	199
Ione Barbosa	Avante	MG	65	101.000	46.000	322
Greyce Elias	Avante	MG	86	44.000	41.400	1.866
Duda Salabert	PDT	MG	3.620	51.000	245.000	82.000
Rosângela Reis	PL	MG	338	56.000	20.800	475
Nely Aquino	Podemos	MG	?	39.000	21.300	406
Ana Paula J. Leão	PP	MG	348	8.300	13.300	2.831
Celia Xakriabá	PSOL	MG	330	24.000	203.000	22.400
Ana Pimentel	PT	MG	78	2.000	23.000	4.879
Dandara Tonantzin	PT	MG	8	3.900	53.400	13.900

Camila Jara	PT	MS	377	10.000	71.600	13.500
Amalia Barros	PT	MT	2.410	18.000	212.000	26.800
Coronel Fernanda	PL	MT	58	65.000	19.400	12.700
Andreia Siqueira	MDB	PA	171	2.400	95.300	?
Dra. Alessandra Haber	MDB	PA	444	12.000	51.800	103
Elcione Barbalho	MDB	PA	9	55.000	53.900	8.459
Renilce Nicodemos	MDB	PA	177	35.000	103.000	517
Dilvanda Faro	PT	PA	?	16.000	8.953	465
Iza Arruda	MDB	PE	386	363	37.300	15
Clarissa Tércio	PP	PE	171.000	296.000	972.000	8.582
Marilia Arraes	Solidariedade	PE	11.900	176.000	282.000	121.500
Rejane Dias	PT	PI	?	45.000	97.300	8.834
Leandre dal Ponte	PSD	PR	684	41.000	9.822	81
Luisa Canziani	PSD	PR	544	43.000	34.400	3.940
Carol Dartora	PT	PR	527	9.000	67.900	34.000
Gleise Hoffmann	PT	PR	193.000	1.700.000	727.000	1.200.000
Jandira Feghali	PCdoB	RJ	105.000	1.400.000	551.000	651.300
Chris Tonietto	PL	RJ	15.200	60.000	146.000	103.600
Soraya Santos	PL	RJ	85	51.000	17.500	2.965
Laura Carneiro	PSD	RJ	613	44.000	19.400	3.373
Taliria Petrone	PSOL	RJ	447	129.000	324.000	324.700
Benedita da Silva	PT	RJ	4.400	163.000	220.000	234.600
Rosângela Gomes	Republicanos	RJ	306	88.000	34.700	3.117
Dani Cunha	União	RJ	399	7.000	25.000	14.300
Natalia Bonavides	PT	RN	4.170	79.000	164.000	164.300
Silvia Cristina	PL	RO	801	22.000	38.900	758
Cristiane Lopes	União	RO	388	36.000	18.600	?
Helena da Asatur	MDB	RR	37	981	5.150	32
Any Ortiz	Cidadania	RS	225	68.000	28.500	6.156
Daiana Santos	PCdoB	RS	34	11.000	47.700	12.400
Fernanda Melchionna	PSOL	RS	10.800	242.000	176.000	176.600
Denise Pessôa	PT	RS	100	31.000	13.600	2.690
Maria do Rosario	PT	RS	3.460	434.000	226.000	546.700
Franciane Bayer	Republicanos	RS	281	43.000	11.600	1.682

Reginete Bispo	PT	RS	49	1.115	6.059	1.704
Carmen Zanotto	Cidadania	SC	1.250	48.000	81.900	2.458
Carol de Toni	PL	SC	35.800	336.000	652.000	697.600
Daniela Reinehr	PL	SC	1.230	46.000	59.100	11.900
Julia Zanatta	PL	SC	2.170	46.000	137.000	88.500
Ana Paula Lima	PT	SC	148	97.000	13.900	5.362
Del. Katarina Feitoza	PSD	SE	6	66	30.900	613
Yandra Moura	União	SE	256	663	44.800	101
Simone Marquette	MDB	SP	?	73.000	43.800	285
Adriana Ventura	NOVO	SP	15.600	110.000	101.000	29.200
Carla Zambelli	PL	SP	?	2.900.000	3.200.000	2.100.000
Rosana Valle	PL	SP	1.430	281.000	83.200	8.025
Renata Abreu	PODE	SP	813	267.000	48.500	9.403
Tabata Amaral	PSB	SP	69.200	513.000	800.000	469.000
Erika Hilton	PSOL	SP	?	53.000	536.000	254.000
Sâmia Bomfim	PSOL	SP	24.900	647.000	629.000	615.400
Luciene Cavalcante	PSOL	SP	183	1.245	6.201	2.003
Luiza Erundina	PSOL	SP	3.660	398.000	458.000	436.200
Juliana Cardoso	PT	SP	1.570	108.000	25.700	9.047
Maria Rosas	Republicanos	SP	54	105.000	41.700	2.212
Rosângela Moro	União	SP	?	715.300	233.000	37.900
Total			947.299	15.773.071	16.774.797	11.045.644

Dados relativos ao dia 05/02/2023